

Equatorial S.A.

**Informações contábeis intermediárias individuais e
consolidadas em 30 de junho de 2026**

Equatorial S.A.

Informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Índice

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS	1
BALANÇOS PATRIMONIAIS	4
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	5
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES	6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO	8
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	9

Notas explicativas

1. CONTEXTO OPERACIONAL	10
2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS	18
3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS E ESTIMATIVAS CRÍTICAS	19
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	21
5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS	21
6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES (CONSOLIDADO)	22
7. VALORES A RECEBER (DEVOLVER) DA PARCELA A E OUTROS ITENS FINANCEIROS (CONSOLIDADO)	24
8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR (CONSOLIDADO)	26
9. PARTES RELACIONADAS	27
10. OUTRAS CONTAS A RECEBER (CONSOLIDADO)	30
11. INVESTIMENTOS	33
12. ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO (CONSOLIDADO)	38
13. IMOBILIZADO (CONSOLIDADO)	38
14. INTANGÍVEL (CONSOLIDADO)	40
15. ATIVOS DE CONTRATO (CONSOLIDADO)	42
16. AVALIAÇÃO DE IMPAIRMENT PARA OS ATIVOS COM VIDA ÚTIL DEFINIDA	42
17. FORNECEDORES (CONSOLIDADO)	43
18. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	44
19. DEBÊNTURES	47
20. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER (CONSOLIDADO)	51
21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS	52
22. VALORES A PAGAR DE ACORDO COM O PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL – EQUATORIAL PARÁ	57
23. PROVISÃO PARA RISCOS JUDICIAIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS (CONSOLIDADO)	59
24. PIS/COFINS A SEREM RESTITUÍDOS A CONSUMIDORES	60
25. OUTRAS CONTAS A PAGAR (CONSOLIDADO)	61
26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	62
27. PLANOS DE INCENTIVOS DE LONGO PRAZO	64
28. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (CONSOLIDADO)	67
29. CUSTOS DO SERVIÇO E DESPESAS OPERACIONAIS (CONSOLIDADO)	69
30. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA (CONSOLIDADO)	70
31. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS (CONSOLIDADO)	71
32. RESULTADO FINANCEIRO	71
33. INSTRUMENTOS FINANCEIROS	73
34. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	81
35. OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	83
36. SEGMENTO DE NEGÓCIOS	87
37. COMPROMISSOS FUTUROS	90
38. EVENTOS SUBSEQUENTES	91



**Shape the future
with confidence**

Centro Empresarial Iguatemi
Av. Washington Soares, 55
5º andar - sala 506 a 509 - Bairro Cocó
60811-341 - Fortaleza - CE - Brasil

Tel: +55 85 3392-5600
ey.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da
Equatorial S.A.
São Luís - MA

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Equatorial S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A diretoria é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) Demonstração Intermediária e com a norma contábil internacional (IFRS Accounting Standards) IAS 34 Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.



**Shape the future
with confidence**

Ênfase

Créditos especiais - FUNAC

Chamamos a atenção para o descrito na nota explicativa nº 10.2 às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, que a controlada Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A. mantém registrado na rubrica de outras contas a receber "Créditos especiais - FUNAC", no montante de R\$ 712.821 mil, líquido de provisões para perdas. Os referidos créditos são provenientes dos passivos contingentes administrativos e judiciais da controlada, relativos a fatos geradores ocorridos antes da venda do controle acionário da atual controlada pela Eletrobras, que foram assumidos pelo Estado de Goiás por meio da Lei Estadual nº 17.555/2012 e regulamentação aplicável. A diretoria da Companhia vem monitorando a expectativa de recebimento desses valores, bem como avaliando os eventuais impactos em suas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa nº 35 às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, em decorrência da alienação do controle do Grupo Transmissão em 31 de outubro de 2025, os valores correspondentes às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas dos períodos correspondentes anteriores, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados de forma a refletir o segmento operacional de transmissão de energia como operação descontinuada, conforme requerido pelo CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada e pela IFRS 5 - Non-current Assets Held for Sale and Discontinued Operations. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.



**Shape the future
with confidence**

Fortaleza, 12 de agosto de 2026.

ERNST & YOUNG

Auditores Independientes S/S Ltda.

CRC CE-001042/F

A handwritten signature in black ink, reading 'Nathália Araújo Domingues', written in a cursive style.

Nathália Araújo Domingues

Contadora CRC CE-020833/O

Equatorial S.A. e Consolidado
Balancos patrimoniais
30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)



		Controladora		Consolidado				Controladora		Consolidado	
	Notas	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025		Notas	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Ativo						Passivo					
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	589.995	608.598	5.075.274	2.659.827	Fornecedores	17	3.098	4.138	4.567.920	4.970.620
Aplicações financeiras	5	18.993	932.901	4.144.748	7.822.072	Fornecedores - Risco sacado	17.1	-	-	459.667	458.432
Contas a receber de clientes	6	-	-	9.461.128	9.491.337	Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	-	1.890	2.208	223.379	178.670
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	7	-	-	1.528.454	710.572	Empréstimos e financiamentos	18	-	-	2.852.745	3.499.540
Subvenção CCC	-	-	-	134.277	130.131	Debêntures	19	61.359	65.676	1.040.386	913.945
Serviços pedidos	-	-	-	763.459	751.533	Impostos e contribuições a recolher	20	22.960	25.396	1.766.338	1.457.140
Impostos e contribuições a recuperar	8	8	8	1.698.780	1.536.954	Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	-	67.039	83.809	334.951	251.805
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	-	179.729	176.866	1.095.597	805.679	Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	7	-	-	125.579	205.506
Dividendos a receber	9	619.940	760.515	-	308.748	Dividendos a pagar	-	142.646	142.737	239.144	336.887
Almoxarifado	-	-	-	302.576	291.436	Contribuição de iluminação pública	-	-	-	268.684	271.194
Depósitos judiciais	23	3.117	2.778	17.620	24.063	Encargos setoriais	-	-	-	336.791	366.972
Instrumentos financeiros derivativos	33.5	-	-	12.128	19.470	Participação nos lucros	-	6.676	13.009	107.270	206.740
Compromissos futuros	37	-	-	163.719	171.622	Valores a pagar de acordo com o plano de recuperação judicial	22	-	-	192.745	146.875
Outras contas a receber	10	26.816	38.403	1.910.468	1.881.552	Provisão para riscos judiciais	23	-	-	1.486.835	1.551.426
Total do ativo circulante		1.438.598	2.520.069	26.308.228	26.604.996	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	24	-	-	169.415	458.478
						Benefício pós-emprego	-	-	-	117.405	109.765
						Instrumentos financeiros derivativos	33.5	-	-	56.656	14.283
						Passivo de arrendamento	-	-	-	16.949	12.936
						Compromissos futuros	37	-	-	176.465	117.971
						Outras contas a pagar	25	22	15	2.210.621	2.274.714
						Total do passivo circulante		305.690	336.988	16.749.945	17.803.899
Não circulante						Não circulante					
Aplicações financeiras	5	-	-	739.406	724.835	Fornecedores	17	-	-	21.544	23.003
Contas a receber de clientes	6	-	-	809.124	824.227	Empréstimos e financiamentos	18	-	-	22.578.962	17.478.963
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	7	-	-	1.258.245	1.102.886	Debêntures	19	1.497.333	1.496.848	36.897.399	32.579.315
Impostos e contribuições a recuperar	8	27	-	2.480.498	2.362.940	Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	7	-	-	-	134.179
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	-	301	301	115.200	176.123	Impostos e contribuições a recolher	20	785	827	2.038.202	2.921.492
Serviços pedidos	-	-	-	200.797	200.694	Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	-	744	1.451.768	1.333.604
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	-	-	3.387.965	3.402.456	PIS e COFINS diferidos	-	-	-	905	9.812
PIS e COFINS diferidos	-	-	-	2.352	-	Valores a pagar de acordo com o plano de recuperação judicial	22	-	-	867.713	885.070
Depósitos judiciais	23	-	-	793.409	739.907	Provisão para riscos judiciais	23	-	-	3.144.581	3.198.308
Sub-rogação da CCC - valores aplicados	-	-	-	334.434	349.930	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	24	-	-	1.928.088	1.499.858
Benefício pós-emprego	-	-	-	35.875	34.536	Benefício pós-emprego	-	-	-	1.099.404	1.110.534
Instrumentos financeiros derivativos	33.5	-	2.190	-	6.747	Encargos setoriais	-	-	-	479.633	366.180
Compromissos futuros	37	-	-	67.117	71.611	Provisão para perda em investimento	11	710.631	351.288	-	-
Outras contas a receber	10	180.929	179.805	768.869	759.998	Instrumentos financeiros derivativos	33.5	-	-	1.615.066	620.868
Investimentos	11	27.023.870	25.246.249	13.561.533	7.568.289	Passivo de arrendamento	-	-	-	80.678	87.196
Ativo financeiro da concessão	12	-	-	5.465.289	19.135.756	Compromissos futuros	37	-	-	18.848	28.180
Imobilizado	13	2.497	2.354	6.477.598	6.540.907	Outras contas a pagar	25	9.296	17.329	1.256.005	1.195.536
Intangível	14	4.177	4.595	49.227.776	31.729.991	Total do passivo não circulante		2.218.045	1.867.036	73.478.796	63.472.098
Direito de uso	-	-	-	459.043	467.975						
Ativos de contrato	15	-	-	6.451.307	6.799.140	Patrimônio líquido					
Total do ativo não circulante		27.211.801	25.435.494	92.635.837	82.998.948	Capital social	26.1	22.177.114	22.169.281	22.177.114	22.169.281
						Ações em tesouraria	-	(234.080)	(123.712)	(234.080)	(123.712)
						Reservas de capital	26.2	1.374.634	1.798.082	1.374.634	1.798.082
						Reservas de lucros	-	1.816.733	1.816.733	1.816.733	1.816.733
						Ajuste de avaliação patrimonial	26.3	82.423	91.155	82.423	91.155
						Resultado do período	-	909.840	-	909.840	-
						Atribuível aos acionistas não controladores	-	-	2.588.660	2.576.408	
						Total do patrimônio líquido		26.126.664	25.751.539	28.715.324	28.327.947
Total do ativo		28.650.399	27.955.563	118.944.065	109.603.944	Total do passivo e patrimônio líquido		28.650.399	27.955.563	118.944.065	109.603.944

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Equatorial S.A. e Consolidado

Demonstrações dos resultados

Períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)



		Controladora				Consolidado			
	Notas	01/04/2026 a 30/06/2026	01/01/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025 (reapresentado)	01/01/2025 a 30/06/2025 (reapresentado)	01/04/2026 a 30/06/2026	01/01/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025 (reapresentado)	01/01/2025 a 30/06/2025 (reapresentado)
Operações em continuidade									
Receita de implementação de infraestrutura, O&M e outras, líquidas		-	-	-	-	13.738.934	26.488.874	12.465.821	23.849.549
Receita operacional líquida	28	-	-	-	-	13.738.934	26.488.874	12.465.821	23.849.549
Custos com energia elétrica	30	-	-	-	-	(6.185.142)	(11.745.920)	(5.474.034)	(10.394.897)
Custo de construção		-	-	-	-	(2.539.277)	(5.084.581)	(2.687.109)	(4.974.642)
Custo da operação		-	-	-	-	(1.398.503)	(2.587.346)	(1.225.117)	(2.235.078)
Custos de energia elétrica, construção e operação	29	-	-	-	-	(10.122.922)	(19.417.847)	(9.386.260)	(17.604.617)
Lucro bruto		-	-	-	-	3.616.012	7.071.027	3.079.561	6.244.932
Receitas (despesas) operacionais									
Despesas com vendas	29	(185)	(202)	(10)	(16)	(306.846)	(600.856)	(290.238)	(565.794)
Despesas gerais e administrativas	29	(21.223)	(46.798)	(19.525)	(50.696)	(585.104)	(1.265.298)	(155.733)	(722.424)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	29	-	-	-	-	(184.916)	(431.948)	(198.490)	(390.029)
Resultado da equivalência patrimonial	11	513.851	1.003.527	1.102.512	1.602.505	229.937	483.669	311.457	525.148
Outras despesas operacionais, líquidas	31	7.861	(6.908)	(149)	(1.816)	(254.665)	(417.556)	(21.143)	(205.258)
Total de receitas (despesas) operacionais		500.304	949.619	1.082.828	1.549.977	(1.101.594)	(2.231.989)	(354.147)	(1.358.357)
Resultado antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social		500.304	949.619	1.082.828	1.549.977	2.514.418	4.839.038	2.725.414	4.886.575
Receitas financeiras	32	40.120	74.754	42.264	171.431	1.488.493	3.971.263	1.128.754	2.857.840
Despesas financeiras	32	(62.381)	(114.336)	(173.195)	(304.650)	(3.158.083)	(7.144.823)	(2.478.785)	(5.581.588)
Resultado financeiro	32	(22.261)	(39.582)	(130.931)	(133.219)	(1.669.590)	(3.173.560)	(1.350.031)	(2.723.748)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		478.043	910.037	951.897	1.416.758	844.828	1.665.478	1.375.383	2.162.827
Imposto de renda e contribuição social - correntes	21.4	7.332	(941)	-	-	(103.308)	(255.469)	(234.337)	(364.191)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	21.4	-	744	7.114	(11.486)	(88.513)	(150.246)	33.999	(27.217)
Impostos sobre o lucro		7.332	(197)	7.114	(11.486)	(191.821)	(405.715)	(200.338)	(391.408)
Lucro das operações em continuidade		485.375	909.840	959.011	1.405.272	653.007	1.259.763	1.175.045	1.771.419
Operações descontinuadas									
Lucro das operações descontinuadas	35	-	-	114.590	224.497	-	-	114.590	224.497
Lucro líquido do período		485.375	909.840	1.073.601	1.629.769	653.007	1.259.763	1.289.635	1.995.916
Resultado atribuível aos:									
Acionistas controladores		485.375	909.840	1.073.601	1.629.769	485.375	909.840	1.073.601	1.629.769
Acionistas não controladores		-	-	-	-	167.632	349.923	216.034	366.147
Lucro líquido do período		485.375	909.840	1.073.601	1.629.769	653.007	1.259.763	1.289.635	1.995.916
Resultado por ação básico atribuível aos acionistas da Companhia - R\$	26.4					0,38638	0,72394	0,76581	1,12367
Resultado por ação diluído atribuível aos acionistas da Companhia - R\$	26.4					0,38601	0,72290	0,76535	1,12299
Resultado por ação básico de operações em continuidade atribuível aos acionistas da Companhia - R\$	26.4					0,38638	0,72394	0,09150	0,17951
Resultado por ação diluído de operações em continuidade atribuível aos acionistas da Companhia - R\$	26.4					0,38601	0,72290	0,09145	0,17940
Quantidade de ações ordinárias no final do período (em milhares de ações)						1.259.387	1.259.387	1.254.548	1.254.548

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Equatorial S.A. e Consolidado

Demonstrações dos resultados abrangentes

Períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)



	Controladora				Consolidado			
	01/04/2026 a 30/06/2026	01/01/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025	01/01/2026 a 30/06/2026	01/01/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025
Lucro líquido do período	485.375	909.840	1.073.601	1.629.769	653.007	1.259.763	1.289.635	1.995.916
Outros resultados abrangentes								
Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado Hedge e benefícios pós emprego, líquidos de tributos diferidos	6.030	(8.732)	195.611	196.279	5.760	(13.392)	218.860	235.661
Outros resultados abrangentes do período, líquido de impostos	6.030	(8.732)	195.611	196.279	5.760	(13.392)	218.860	235.661
Total dos resultados abrangentes	491.405	901.108	1.269.212	1.826.048	658.767	1.246.371	1.508.495	2.231.577
Acionistas controladores	491.405	901.108	1.269.212	1.826.048	491.405	901.108	1.269.212	1.826.048
Acionistas não controladores	-	-	-	-	167.362	345.263	239.283	405.529
Total dos resultados abrangentes	491.405	901.108	1.269.212	1.826.048	658.767	1.246.371	1.508.495	2.231.577

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Equatorial S.A. e Consolidado
Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)



	Reserva de lucros										Resultado do período	Patrimônio líquido da controladora	Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido consolidado
	Notas	Capital social	Ações em tesouraria	Reservas de capital	Reserva Legal	Reserva de incentivos fiscais reflexa	Reserva para investimento e expansão	Reserva de lucros a realizar	Reserva de dividendos adicionais	Ajuste de avaliação patrimonial				
Saldos em 31 de dezembro de 2024		12.466.882	(58.348)	2.124.228	313.061	-	10.302.561	1.009.810	558	(45.066)	-	26.113.686	3.773.900	29.887.586
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.629.769	1.629.769	366.147	1.995.916
Aumento de capital		129.325	-	-	-	-	-	-	-	-	-	129.325	-	129.325
Pagamento baseado em ações - Stock options		-	-	(3.637)	-	-	-	-	-	-	-	(3.637)	-	(3.637)
Pagamento baseado em ações - Matching Shares		-	-	4.478	-	-	-	-	-	-	-	4.478	-	4.478
Ações em tesouraria		-	10.424	1.548	-	-	-	-	-	-	-	11.972	-	11.972
Mudança na participação relativa		-	-	(83.280)	-	-	-	-	-	(2.953)	-	(86.233)	86.233	-
Dividendos adicionais distribuídos		-	-	-	-	-	-	-	(558)	-	-	(558)	-	(558)
Participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das controladas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(148.440)	(148.440)
Resultado abrangente do período		-	-	-	-	-	-	-	-	328.926	-	328.926	57.696	386.622
Resultado de hedge accounting		-	-	-	-	-	-	-	-	(132.647)	-	(132.647)	(18.314)	(150.961)
Tributos diferidos sobre ganho (perda) de instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 30 de junho de 2025		12.596.207	(47.924)	2.043.337	313.061	-	10.302.561	1.009.810	-	148.260	1.629.769	27.995.081	4.117.222	32.112.303
Saldos em 31 de dezembro de 2025		22.169.281	(123.712)	1.798.082	169.629	547.000	1.100.104	-	-	91.155	-	25.751.539	2.576.408	28.327.947
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	-	-	-	909.840	909.840	349.923	1.259.763
Aumento de capital	26.1	7.833	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.833	-	7.833
Ações em tesouraria		-	(110.368)	-	-	-	-	-	-	-	-	(110.368)	-	(110.368)
Pagamento baseado em ações - Stock options	27.1	-	-	1.393	-	-	-	-	-	-	-	1.393	-	1.393
Pagamento baseado em ações - Matching Shares	27.3	-	-	9.483	-	-	-	-	-	-	-	9.483	-	9.483
Mudança na participação relativa	11.1	-	-	(444.012)	-	-	-	-	-	-	-	(444.012)	370.866	(73.146)
Participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das controladas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(703.877)	(703.877)
Pagamento baseado em ações - efeito reflexo nas investidas		-	-	9.688	-	-	-	-	-	-	-	9.688	-	9.688
Resultado abrangente do período		-	-	-	-	-	-	-	-	(24.239)	-	(24.239)	(6.675)	(30.914)
Resultado de hedge accounting		-	-	-	-	-	-	-	-	5.846	-	5.846	2.015	7.861
Tributos diferidos sobre ganho (perda) de instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-	-	-	-	13.620	-	13.620	-	13.620
Resultados abrangentes - benefício pós emprego		-	-	-	-	-	-	-	-	(3.959)	-	(3.959)	-	(3.959)
Tributos diferidos sobre benefício pós emprego		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 30 de junho de 2026		22.177.114	(234.080)	1.374.634	169.629	547.000	1.100.104	-	-	82.423	909.840	26.126.664	2.588.660	28.715.324

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Equatorial S.A. e Consolidado

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025



(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro das operações em continuidade	909.840	1.405.272	1.259.763	1.771.419
Lucro das operações descontinuadas	-	224.497	-	224.497
Ajustes para:				
Amortização e depreciação	719	658	1.580.479	1.366.462
Amortização do direito de concessão	-	-	208.246	285.339
Resultado de equivalência patrimonial	(1.003.527)	(1.827.002)	(483.669)	(525.148)
Baixa de intangível, imobilizado, ativos financeiro e de contrato	-	-	114.081	57.436
Atualização dos ativos financeiro e de contrato	-	-	(648.626)	(1.213.589)
Encargos de geração distribuída	-	-	-	1.733
Encargos de dívidas, juros, variação monetária, cambial e marcação a valor justo	108.881	264.628	2.574.693	2.097.253
Resultado com instrumentos derivativos	(6.676)	(35.865)	1.296.591	1.275.110
Rendimento de aplicações financeiras	(16.825)	(37.000)	(394.912)	(616.581)
Provisão e atualização do ressarcimento	-	-	116.691	89.306
Realização futura de contratos de energia elétrica	-	-	61.559	(22.101)
Ajuste a valor presente	-	-	14.474	18.876
Provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	-	-	431.948	390.029
Encargos financeiros sobre perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	-	-	954	1.877
Baixa de recebíveis incobráveis	-	-	46.714	49.502
Provisão e atualização de encargos setoriais	-	-	(190.436)	(180.038)
Provisão e atualização de riscos judiciais	-	-	320.525	(330.449)
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	-	-	(1.625.658)	(1.085.476)
PIS e COFINS diferidos	-	-	(11.259)	14.585
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	(744)	11.486	150.246	104.234
Impostos de renda e contribuições sociais correntes	941	-	255.469	385.587
Valor justo das opções de compra	8.713	(1.479)	78.838	24.847
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	-	-	181.147	(9.113)
Benefício pós emprego	-	-	(14.562)	4.826
Provisão (reversão) para perda de estoque (ativos de contrato)	-	-	(64.046)	12.273
Provisão para participação nos lucros	1.541	865	74.544	66.142
	2.863	6.060	5.333.794	4.258.838
Variações nos ativos e passivos, circulantes e não circulantes:				
Contas a receber de clientes	-	-	(375.348)	43.734
Subvenção-CCC	-	-	(4.146)	(6.230)
Serviços pedidos	-	-	(17.226)	(56.808)
Depósitos judiciais	(339)	216	(47.059)	(29.383)
Almoxarifado	-	-	(11.140)	(83.237)
Impostos e contribuições a recuperar	(27)	(11)	(378.053)	(204.801)
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	(2.863)	37.024	(228.995)	(162.505)
Sub-rogação da CCC	-	-	15.496	-
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	-	-	149.341	44.287
Outras contas a receber	10.480	(25.357)	(65.522)	(99.147)
Fornecedores	(1.040)	(3.276)	(536.741)	44.781
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	(318)	323	(271.964)	(278.408)
Impostos e contribuições a recolher	(2.478)	(40.865)	(228.341)	472.165
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	(13.906)	(24.712)	56.792	52.271
Contribuição de iluminação pública	-	-	(2.510)	(18.287)
Encargos setoriais	-	-	278.905	204.878
Participação nos lucros	(7.874)	(18.606)	(174.014)	(165.988)
Riscos judiciais pagos	-	-	(462.933)	(308.444)
Outras contas a pagar	(16.164)	(9.996)	(188.277)	12.690
Caixa proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais	(31.666)	(79.200)	2.842.059	3.720.406
Dividendos recebidos	742.873	1.265.630	310.564	341.272
Juros recebidos de aplicações financeiras	22.332	4.743	384.316	108.893
Imposto de renda e contribuição social pagos	(3.805)	-	(229.115)	(164.875)
Juros pagos	(112.713)	(139.896)	(2.606.630)	(2.286.137)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	617.021	1.051.277	701.194	1.719.559
Fluxo de caixa de atividades de investimento				
Aquisições no intangível	(108)	(27)	(18.226)	(27.542)
Aquisições no imobilizado	(336)	(341)	(106.409)	(65.473)
Aquisições de ativos de contrato	-	-	(3.921.802)	(4.266.423)
Aumento de capital em investidas	(1.268.114)	(327.103)	-	-
Resgates (aplicações) financeiras	908.401	(27.504)	3.669.764	2.926.734
Rendimento de aplicações financeiras	-	-	3.585	-
Aquisição de participação em investida	-	-	(5.593.142)	-
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento	(360.157)	(354.975)	(5.966.230)	(1.432.704)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento				
Amortização de empréstimos e financiamentos	-	(1.381.845)	(2.055.079)	(4.323.940)
Captação de empréstimos e financiamentos	-	-	6.589.946	2.660.619
Captação de debêntures	-	1.500.000	4.144.609	2.200.000
Amortização de debêntures	-	-	(75.908)	(1.304.566)
Amortização do passivo de arrendamento	-	-	(10.770)	(9.799)
Recebimento de instrumentos financeiro derivativos	-	-	-	127.313
Valores pagos referente a acordos com plano de recuperação judicial	-	-	(13.160)	(13.160)
Aumento de capital	7.833	129.325	7.833	129.325
Recompra de ações próprias	(136.344)	(11.571)	(136.344)	(11.571)
Venda de ações em Tesouraria	25.976	23.543	25.976	23.543
Exercício de opção de compra de ações de controlada	(172.841)	-	-	-
Aquisição de participação em controlada dos acionistas não-controladores	-	-	(264.877)	-
Dividendos pagos	(91)	(962.090)	(531.743)	(956.819)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento	(275.467)	(702.638)	7.680.483	(1.479.055)
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	(18.603)	(6.336)	2.415.447	(1.192.200)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	608.598	7.797	2.659.827	3.306.364
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	589.995	1.461	5.075.274	2.114.164
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	(18.603)	(6.336)	2.415.447	(1.192.200)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Equatorial S.A. e Consolidado

Demonstrações do valor adicionado

Períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)



	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025 (reapresentado)	30/06/2026	30/06/2025 (reapresentado)
Receitas				
Vendas de produtos e serviços	-	-	31.245.841	26.861.195
Receitas de construção	-	-	5.084.580	4.974.643
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	-	-	(431.948)	(390.029)
Outras receitas	(104)	-	3.639	1.017
	(104)	-	35.902.112	31.446.826
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)				
Custos dos produtos e dos serviços vendidos	-	-	(16.830.501)	(15.369.539)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(13.417)	(13.206)	(1.806.769)	(1.805.051)
Subvenção - CCC	-	-	(78.872)	(53.945)
Outras despesas	(6.804)	(1.816)	(512.252)	121.960
	(20.221)	(15.022)	(19.228.394)	(17.106.575)
Valor (aplicado) adicionado bruto	(20.325)	(15.022)	16.673.718	14.340.251
Depreciação e amortização	(719)	(658)	(1.580.479)	(1.365.141)
Amortização do direito de concessão	-	-	(208.246)	(161.690)
Valor (aplicado) adicionado líquido gerado pela Companhia	(21.044)	(15.680)	14.884.993	12.813.420
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	77.839	177.179	4.044.713	2.913.470
Resultado de equivalência patrimonial	1.003.527	1.602.505	483.669	525.148
	1.081.366	1.779.684	4.528.382	3.438.618
Valor adicionado total a distribuir de operações descontinuadas	-	224.497	-	224.497
Valor adicionado total a distribuir	1.060.322	1.988.501	19.413.375	16.476.535
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	26.700	27.226	488.323	351.170
Benefícios	1.515	1.097	150.714	120.150
FGTS	328	285	52.222	44.501
	28.543	28.608	691.259	515.821
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	7.486	25.373	5.649.128	4.458.672
Estaduais	-	-	4.647.924	3.895.439
Municipais	-	-	9.632	8.317
	7.486	25.373	10.306.684	8.362.428
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	108.891	269.474	6.171.313	4.616.837
Aluguéis	117	101	10.846	20.782
Outros	5.445	35.176	973.510	964.751
	114.453	304.751	7.155.669	5.602.370
Remuneração de capitais próprios				
Lucro retido no período	909.840	1.629.769	909.840	1.629.769
Participação dos não controladores no lucro do período	-	-	349.923	366.147
	909.840	1.629.769	1.259.763	1.995.916
Valor adicionado	1.060.322	1.988.501	19.413.375	16.476.535

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Equatorial S.A. ("Companhia" ou "Equatorial" ou "Controladora" ou, conjuntamente com suas controladas, referidas como "Grupo"), é uma sociedade anônima de capital aberto, domiciliada no Brasil, com sede na Alameda A, nº 100, Anexo B, bairro Vinhais, cidade de São Luís, Estado do Maranhão, CEP 65.070-900, tem por objetivo a participação em outras sociedades, prioritariamente em operações de geração, distribuição e saneamento. A Companhia possui ações negociadas no Mercado de Balcão Organizado do Brasil, Bolsa, Balcão S.A (B3) sob o *ticker* "EQTL3" e, desde 2008, participa do Novo Mercado.

1.1. Entidades controladas

A Companhia mantém investimentos conforme demonstrado a seguir:

Distribuição de energia:	Tipo de sociedade	Participação societária	UF	Início da concessão	Término da concessão
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	S.A. aberta	Indireta, 92,19%	PA	28/07/1998	28/07/2058
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	S.A. aberta	Indireta, 62,20%	MA	11/08/2000	11/08/2060
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	S.A. aberta	Indireta, 99,97%	GO	08/07/2015	07/07/2045
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D	S.A. aberta	Indireta, 95,12%	RS	07/07/2015	06/07/2045
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	S.A. fechada	Indireta 90,69%	PI	18/10/2018	17/10/2048
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	S.A. fechada	Direta, 95,54%	AL	19/03/2019	18/03/2049
Companhia de Eletricidade do Amapá CEA	S.A. fechada	Indireta, 99,98%	AP	24/11/2021	23/11/2051
Saneamento:	Tipo de sociedade	Participação societária	UF	Início da concessão	Término da concessão
Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.	S.A. fechada	Indireta, 93,91%	AM	13/07/2022	12/07/2057
Geração de energia:	Tipo de sociedade	Participação societária	UF	Início outorga	Término da Outorga
Eólica Baixa Verde S.A.	S.A. fechada	Indireta, 100%	RN	11/08/2010	11/08/2045
Eólica Pedra do Reino S.A.	S.A. fechada	Indireta, 100%	BA	30/06/2010	30/06/2045
Eólicatec Sobradinho S.A.	S.A. fechada	Indireta, 100%	BA	03/08/2011	03/08/2046
Eólica Moxotó S.A.	S.A. fechada	Indireta, 100%	RN	18/04/2011	18/04/2046
Nova Ventos do Morro do Chapéu Energias Renováveis S.A.	S.A. fechada	Indireta, 100%	CE	30/06/2011	18/03/2050
Nova Ventos do Parazinho Energias Renováveis S.A.	S.A. fechada	Indireta, 100%	CE	08/07/2011	03/04/2050
Nova Vento Formoso Energias Renováveis S.A.	S.A. fechada	Indireta, 100%	CE	08/07/2011	04/04/2050
Nova Ventos de Tianguá Energias Renováveis S.A.	S.A. fechada	Indireta, 100%	CE	04/07/2011	22/03/2050
Nova Ventos de Tianguá do Norte Energias Renováveis S.A.	S.A. fechada	Indireta, 100%	CE	04/07/2011	22/03/2050
Eólica Serra de Santana S.A.	S.A. fechada	Indireta, 100%	RN	17/08/2011	06/02/2049
Eólica Lagoa Nova S.A.	S.A. fechada	Indireta, 100%	RN	03/08/2011	23/01/2049
Eólica Seridó S.A.	S.A. fechada	Indireta, 100%	RN	11/08/2011	31/01/2049
Eólica Paraíso S.A.	S.A. fechada	Indireta, 100%	RN	02/05/2012	01/05/2047
Eólica Lanchinha S.A.	S.A. fechada	Indireta, 100%	RN	02/05/2012	01/05/2047
Eólica Cabeço Vermelho S.A.	S.A. fechada	Indireta, 100%	RN	14/07/2014	13/07/2049
Eólica Cabeço Vermelho II S.A.	S.A. fechada	Indireta, 100%	RN	18/07/2014	17/07/2049
Ventos de São Clemente I Energias Renováveis S.A.	S.A. fechada	Indireta, 100%	PE	25/11/2014	25/11/2049
Ventos de São Clemente II Energias Renováveis S.A.	S.A. fechada	Indireta, 100%	PE	25/11/2014	25/11/2049
Ventos de São Clemente III Energias Renováveis S.A.	S.A. fechada	Indireta, 100%	PE	27/11/2014	27/11/2049
Ventos de São Clemente IV Energias Renováveis S.A.	S.A. fechada	Indireta, 100%	PE	28/11/2014	28/11/2049
Ventos de São Clemente V Energias Renováveis S.A.	S.A. fechada	Indireta, 100%	PE	27/11/2014	27/11/2049
Ventos de São Clemente VI Energias Renováveis S.A.	S.A. fechada	Indireta, 100%	PE	27/11/2014	27/11/2049
Ventos de São Clemente VII Energias Renováveis S.A.	S.A. fechada	Indireta, 100%	PE	28/11/2014	28/11/2049
Ventos de São Clemente VIII Energias Renováveis S.A.	S.A. fechada	Indireta, 100%	PE	27/11/2014	27/11/2049
Eólica Pedra Rajada S.A.	S.A. fechada	Indireta, 100%	RN	02/04/2015	01/04/2050
Eólica Pedra Rajada II S.A.	S.A. fechada	Indireta, 100%	RN	02/04/2015	01/04/2050
Eólica Boa Esperança I S.A.	S.A. fechada	Indireta, 100%	RN	20/08/2015	19/08/2050
Eólica Pedra do Reino IV S.A.	S.A. fechada	Indireta, 100%	BA	12/05/2016	01/05/2051
Vila Sergipe 1 Empreendimentos e Participações S.A.	S.A. fechada	Indireta, 100%	RN	26/12/2018	25/12/2053
Vila Rio Grande do Norte 1 Empreendimentos e Part. S.A. (c)	S.A. fechada	Indireta, 50,5%	RN	26/12/2018	25/12/2053
Vila Rio Grande do Norte 2 Empreendimentos e Part. S.A.	S.A. fechada	Indireta, 100%	RN	26/12/2018	25/12/2053
Vila Sergipe 2 Empreendimentos e Participações S.A.	S.A. fechada	Indireta, 100%	RN	21/03/2019	20/03/2054
Vila Sergipe 3 Empreendimentos e Participações S.A.	S.A. fechada	Indireta, 100%	RN	21/03/2019	20/03/2054
Vila Piauí 3 Empreendimentos e Participações S.A.	S.A. fechada	Indireta, 100%	RN	21/03/2019	20/03/2054

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

--Continuação

Período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

Vila Piauí 1 Empreendimentos e Participações S.A.	S.A. fechada	Indireta, 100%	RN	26/03/2019	25/03/2054
Vila Piauí 2 Empreendimentos e Participações S.A.	S.A. fechada	Indireta, 100%	RN	26/03/2019	25/03/2054
Vila Alagoas II Empreendimentos e Participações S.A.	S.A. fechada	Indireta, 100%	RN	12/03/2020	11/03/2055
Vila Espírito Santo I Empreendimentos e Participações S.A.	S.A. fechada	Indireta, 100%	RN	12/03/2020	11/03/2055
Vila Espírito Santo II Empreendimentos e Participações S.A.	S.A. fechada	Indireta, 100%	RN	12/03/2020	11/03/2055
Vila Espírito Santo III Empreendimentos e Participações S.A.	S.A. fechada	Indireta, 100%	RN	12/03/2020	11/03/2055
Vila Espírito Santo IV Empreendimentos e Participações S.A.	S.A. fechada	Indireta, 100%	RN	12/03/2020	11/03/2055
Vila Espírito Santo V Empreendimentos e Participações S.A.	S.A. fechada	Indireta, 100%	RN	12/03/2020	11/03/2055
UFV Sol do Pilar S.A.	S.A. fechada	Indireta, 100%	(a)	(a)	(a)
Ribeiro Gonçalves Solar VI S.A.	S.A. fechada	Indireta, 100%	PI	21/08/2020	20/08/2055
Ribeiro Gonçalves Solar VII S.A.	S.A. fechada	Indireta, 100%	PI	21/08/2020	20/08/2055
Ribeiro Gonçalves Solar VIII S.A.	S.A. fechada	Indireta, 100%	PI	21/08/2020	20/08/2055
Sertão Solar Barreiras XV S.A.(b)	S.A. fechada	Indireta, 51,40%	BA	25/05/2021	24/05/2056
Sertão Solar Barreiras XVI S.A.	S.A. fechada	Indireta, 100%	BA	25/05/2021	24/05/2056
Sertão Solar Barreiras XVII S.A.	S.A. fechada	Indireta, 100%	BA	25/05/2021	24/05/2056
Sertão Solar Barreiras XVIII S.A.	S.A. fechada	Indireta, 100%	BA	25/05/2021	24/05/2056
Sertão Solar Barreiras XIX S.A. (b)	S.A. fechada	Indireta, 51,40%	BA	25/05/2021	24/05/2056
Sertão Solar Barreiras XX S.A.	S.A. fechada	Indireta, 50,5%	BA	25/05/2021	24/05/2056
Sertão Solar Barreiras XXI S.A.	S.A. fechada	Indireta, 50,5%	BA	25/05/2021	24/05/2056
Ribeiro Gonçalves Solar III S.A.	S.A. fechada	Indireta, 100%	PI	01/08/2019	31/07/2054
Ribeiro Gonçalves Solar IV S.A.	S.A. fechada	Indireta, 100%	PI	01/08/2019	31/07/2054
Serra do Mel VIII Ltda.	Ltda.	Indireta, 100%	(a)	(a)	(a)
Serra do Mel IX Ltda.	Ltda.	Indireta, 100%	(a)	(a)	(a)
Serra do Mel X Ltda.	Ltda.	Indireta, 100%	(a)	(a)	(a)
Sol Serra do Mel XIII S.A.	S.A. fechada	Indireta, 100%	(a)	(a)	(a)
Vila Echoenergia Empreendimentos e Participações S.A.	S.A. fechada	Indireta, 100%	(a)	(a)	(a)
Ribeiro Gonçalves Solar II S.A.	S.A. fechada	Indireta, 100%	PI	01/08/2019	31/07/2054
Ribeiro Gonçalves Solar I S.A.	S.A. fechada	Indireta, 100%	PI	01/08/2019	31/07/2054

Comercialização de energia:	Tipo de sociedade	Participação societária	UF
Equatorial Renováveis S.A.	S.A. fechada	Indireta, 100%	SP
Echoenergia Comercializadora de Energia Ltda.	Ltda.	Indireta, 100%	SP

Prestação de serviços:	Tipo de sociedade	Participação societária	UF
Equatorial Serviços S.A.	S.A. fechada	Direta, 100%	MA
Equatorial Telecomunicações S.A.	S.A. fechada	Indireta, 100%	MA
Equatorial Engenharia e Construções S.A.	S.A. fechada	Indireta, 100%	MA
E-Nova Geração Distribuída S.A.	S.A. fechada	Indireta, 100%	MA
Echoenergia Suprimentos e Empreendimentos Ltda.	Ltda.	Indireta, 100%	RN

Holdings de Distribuição de Energia, Geração e Saneamento	Tipo de sociedade	Participação Societária	UF
Equatorial Energia Distribuição S.A.	S.A. fechada	Direta, 95,53%	MA
Equatorial Participações e Investimentos S.A.	S.A. fechada	Direta, 100%	MA
Equatorial Participações e Investimentos II S.A.	S.A. fechada	Direta, 100%	MA
Equatorial Participações e Investimentos III S.A.	S.A. fechada	Direta, 100%	MA
Echoenergia Participações S.A.	S.A. fechada	Direta, 100%	SP
Echoenergia Crescimento S.A.	S.A. fechada	Direta, 100%	SP
Echo Holding 1 S.A.	S.A. fechada	Indireta, 100%	CE
Ventos de São Clemente Holding S.A.	S.A. fechada	Indireta, 100%	CE
Ventos de São Jorge Holding S.A.	S.A. fechada	Indireta, 100%	CE
Serra do Mel Holding S.A.	S.A. fechada	Indireta, 100%	SP
Serras Holding S.A.	S.A. fechada	Indireta, 100%	RN
Ribeiro Gonçalves Energia Solar S.A.	S.A. fechada	Indireta, 100%	SP
Barreiras Holding S.A.	S.A. fechada	Indireta, 100%	SP
Gerais Saneamento S.A. (d)	S.A. fechada	Direta, 100%	MA

(a) Empresas pré-operacionais e sem previsão para a entrada em operação ao longo do exercício de 2026;

(b) Em janeiro de 2026, a Olfar S.A. e a Energir Geração de Energia Elétrica Ltda. na qualidade de compradoras celebraram contrato de compra e venda de ações com a Echoenergia Crescimento S.A. para autoprodução de energia solar através das controladas indiretas Sertão Solar Barreiras XV e XIX S.A. (BA), com aquisição de 48,60% das participações em cada uma das SPEs com alienação de 140.303.488 ações ordinárias de Barreiras XV e 89.839.353 ações ordinárias de Barreiras XIX;

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

--Continuação

Período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

- (c) Em abril de 2026, a PUCRS na qualidade de compradora celebrou contrato de compra e venda de ações com a Echoenergia Participações S.A. para autoprodução de energia eólica através da controlada direta Vila Rio Grande do Norte 1 Empreendimentos e Participações S.A., com aquisição de 49,50% da participação na SPE com alienação de 15.027.744 ações preferenciais; e
- (d) A Equatorial Serviços S. A. realizou cessão gratuita de 10.000 ações ordinárias da Equatorial Finanças para a Equatorial S. A. Em maio de 2025, a Equatorial Finanças S.A. teve sua denominação social alterada para Gerais Saneamento S.A.

As políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas Companhias consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros do Grupo, são totalmente eliminados na consolidação.

1.2. Entidades coligadas

Em 30 de junho de 2026, a Companhia possuía participação na seguinte empresa, classificada como coligada:

Coligada:	Tipo de sociedade	Participação societária	Data de aquisição	Área de atuação
Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP	S.A. aberta	15%	28/08/2024	Saneamento básico no Estado de São Paulo

1.3. Aquisição de participação significativa da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA, pelo Grupo Equatorial

Em 16 de junho de 2026, a Gerais Saneamento S.A., sociedade do Grupo Equatorial, adquiriu 114.075.921 ações ordinárias da Companhia de Saneamento de Minas Gerais — COPASA MG, companhia aberta com atividade de saneamento no Estado de Minas Gerais, correspondentes a 30% do seu capital social, pelo valor de R\$ 5.593.142.

A Administração concluiu que a participação adquirida caracteriza influência significativa, sem controle ou controle conjunto, nos termos do CPC 18 (R2) – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (IAS 28). Em razão das restrições ao exercício dos direitos políticos vigentes em 30 de junho de 2026, decorrentes do processo de aprovação da operação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, o investimento foi reconhecido inicialmente ao custo de aquisição nessa data.

A diferença entre o custo de aquisição e a participação da Companhia sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis da investida será apurada e alocada dentro do subgrupo de Investimentos, entre mais-valia de ativos e passivos identificáveis, líquida dos efeitos tributários, e ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), quando aplicável. O referido estudo será efetuado e concluído com base nas informações financeiras da investida na data em que a influência significativa passar a ser exercível.

A operação foi aprovada sem restrições pela Superintendência-Geral do CADE em 30 de junho 2026 (publicação no DOU em 01 de julho de 2026). Em decorrência da interposição de recurso de terceiro interessado, a matéria foi submetida para apreciação do Tribunal Administrativo do CADE, que aprovou a operação em 05 de agosto de 2026 (publicação no DOU em 06 de agosto de 2026), conforme detalhado na nota explicativa de Eventos Subsequentes.

Em decorrência, os direitos políticos inerentes à participação de 30% não são plenamente exercíveis em 30 junho de 2026, o que constitui julgamento crítico da Administração (CPC 26/IAS 1). Por essa razão, o investimento é reconhecido pelo custo de aquisição, não sendo aplicado o método da equivalência patrimonial na data-base. O método será aplicado prospectivamente a partir da data em que os direitos políticos se tornarem plenamente exercíveis, condicionada à definitividade da aprovação concorrencial.

O investimento está sujeito a restrições relevantes, incluindo restrição à transferência das ações (*lock-up*) e limite estatutário de 45% ao exercício do direito de voto por acionista. Adicionalmente, a Gerais Saneamento celebrou Acordo de Não Concorrência com a COPASA, que vincula à investida as oportunidades de saneamento no Estado de Minas Gerais.

1.4.Fechamento da operação de alienação da totalidade das ações de emissão da Equatorial Transmissão S.A.

Em 31 de outubro de 2025, foi concluído o processo de alienação da totalidade das ações detidas pela Equatorial S.A. na Equatorial Transmissão S.A., empresa controladora e única acionista de sete SPEs de ativos de transmissão, além da Equatorial Transmissora Holding S.A. (coletivamente, Grupo Transmissão). As participações foram adquiridas pela Infraestrutura e Energia Brasil S.A., na qualidade de compradora, subsidiária integral da Verene Energia S.A., esta última controlada pela Caisse de Dépôt et Placement du Québec.

O *equity value* da operação foi de R\$ 5.188.000, na data-base de 30 de junho de 2025, atualizado pelo CDI, desde a data-base até a data do fechamento da operação, juntamente com os ajustes de preço definidos pelo Contrato, sendo o preço de aquisição, pago nesta data pela Infraestrutura e Energia S.A. à Companhia, no montante de R\$ 5.389.191.

Conforme estabelecido no Contrato há a previsão de hipóteses de pagamentos adicionais a título de *earn-out*, condicionadas ao aproveitamento de determinados benefícios fiscais pelas Transmissoras. Maiores detalhes, veja nota explicativa nº 35 – Operações Descontinuadas.

1.5.Ocorrência de eventos climáticos extremos na área de concessão da controlada indireta CEEE-D

A área de concessão sob responsabilidade da CEEE-D está localizada em uma região sujeita à ocorrência de eventos climáticos extremos.

Em 28 de julho de 2025, um evento climático atingiu toda a área de concessão, provocando desligamento de 430 mil clientes (no momento mais crítico) com normalização total do atendimento em 04 de agosto de 2025. A CEEE-D não registrou danos a estruturas que comprometessem a continuidade da prestação do serviço no curto, médio e longo prazo. As principais perdas ficaram restritas a cabos, postes, transformadores e pequenas estruturas, que foram substituídas pelas equipes de campo durante a recomposição do sistema.

Em 07 de novembro de 2025, um ciclone extratropical com ventos de até 100km/h causou desligamentos que atingiram cerca de 200 mil clientes (no momento mais crítico), aproximadamente 10% do total de consumidores. O atendimento foi normalizado em 11 de novembro de 2025, com perdas materiais semelhantes às do evento anterior, ocorrido em julho de 2025. A CEEE-D não registrou danos a estruturas que comprometessem a continuidade da prestação do serviço no curto, médio e longo prazo. As principais perdas ficaram restritas a cabos, postes, transformadores e pequenas estruturas, que foram substituídas pelas equipes de campo durante a recomposição do sistema.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

--Continuação

Período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

Em 30 de outubro de 2025, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) publicou a Resolução Normativa nº 1.137, que estabelece diretrizes relacionadas à atuação das distribuidoras em emergências e à comunicação com consumidores. A CEEE-D encontra-se em fase de implementação das exigências da norma, por meio de plano de ação interno, considerando os diferentes prazos regulatórios previstos. Quanto ao dimensionamento orçamentário, a Administração informa que, até a data de encerramento do período, não foi identificada a necessidade de alocação adicional de recursos em decorrência da aplicação da referida resolução.

Em 30 de junho de 2026, os eventos climáticos totalizaram despesas registradas no valor de R\$ 1.886 (R\$ 4.800 em 30 de junho de 2025).

Dessa forma, não houve reconhecimento contábil de efeitos relacionados à norma nas informações contábeis intermediárias no período findo em 30 de junho de 2026.

1.6. Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

Em 6 de maio de 2026, as controladas Equatorial Maranhão e Equatorial Pará celebraram termos aditivos aos respectivos contratos de concessão junto à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), prorrogando sua vigência por mais 30 (trinta) anos. Os aditivos promoveram a atualização das condições contratuais, contemplando aperfeiçoamentos relacionados à qualidade, continuidade da prestação do serviço público, governança corporativa, sustentabilidade econômico-financeira das concessões, alocação de riscos e ao atendimento dos indicadores regulatórios aplicáveis.

Como consequência da celebração dos referidos aditivos, as controladas reavaliaram a natureza dos direitos econômicos associados à infraestrutura das concessões existentes na data de assinatura dos instrumentos. Com base nessa avaliação, concluíram que a recuperação dos investimentos anteriormente registrados como ativo financeiro passou a ocorrer predominantemente por meio da exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica durante o período adicional das concessões. Em decorrência dessa conclusão, em maio de 2026 foram reclassificados para o ativo intangível os saldos correspondentes, conforme detalhado na nota explicativa nº 14.1 Movimentação do Intangível.

A classificação dos direitos decorrentes da renovação das concessões como ativo intangível está fundamentada na ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, que estabelece que o direito do concessionário de cobrar os usuários pela prestação do serviço público deve ser reconhecido como ativo intangível.

Após a celebração dos respectivos termos aditivos, os investimentos realizados pelas controladas continuam sendo avaliados de acordo com os critérios previstos na ICPC 01 (R1), podendo resultar no reconhecimento de ativos financeiros e/ou ativos intangíveis, conforme a natureza dos direitos contratuais associados a cada investimento. Embora os aditivos tenham sido formalizados em 6 de maio de 2026, os períodos adicionais de exploração decorrentes das prorrogações terão início apenas ao término dos prazos atualmente vigentes das concessões. Dessa forma, os benefícios econômicos associados aos novos períodos de concessão somente passarão a ser consumidos a partir das respectivas datas de início da vigência das prorrogações.

Consequentemente, as controladas concluíram que a amortização dos ativos intangíveis decorrentes da renovação das concessões deverá iniciar-se quando os correspondentes direitos estiverem disponíveis para uso, em conformidade com a ICPC 01 (R1), o CPC 04 (R1) – Ativo Intangível e as disposições previstas nos respectivos termos aditivos dos contratos de concessão.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

--Continuação

Período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

Adicionalmente, os processos tarifários subsequentes serão conduzidos com base nas disposições dos contratos de concessão prorrogados, observando as regras, parâmetros e mecanismos tarifários estabelecidos no novo modelo contratual aplicável às distribuidoras de energia elétrica:

Controlada	Contrato de Concessão	Termo Aditivo	Período Adicional de Concessão	Amortização do Intangível da Renovação	Data-base do Processo Tarifário
Equatorial Maranhão	60/2000-ANEEL	5º aditivo	11/08/2030	11/08/2030	28/08/2026
Equatorial Pará	182/1998-ANEEL	7º aditivo	28/07/2028	28/07/2028	07/08/2026

1.7. Reforma tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132/2023, que instituiu a reforma tributária do consumo no Brasil, promovendo alterações estruturais relevantes no sistema tributário nacional, cujos efeitos foram iniciados em 2026, com período de transição compreendido entre 2026 e 2032.

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214/2025, estabelecendo as diretrizes iniciais para a implementação da reforma tributária. Complementarmente, em 13 de janeiro de 2026, foi sancionada a Lei Complementar nº 227/2026, que altera a Lei Complementar nº 214/2025 e dispõe sobre a fiscalização, o processo administrativo e a estrutura do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), e, em 29 de abril de 2026, foi editado o Decreto nº 12.955/2026, que regulamenta a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). Aspectos operacionais e detalhes específicos ainda dependem de regulamentação complementar.

O exercício de 2026 corresponde ao período de teste operacional, no qual ocorrem os fatos geradores e aplicam-se as alíquotas previstas em lei, permanecendo exigível o cumprimento das obrigações acessórias e ficando dispensado o recolhimento do IBS e da CBS para os contribuintes adimplentes com tais obrigações. A contribuição para o PIS/Pasep e a Cofins permanecem integralmente exigíveis, e eventual recolhimento de IBS e CBS seria compensável ou ressarcível nos termos do art. 348, incisos I e II, da Lei Complementar nº 214/2025, de modo que o período de teste não representa ônus tributário adicional.

Em 20 de julho de 2026, o Conselho Federal de Contabilidade publicou a Orientação Técnica CFC nº 1/2026, de caráter não vinculante, que não adota posição prescritiva quanto ao reconhecimento contábil no período de teste, atribuindo essa decisão ao julgamento profissional. No exercício desse julgamento, a Administração avaliou a conformidade da Companhia e de suas controladas com as obrigações acessórias aplicáveis e concluiu não se configurar obrigação presente com potencial de exigir a transferência de recursos econômicos, nos termos dos itens 4.43, alínea "b", e 4.45 da Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (CPC 00 (R2)). Consequentemente, até 30 de junho de 2026, não foram reconhecidos passivos tributários de IBS e CBS, nem os correspondentes créditos das operações de entrada. Eventual descumprimento das obrigações acessórias configuraria obrigação de natureza contingente, cuja saída de recursos não é considerada provável e que, portanto, não é objeto de reconhecimento, conforme CPC 25 / IAS 37 — Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. A conclusão poderá ser revisada caso ocorram alterações legislativas, regulamentares ou interpretativas que modifiquem a avaliação atualmente adotada.

A Administração segue acompanhando a evolução da regulamentação, avaliando os impactos contábeis à medida que novas definições forem estabelecidas.

Quando a cobrança se tornar efetiva, haverá mudança na forma de apresentação da receita. Atualmente, o ICMS, o PIS/Pasep e a Cofins integram a receita bruta e são apresentados como deduções até a receita líquida. O IBS e a CBS, por serem destacados do valor da operação e não

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

--Continuação

Período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

representarem benefício econômico que permaneçam com a Companhia, não integrarão a receita em nenhuma linha da demonstração do resultado, conforme o CPC 47 / IFRS 15 — Receita de Contrato com Cliente. A receita passará a ser apresentada líquida desses tributos, com reflexos na comparabilidade entre exercícios, em razão da mudança estrutural da base de apresentação das operações.

Na data-base destas informações trimestrais, a Reforma Tributária sobre o Consumo não produziu impactos relevantes sobre o reconhecimento e a mensuração das operações da Companhia e de suas Controladas. Os impactos atualmente identificados referem-se, principalmente, às divulgações requeridas acerca dos efeitos esperados da implementação do novo modelo tributário e, quando da efetiva cobrança da CBS e do IBS, à forma de apresentação da receita na demonstração do resultado, o que poderá afetar a comparabilidade das informações entre os períodos.

1.8. Acordo de acionistas com o Itaú Unibanco S.A. – Equatorial Distribuição S.A.

Em 5 de janeiro 2026, por meio de aprovação em Assembleia Geral Extraordinária, ocorreu a aprovação do exercício integral da Opção de Compra Ações Preferenciais Classe A e da Opção de Compra Ações Preferenciais Classe B, em razão da integral conversão em ações ordinárias, as ações preferenciais classe "A" e as ações preferenciais classe "B" deixam de existir, de forma que, as demais ações preferencias de emissão da Controlada, as quais se enquadravam exclusivamente na classe "C", passam a ser consideradas simplesmente como ações preferenciais, sem divisão específica de classe, conforme termo definido nas cláusulas 9.1 e 9.2.1 do Acordo de Acionistas entre a Equatorial S.A e o Itaú Unibanco S.A.

Dessa forma, foram alienadas pelo acionista Itaú à Equatorial as quantidades de 87.644.582 ações Preferenciais Classe A e 145.530.174 ações Preferenciais Classe B, pelo preço à respectiva classe de ações. Cada ação preferencial foi convertida em 1 (uma) ação ordinária sob a titularidade da Equatorial. Em decorrência do exercício das opções de compra previstas nos instrumentos contratuais, a Companhia passou a deter 4.665.405.303 ações ordinárias da investida, passando a representar 95,53% do capital social da Equatorial Distribuição. O efeito da alteração na participação societária da controlada foi reconhecido diretamente no patrimônio líquido, como transação entre sócios, no montante de R\$ 51.067. Ver nota explicativa 11.1.

O exercício da Opção de Compra de Ações Preferenciais Classe C, pela Equatorial, durante o exercício de 2026, será condicionado à declaração em assembleia geral ordinária da Companhia e ao efetivo pagamento dos dividendos referentes ao exercício social de 2025. Enquanto houver Ações Preferenciais Classe C, nos termos do artigo 17, § 2º da Lei das Sociedades por Ações, as Ações Preferenciais Classe C terão direito aos dividendos distribuídos pela Companhia, em cada exercício social, aos seus acionistas, até que o valor total pago seja equivalente aos montantes abaixo a partir do exercício social de 2025:

- a) 5% (cinco por cento) do Lucro Líquido auferido pela Companhia no respectivo exercício, para as distribuições relativas ao exercício social de 2025;
- b) 10% (dez por cento) do Lucro Líquido auferido pela Companhia no respectivo exercício, para as distribuições relativas ao exercício social de 2026;
- c) 15% (quinze por cento) do Lucro Líquido auferido pela Companhia no respectivo exercício, para as distribuições relativas ao exercício social de 2027; e
- d) 25% (vinte e cinco por cento) do Lucro Líquido auferido pela Companhia nos respectivos exercícios, para as distribuições relativas ao exercício social de 2028 em diante.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

--Continuação

Período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

1.9. Lei nº 15.269/2025 – Novo marco regulatório do setor elétrico (impactos na comercialização de energia solar e eólica)

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, as controladas diretas Echoenergia Participações e Echoenergia Crescimento foram impactadas por eventos de *curtailment*, caracterizados por restrições de entrega de energia determinadas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) devido às limitações operacionais do sistema ou excesso de oferta.

Em 24 de novembro de 2025, foi sancionada a Lei nº 15.269/2025, que altera o marco regulatório do setor elétrico e introduz modificações relevantes para a dinâmica de comercialização de energia, incluindo a abertura do mercado livre para clientes de baixa tensão, a instituição do Supridor de Última Instância (SUI), mecanismos de encargos associados à migração, alterações em autoprodução por equiparação e diretrizes sobre armazenamento.

Adicionalmente, destaca-se o estabelecimento de mecanismos de compensação financeira para cortes de geração de usinas eólicas e solares classificados como indisponibilidade externa ou confiabilidade elétrica, impondo tratamentos e fontes de receitas distintas tanto para o passado (período de 1º de setembro de 2023 a 25 de setembro de 2025) quanto para o futuro (após 25 de setembro de 2025). A possibilidade de ressarcimento, contudo, está condicionada à adesão do gerador a um termo de compromisso a ser firmado com o poder concedente, o que implica a desistência de eventuais ações judiciais relacionadas ao tema.

O Ministério de Minas e Energia - MME submeteu a minuta do referido termo de compromisso à Consulta Pública nº 210/2025. A Administração da Companhia e suas controladas acompanham a evolução desse processo regulatório e avaliam os potenciais impactos operacionais, regulatórios e econômico-financeiros associados à implementação da nova legislação, tendo em vista a relevância dos valores associados às tipologias de corte de geração não contemplados no mecanismo de compensação. A decisão da Companhia e suas controladas em aderir ou não ao mecanismo de compensação proposto dependerá das regulamentações complementares que venham a ser editadas, de seus prazos de vigência e da forma como serão operacionalizadas no âmbito do setor elétrico.

Em 30 de junho de 2026, a Lei nº 15.269/2025 não gerou efeitos contábeis materiais nas informações contábeis intermediárias da Companhia e suas controladas, que exijam reconhecimento ou remensuração imediata de ativos e passivos, permanecendo os saldos contabilizados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

--Continuação

Período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

2.1. Base de preparação

As informações contábeis intermediárias foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com a IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária (práticas contábeis adotadas no Brasil) e devem ser lidas em conjunto com as últimas demonstrações contábeis anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, previamente divulgadas. As informações contábeis intermediárias estão sendo apresentadas de forma condizente com as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais.

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas apresentam as principais variações no período, evitando a repetição de determinadas notas às demonstrações contábeis anuais previamente divulgadas, e estão sendo apresentadas na mesma base de agrupamento e ordem de quadros e notas explicativas, se comparadas com as demonstrações contábeis anuais.

As controladas da Companhia, quando aplicável, também se utilizam das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro (MCSE) e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos; e (ii) perdas por redução ao valor recuperável ("*impairment*") de ativos.

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas estão apresentadas em reais e todos os valores são arredondados para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia e de suas controladas pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são reconhecidas no resultado, com exceção de itens monetários designados como parte de um *hedge* de investimento líquido, sendo essas diferenças reconhecidas diretamente em outros resultados abrangentes até o momento da alienação do investimento líquido, quando são reconhecidas na demonstração do resultado.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de quaisquer incertezas, incluindo assuntos relacionados ao clima, que possam gerar dúvidas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, conforme CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária, estas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

--Continuação

Período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas. Desta forma, as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 12 de agosto de 2026.

3. Políticas contábeis materiais e estimativas críticas

As políticas contábeis materiais e estimativas críticas aplicáveis à essas informações contábeis intermediárias, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações contábeis anuais da Companhia e suas controladas, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, e, portanto, devem ser lidas em conjunto.

3.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2026

A Companhia avaliou as normas novas ou alteradas que se tornaram aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2026, resumidas no quadro abaixo, e não identificou impactos significativos em suas informações contábeis intermediárias, não tendo sido necessário alterar suas políticas contábeis nem realizar ajustes retrospectivos em decorrência de sua adoção.

Norma	Descrição da alteração	Vigência	Impactos contábeis
Alterações ao IFRS 9 e ao IFRS 7 – Instrumentos Financeiros (CPC 48 e CPC 40)	O IASB emitiu duas alterações às referidas normas, com igual vigência: (i) Classificação e mensuração de instrumentos financeiros: esclarece o momento da baixa (<i>derecognition</i>) de passivos financeiros liquidados por meios eletrônicos de pagamento, com a introdução de opção contábil para reconhecer a extinção antes da entrega efetiva dos recursos quando atendidas condições determinadas, e a forma de análise dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros cujas taxas ou retornos estejam vinculados a metas ambientais, sociais e de governança (ASG), definindo se tais ativos qualificam-se para mensuração ao custo amortizado. Amplia, ainda, as exigências de divulgação relativas a participações societárias designadas a valor justo por meio de outros resultados abrangentes e a instrumentos com cláusulas contingentes. (ii) Contratos que referenciam eletricidade dependente da natureza: aplica-se a contratos de compra e venda de energia de fontes cuja geração depende de condições naturais não controláveis (eólica e solar), tipicamente estruturados como contratos de longo prazo (<i>Power Purchase Agreements</i> — PPAs). Esclarece a aplicação da exceção de “uso próprio” (<i>own-use</i>), permite a designação desses contratos como instrumentos de hedge em relações de fluxo de caixa e introduz novos requisitos de divulgação sobre seus efeitos no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa.	01/01/2026	Sem impactos relevantes na aplicação inicial.
Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11	Promovem alterações de esclarecimento, simplificação e correção nas seguintes normas: IFRS 1 – Adoção Inicial (CPC 37), IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação (CPC 40), IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (CPC 48), IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas (CPC 36) e IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa (CPC 03 (R2)).	01/01/2026	Sem impactos relevantes.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

--Continuação

Período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

3.2. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

A Companhia e suas controladas estão em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos acima e decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Norma	Descrição da alteração	Avaliação de possíveis impactos	Vigência
CPC 51/IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Contábeis	O CPC 51/IFRS 18 introduz novos requisitos para a apresentação da demonstração do resultado, incluindo totais e subtotais especificados. A norma exige que todas as entidades classifiquem as receitas e despesas em cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, tributos sobre o lucro e operações descontinuadas, e forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. O CPC 51/IFRS 18 também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas relacionadas à demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração, incluindo a reconciliação com o subtotal mais diretamente comparável. A norma introduz, ainda, novos requisitos para a agregação e desagregação de informações com base nas funções identificadas nas demonstrações financeiras primárias e nas notas explicativas. Foram feitas alterações de escopo restrito ao CPC 03 (R2)/IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, que incluem a alteração do ponto de partida do método indireto de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade na classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros, além de alterações consequentes em outras normas.	A Companhia está avaliando os impactos da norma, que se concentram na forma de apresentação e divulgação, sem afetar o reconhecimento ou a mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. Estão em revisão: (i) o mapeamento do plano de contas às cinco categorias e a reclassificação de receitas e despesas; (ii) a definição e a reconciliação das medidas de desempenho da Administração; (iii) os ajustes na demonstração dos fluxos de caixa pelo método indireto; e (iv) a preparação dos dados comparativos de 2026. A adoção da norma não deverá gerar ajustes nos saldos patrimoniais, sendo identificada a necessidade de reclassificação e reapresentação das informações comparativas dos relatórios citados na descrição da norma.	01/01/2027
IFRS 20: Ativos e passivos regulatórios (sem norma contábil brasileira correspondente até o momento)	A IFRS 20 estabelece que a compensação por bens ou serviços regulados deve ser reconhecida no mesmo período em que tais bens ou serviços são fornecidos. A norma disciplina o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de ativos e passivos regulatórios, bem como de receitas e despesas regulatórias, complementando as informações já divulgadas sob outras IFRS, em especial o CPC 47/IFRS 15 – Receita de contratos de clientes. A IFRS 20 introduz o conceito de "diferença temporal" entre o momento em que a entidade fornece os bens ou serviços regulados e o momento em que os cobra dos clientes por meio das tarifas, exigindo o reconhecimento de ativo ou passivo regulatório e da correspondente receita ou despesa regulatória, mensurados por técnica baseada em fluxo de caixa descontado à taxa de juros regulatória. Sua aplicação visa refletir, de forma fiel, os efeitos da regulação sobre o desempenho financeiro e a posição patrimonial da entidade, além de fornecer maior transparência quanto aos impactos nos fluxos de caixa futuros.	A Companhia está acompanhando a evolução da norma, cujos efeitos são potencialmente relevantes por atuar em atividade regulada por tarifas. Contudo, a avaliação dos impactos e a definição do tratamento contábil a ser adotado dependem do posicionamento do CPC quanto à recepção e à disciplina de aplicação da norma no Brasil. A Companhia ainda não concluiu a quantificação dos efeitos e adotará as medidas necessárias após a manifestação do referido órgão.	Aplicável aos períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2029. A norma substituirá a IFRS 14 – Contas de Diferimento Regulatório. A norma ainda não foi recepcionada no Brasil, estando pendente de edição do pronunciamento correlato pelo CPC e de referendo pela CVM, dos quais dependerá a eventual permissão de adoção antecipada.
IAS 28 – Investimentos em Coligadas e Empreendimentos Controlados em Conjunto	As alterações esclarecem quais investimentos em coligadas e empreendimento controlados em conjunto podem ser mensurados ao valor justo, quando aplicável a opção prevista na IAS 28. As alterações possuem escopo restrito e não modificam as práticas consolidadas de aplicação do método da equivalência patrimonial.	Poderá ser necessária a revisão da classificação e da mensuração dos investimentos abrangidos, bem como das políticas contábeis e divulgações relacionadas. A Administração deverá avaliar a aplicabilidade das alterações, não sendo esperados impactos relevantes caso as práticas atuais estejam alinhadas aos esclarecimentos.	Aplicável aos períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, coincidindo com a primeira aplicação da IFRS 18 pela entidade (ou antes, se a IFRS 18 for adotada antecipadamente).

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

--Continuação

Período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Caixa e depósitos bancários à vista	254	484	283.908	309.243
Equivalentes de caixa				
Aplicação direta (a)				
Certificado de Depósito Bancário – CDB	589.741	259	4.409.236	1.715.713
Operações compromissadas	-	607.855	382.130	634.871
Subtotal de equivalentes de caixa	589.741	608.114	4.791.366	2.350.584
Total	589.995	608.598	5.075.274	2.659.827

- (a) A movimentação do período refere-se, principalmente, a realocações estratégicas entre Fundos de investimento e Operações compromissadas para Certificados de Depósito Bancário, buscando aumentar a rentabilidade do caixa disponível da Companhia.

A carteira da Companhia e de suas controladas é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e a rentabilidade média ponderada da carteira no período findo em 30 de junho 2026 equivale a 100,44 % do CDI (100,02% do CDI em 31 de dezembro de 2025).

5. Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Circulante				
Fundos de investimentos				
Cotas de fundos de investimento	18.485	932.408	2.524.408	6.335.460
Cotas de fundos de investimento FIDC	-	-	286.227	185.700
Fundo de investimento aberto	508	493	1.078.866	1.127.302
Recursos vinculados	-	-	255.247	173.610
Total circulante	18.993	932.901	4.144.748	7.822.072
Não circulante				
Recursos vinculados	-	-	739.406	724.835
Total não circulante	-	-	739.406	724.835
Total (a)	18.993	932.901	4.884.154	8.546.907

- (a) A variação do período ocorre, principalmente, em decorrência da realocação dos recursos dos fundos de investimento, conforme descrito na nota (a) da nota explicativa nº 4 Caixa e equivalentes de caixa.

A rentabilidade média ponderada da carteira de aplicações financeiras da Companhia e de suas controladas no período findo em 30 de junho de 2026 equivale a 100,14% do CDI (101,16% do CDI em 31 de dezembro de 2025).

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas -- Continuação
Período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais)

6. Contas a receber de clientes (Consolidado)

6.1. Composição dos saldos

	30/06/2026				31/12/2025			
	A vencer	Vencidos		Total	A vencer	Vencidos		Total
		Até 90 dias	Mais de 90 dias			Até 90 dias	Mais de 90 dias	
Residencial	1.179.109	1.202.273	2.738.465	5.119.847	1.374.853	1.233.079	2.568.162	5.176.094
Industrial	143.752	30.804	76.103	250.659	159.958	26.969	77.463	264.390
Comercial	451.223	165.035	422.605	1.038.863	518.873	178.737	402.423	1.100.033
Rural	186.865	123.705	457.732	768.302	193.186	137.272	404.605	735.063
Poder público	296.948	93.309	115.129	505.386	257.746	87.752	106.744	452.242
Iluminação pública	78.403	8.559	65.907	152.869	84.094	17.264	71.253	172.611
Serviço público	125.946	43.113	204.064	373.123	124.992	60.361	156.003	341.356
Contas a receber de consumidores faturados	2.462.246	1.666.798	4.080.005	8.209.049	2.713.702	1.741.434	3.786.653	8.241.789
Residencial	653.743	83.039	975.325	1.712.107	643.723	81.709	995.214	1.720.646
Industrial	66.741	2.584	32.044	101.369	67.563	3.031	32.501	103.095
Comercial	273.774	11.604	188.706	474.084	283.703	13.601	193.987	491.291
Rural	83.209	8.217	63.728	155.154	81.575	7.614	62.602	151.791
Poder público	367.421	6.802	74.302	448.525	370.579	9.097	79.198	458.874
Iluminação pública	165.596	4.016	9.519	179.131	174.432	4.578	9.220	188.230
Serviço público	114.799	16.619	72.291	203.709	139.471	17.413	48.732	205.616
Parcelamentos (a)	1.725.283	132.881	1.415.915	3.274.079	1.761.046	137.043	1.421.454	3.319.543
Contas a receber de consumidores não faturados (b)	1.584.703	-	-	1.584.703	1.546.475	-	-	1.546.475
Baixa renda (c)	517.411	-	-	517.411	398.427	-	-	398.427
Outras (d)	1.039.165	20.774	33.709	1.093.648	1.049.634	15.386	32.562	1.097.582
Subtotal bruto	7.328.808	1.820.453	5.529.629	14.678.890	7.469.284	1.893.863	5.240.669	14.603.816
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	(501.454)	(255.603)	(3.651.581)	(4.408.638)	(523.619)	(250.465)	(3.514.168)	(4.288.252)
Total	6.827.354	1.564.850	1.878.048	10.270.252	6.945.665	1.643.398	1.726.501	10.315.564
Circulante				9.461.128				9.491.337
Não circulante				809.124				824.227

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

-- Continuação

Período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

- (a) Os parcelamentos são referentes às renegociações de faturas em atraso e possuem juros de até 1% a.m. Os valores apresentados do contas a receber referentes aos parcelamentos estão líquidos do ajuste a valor presente no montante de R\$ 446.031 em 30 de junho de 2026 (R\$ 453.252 em 31 de dezembro de 2025), em contrapartida ao resultado financeiro, no montante líquido de R\$ 7.221 (R\$ 18.876 em 30 de junho de 2025), conforme nota explicativa nº 32 – Resultado financeiro;
- (b) Corresponde à energia elétrica distribuída, mas não faturada para os consumidores, reconhecida pela competência de consumo, e o seu faturamento é efetuado tomando como base os ciclos de leitura conforme ciclo contratual;
- (c) O Governo Federal, por meio das Leis nº 12.212 e nº 10.438, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda; e
- (d) O saldo de outras são compostos, principalmente, por: montantes de juros moratórios e multas por auto religação dos consumidores das controladas distribuidoras; contratos de venda de energia nos ambientes de contratação regulada (ACR) e livre (ACL) da controlada indireta Echoenergia Participações e Echoenergia Crescimento; a prestação de serviço de telefonia, integração de telecomunicações de *internet* que usa os serviços de fibra ótica, serviços de recursos humanos das controladas Equatorial Telecomunicação e Serviços e aos contratos de venda de energia da controlada Equatorial Renováveis S.A.

6.2. Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

	31/12/2025	Provisões/ Reversões (b)	Baixas	Reclassifi- cação	30/06/2026
Contas a receber de consumidores faturados	(2.509.241)	(307.743)	171.491	-	(2.645.493)
Parcelamentos	(1.527.053)	(65.582)	81.721	-	(1.510.914)
Contas a receber de consumidores não faturados	(40.161)	(608)	-	-	(40.769)
Outras (a)	(211.797)	(7.236)	8.164	(593)	(211.462)
Total	(4.288.252)	(381.169)	261.376	(593)	(4.408.638)

- (a) A rubrica de outras perdas estimadas é composta, principalmente, por: multas sobre o consumo irregular, auto religação e inadimplência, conforme previsto na Resolução ANEEL nº 1.000 de 07 de dezembro de 2021; e
- (b) A movimentação líquida do período, resultou na constituição de provisão, no montante de R\$ 381.169, com impacto de provisão no resultado operacional e no resultado financeiro de R\$ 954 e R\$ 381.169, respectivamente, conforme notas explicativas nº 29 - Custos do serviço e despesas operacionais e nº 32 - Resultado financeiro. A Companhia e suas controladas revisaram e atualizaram a matriz de provisão utilizada na apuração da PECLD, visando refletir de forma mais tempestiva as variações no perfil de risco da carteira de clientes. Não houve alteração da política contábil divulgada nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2025, nem da metodologia de mensuração nela descrita. A alteração decorre da atualização dos parâmetros e premissas utilizados na elaboração da estimativa, caracterizando-se como mudança de estimativa contábil, nos termos do CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, com efeitos reconhecidos prospectivamente e sem reapresentação de períodos anteriores.

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas -- Continuação

Período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

7. Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros (Consolidado)

	31/12/2025	Constituição	Amortização	Atualização	Constituições com efeito caixa	Créditos de PIS/COFINS	Reclassificação	30/06/2026
Parcela A								
CDE - Conta de desenvolvimento energético (a)	369.828	357.458	(141.884)	50.524	-	-	-	635.926
PROINFA (b)	71.672	(33.441)	(47.727)	2.053	-	-	-	(7.443)
Rede básica	278.200	133.482	(111.408)	18.314	-	-	-	318.588
Compra de energia CVA (c)	1.376.568	748.212	(157.796)	103.538	-	-	-	2.070.522
ESS - Encargos do serviço do sistema (d)	(33.458)	109.094	(28.480)	(1.632)	-	-	-	45.524
Transporte Itaipu	16.204	6.494	(4.066)	1.063	-	-	-	19.695
Subtotal	2.079.014	1.321.299	(491.361)	173.860	-	-	-	3.082.812
Itens financeiros								
Sobrecontratação de energia (e)	156.965	274.594	(89.571)	7.904	(854)	-	-	349.038
Neutralidade (f)	24.030	(139.641)	(46.255)	(12.159)	-	-	3.814	(170.211)
Ultrapassagem de demanda e reativo excedente	(487.287)	(92.061)	66.093	(22.346)	-	-	-	(535.601)
Risco hidrológico	(954.352)	91.782	(47.392)	(21.367)	-	-	-	(931.329)
Compensação créditos PIS/COFINS	647	-	291.723	(3.053)	-	(289.063)	92	346
CDE Modicidade Tarifária – Empréstimo	(36.908)	3.070	18.733	(1.051)	(21.775)	-	(2.382)	(40.313)
Outros (g)	691.664	519.475	(234.085)	57.468	(126.712)	-	(1.432)	906.378
Subtotal	(605.241)	657.219	(40.754)	5.396	(149.341)	(289.063)	92	(421.692)
Total	1.473.773	1.978.518	(532.115)	179.256	(149.341)	(289.063)	92	2.661.120
Circulante								
Valores a receber	710.572							1.528.454
Valores a devolver	(205.506)							(125.579)
Efeito líquido	505.066							1.402.875
Não circulante								
Valores a receber	1.102.886							1.258.245
Valores a devolver	(134.179)							-
Efeito líquido	968.707							1.258.245
Efeito líquido total	1.473.773							2.661.120

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

-- Continuação

Período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

- (a) O saldo da CVA da Conta de Desenvolvimento Energético-CDE foi impactado no período, principalmente, pelos custos com a quota CDE USO, de acordo com a REH nº 3.564 de 09 de dezembro de 2025. A diferença entre o custo efetivamente incorrido e o valor considerado na tarifa resultou na constituição de ativo regulatório no montante de R\$ 357.458, a ser compensado nos processos tarifários subsequentes, conforme a sistemática da Conta de Compensação de Variação de Valores da Parcela A (CVA);
- (b) O saldo da CVA do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA) foi impactado, principalmente, pelo fato de a quota mensal estabelecida pela REH nº 3.558, de 9 de dezembro de 2025, para o primeiro semestre de 2026, ser inferior à cobertura tarifária concedida no processo tarifário de 2025, vigente no mesmo período. Essa diferença entre o custo incorrido e a cobertura tarifária resultou na constituição de CVA no montante de R\$ 33.441;
- (c) O saldo da CVA de energia teve como principais impactos no período: (i) o efeito de disponibilidade, risco hidrológico e exposição financeira repassados às distribuidoras, para atendimento do mercado, com movimento positivo de constituição de R\$ 1.072.422; (ii) o efeito negativo da variação da compra de energia em relação a cobertura tarifária de R\$ 479.446; e (iii) o efeito positivo de R\$ 155.236 referente a provisão de neutralidade de receita bandeira tarifária faturada de maio e junho não homologada ANEEL, totalizando um movimento de constituição de R\$ 748.212;
- (d) O saldo da CVA ESS compreende os custos com os Encargos de Serviço do Sistema (ESS), Encargos de Energia de Reserva (EER) e Encargos de Reserva de Capacidade (ERCAP), destinados a assegurar a segurança, a confiabilidade e o atendimento da demanda do Sistema Interligado Nacional (SIN). A constituição positiva de R\$ 109.094 decorre da insuficiência da cobertura tarifária desses encargos frente aos custos efetivamente incorridos, em razão do maior despacho de usinas térmicas pelo ONS e dos maiores custos de contratação de energia e potência, resultando em valores faturados pela CCEE superiores aos considerados pela ANEEL no processo tarifário;
- (e) O saldo do item Sobrecontratação com movimento de constituição ativa (positiva) de R\$ 274.594 decorre da insuficiência da cobertura tarifária frente aos custos efetivamente incorridos com a sobrecontratação de energia. No período, as receitas obtidas com a venda da energia excedente no Mercado de Curto Prazo (MCP) foram inferiores aos custos associados e exposição financeira dos submercados reconhecidos no mecanismo de sobrecontratação, resultando em uma diferença não coberta pela tarifa homologada pela ANEEL e, consequentemente, na constituição desse ativo regulatório;
- (f) A neutralidade dos encargos corresponde à diferença entre os valores faturados e os valores considerados no processo tarifário anterior (cobertura tarifária), atualizados pela SELIC, conforme procedimento de regulamentação vigente. No período, a constituição líquida negativa de R\$ 139.641; e
- (g) O saldo de amortização foi afetado, principalmente, pelas amortizações dos itens de Repactuação GFS, Repasse UBP, Diferimento Escassez Hídrica e Diferimento TUSD, além de encargos financeiros relacionados.

Anualmente, a ANEEL apura os novos índices do Reajuste Tarifário Anual (RTA) das controladas distribuidoras da Companhia, adequando suas despesas da Parcela A (custos não gerenciáveis, como compra de energia, encargos setoriais, encargos de transmissão) e, periodicamente, quando há Revisão Tarifária Periódica (RTP) também é feito o reposicionamento da Parcela B (custos gerenciáveis).

Abaixo é apresentado o resumo, por controlada, dos processos tarifários vigentes em 30 de junho de 2026. Para a Equatorial Maranhão e a Equatorial Pará, o ciclo tarifário atualmente aplicável é de quatro anos. Conforme previsto nos respectivos termos aditivos aos contratos de concessão, após as próximas revisões tarifárias periódicas (RTP) dessas controladas, os ciclos subsequentes passarão a ser de cinco anos, em linha com as demais distribuidoras do Grupo.

Controlada	Classificação	Aplicação	Resolução Homologatória	Efeito	Prox. RTP
Equatorial Maranhão	Revisão Tarifária Periódica	28/08/2025	3.512/2025	17,9%	2029
Equatorial Pará	Reajuste Tarifário Anual	07/08/2025	3.507/2025	3,74%	2027
Equatorial Piauí	Reajuste Tarifário Anual	02/12/2025	3.555/2025	13,57%	2028
Equatorial Alagoas	Reajuste Tarifário Anual	03/05/2026	3.584/2026	5,43%	2029
CEEE-D	Reajuste Tarifário Anual	22/11/2025	3.547/2026	19,53%	2026
CEA	Reajuste Tarifário Anual	13/04/2026	3.572/2026	3,54%	2026
Equatorial Goiás	Reajuste Tarifário Anual	22/10/2025	3.544/2025	18,55%	2028

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

-- Continuação

Período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

No período findo em 30 de junho de 2026, as controladas da Companhia reconheceram o montante de R\$ 80.197 (R\$ 1.039.544 em 31 de dezembro de 2025) de bandeira tarifária, sendo que R\$ 25.938 (R\$ 893.093 em 31 de dezembro de 2025) obtidos por meio de bandeira tarifária via faturamento junto aos clientes e R\$ 54.259 (R\$ 146.451 em 31 de dezembro de 2025) recebendo via Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeira Tarifárias – CCRBT. A bandeira tarifária foi criada por meio do Decreto nº 8.401/2015 e administrada pela Câmara de Comercialização de Energia – CCEE.

8. Impostos e contribuições a recuperar (Consolidado)

	30/06/2026	31/12/2025
Circulante		
ICMS a recuperar (CIAP)	670.005	625.275
PIS e COFINS a recuperar (ICMS) (a)	898.359	821.603
PIS e COFINS	59.687	47.332
Outros	70.729	42.744
Total circulante	1.698.780	1.536.954
Não circulante		
ICMS a recuperar (CIAP)	1.203.057	1.111.893
PIS e COFINS a recuperar (ICMS) (a)	1.274.797	1.184.498
Outros	2.644	66.549
Total não circulante	2.480.498	2.362.940
Total	4.179.278	3.899.894

- (a) Referem-se aos créditos tributários reconhecidos em conformidade com a Lei nº 14.385/22, os quais são compensados via PERDCOMP. Ver nota explicativa nº 24 "PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores" para mais detalhes. A expectativa de realização desses créditos é a seguinte:

	30/06/2026	
	Valor	%
Circulante	898.359	41%
2027	433.455	20%
2028	841.342	39%
Não circulante	1.274.797	59%
Total	2.173.156	100%

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

-- Continuação

Período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

9. Partes relacionadas

Em 30 de junho de 2026, a Companhia e suas controladas possuem transações com partes relacionadas, principalmente, dos contratos de compartilhamento, empréstimos, dividendos, entre outros.

		Controladora			
		30/06/2026		31/12/2025	30/06/2025
		Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)	Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)
Empresas	Notas				
Outras contas a receber					
Controladas indiretas					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(a)	11.168	7.953	7.175	8.564
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(a)	1	-	-	7.464
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(a)	-	-	-	4.761
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D	(a)	-	-	3.312	16.076
Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA	(a)	-	-	1.963	8.239
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(a)	-	-	2.042	28.178
Subtotal		11.169	7.953	14.492	73.282
Controlada direta					
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(a)	-	-	-	2.551
Total		11.169	7.953	14.492	75.833
Recuperação judicial					
Controladas indiretas					
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(b)	143.487	6.147	138.663	1.154
Dividendos a receber					
Controladas diretas					
Equatorial Energia Distribuição S.A.	(e)	607.945	-	382.302	-
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(e)	88	-	51.396	-
Equatorial Participações e Investimentos S.A.	(e)	3.975	-	3.975	-
Equatorial Participações e Investimentos II S.A.	(e)	-	-	6.162	-
Equatorial Serviços S.A.	(e)	7.932	-	7.932	-
Coligada					
SABESP	(e)	-	-	308.748	-
Subtotal		619.940	-	760.515	-
Total		763.427	6.147	899.178	76.987

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

-- Continuação

Período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

		Consolidado			
		30/06/2026		31/12/2025	30/06/2025
Notas		Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)	Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)
Empresas					
Contas a receber					
Outros tipos de partes relacionadas					
Associação para Assinatura de Energia	(f)	4.451	15.834	3.766	7.847
Outras contas a pagar					
Entidade é plano de benefício pós-emprego					
Equatorial Energia Fundação de Previdência	(g)	-	(42)	-	(2.200)
Instituto Equatorial	(h)	-	7.155	-	-
Fornecedores					
Outros tipos de partes relacionadas					
Instituto de Ciência e Tecnologia Grupo Equatorial (ICT)	(c)	(9.936)	-	(8.386)	-
Valores a pagar de acordo com plano de recuperação judicial					
Outros tipos de partes relacionadas					
AXIA Energia	(d)	(680.616)	(28.195)	(652.421)	(26.910)
Dividendos a receber					
Coligada					
SABESP	(e)	-	-	308.748	

- (a) Em 16 de setembro de 2022, foi assinado Instrumento Particular de Remuneração pela Prestação de Garantia Corporativa (fiança/aval), entre as controladas (Contratantes) e a Equatorial S.A. (Contratada), estabelecendo as condições para eventual remuneração das garantias prestadas sob a forma de aval/fiança em contratos. Conforme previsto nas condições contratuais, a prestação da garantia poderá estar sujeita a remuneração equivalente a 1% a.a. (um por cento) ao ano, pro rata, incidente sobre o saldo devedor do título ou contrato garantido;
- (b) Valores provenientes da aquisição direta ou indireta dos créditos constantes no Plano de Recuperação Judicial;
- (c) Os valores com o Instituto de Ciência e Tecnologia Grupo Equatorial referem-se a projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e Programa de Eficiência Energética (PEE), de gestão corporativa. Adicionalmente, no período findo em 30 de junho de 2026, as controladas da Companhia realizaram doações para o Instituto no montante de R\$ 7.155;
- (d) Em 1º de dezembro de 2014, o Juiz da 13ª Vara Civil de Belém decretou, com fundamento no que dispõe os arts. 61 e 63 da Lei 11.102/05, após manifestação do Administrador Judicial e do Ministério Público, como encerrada a recuperação judicial da controlada Equatorial Pará. Essas obrigações só se encerram com seu cumprimento integral, a AXIA Energia, é detentora de créditos homologados no valor original de R\$ 423.463, que serão quitados da seguinte forma: (i) carência para pagamento de principal e juros até agosto de 2019, com juros capitalizados; (ii) juros de 6% a.a. e pagos semestralmente a partir do último dia de setembro de 2019, e incidentes sobre o valor do saldo do principal; e (iii) pagamento do principal: (iii.a) de março de 2027 a setembro de 2030, inclusive, amortizações correspondentes a 5% a.a. do principal em parcelas semestrais; (iii.b) de março de 2031 a setembro de 2033, inclusive, amortizações correspondentes a 10% a.a. do principal ao ano, em parcelas semestrais; (iii.c) em setembro de 2034, o saldo de 50% (cinquenta por cento) do principal;
- (e) Referente aos dividendos a receber do exercício de 2025;
- (f) Referente a despesas com consultoria, taxas e fatura de energia da controlada indireta E-Nova com a Associação;
- (g) Os valores com a EQTPREV são provenientes das contribuições da patrocinadora das controladas indiretas Equatorial Maranhão, CEEE-D controladas diretas Equatorial Piauí e Equatorial Alagoas com sua Fundação de Previdência Complementar; e
- (h) Em 30 de junho de 2026 a Companhia reconheceu despesas de doações realizadas para o Instituto.

Além das operações apresentadas acima, as controladas da Companhia possuem transações, entre si, referentes a compartilhamentos de despesas e arrendamentos, compra e venda de bens e materiais *intercompany*, bens cedidos em comodato, prestação de serviços de telecomunicações e de uso do sistema de transmissão, entre outros, cujos saldos patrimoniais e de resultado, são eliminados de forma integral, nas informações contábeis intermediárias consolidadas.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

-- Continuação

Período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

9.1. Remuneração de pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os Conselhos de Administração e Fiscal, o Comitê de Auditoria Estatutário, Presidente e Diretores. A remuneração anual total foi fixada em até R\$ 53.752, conforme Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária realizada em 30 de abril de 2026 (R\$ 53.650, conforme Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária realizada em 30 de abril de 2025).

Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia e suas controladas.

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas não possuem remuneração na categoria de benefícios de rescisão de contrato de trabalho para suas pessoas chaves da Administração.

Os benefícios pós-emprego estão descritos na nota explicativa nº 32 – Benefício pós-emprego, das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2025 e referem-se aos planos de aposentadoria e pensão com o objetivo de complementar e suplementar o sistema oficial da previdência social.

Os diretores executivos possuem o benefício de planos de opção de compra de ações e pagamento baseado em ações. As datas de vencimento e os preços de exercício das opções de compra de ações pelos diretores executivos e detalhes adicionais do plano estão apresentados na nota explicativa nº 27 – Planos de incentivo de longo prazo.

Proporção de cada elemento na remuneração total paga, referente ao período findo em 30 de junho de 2026:

	01/04/2026 a 30/06/2026	01/01/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025
Total Remuneração fixa anual	4.751	8.952	13.017	15.839
Salário ou Pró-labore	4.643	8.736	12.942	15.703
Benefícios diretos e indiretos	108	216	75	136
Total Remuneração variável	7.866	7.866	7.039	7.039
Total Remuneração baseada em ações	4.096	8.570	3.193	3.254
Benefícios pós emprego	75	145	10	20
Valor total da remuneração	16.788	25.533	23.259	26.152

9.2. Garantias

A Companhia pode prestar garantia como avalista ou fiadora das controladas nas apólices de seguros e fianças sem ônus ou remuneração e nos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com remuneração em 1% a.a. sobre o saldo devedor. As garantias estão descritas nas notas explicativas nº 18.2 e 19.4. A partir de 31 de outubro de 2025, a Equatorial S.A. não detém mais responsabilidade pelas garantias anteriormente prestadas em favor da Equatorial Transmissão S.A., em função do fechamento da operação de alienação da totalidade das ações de sua emissão, conforme descrito na nota explicativa 1.4.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

-- Continuação

Período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

10. Outras contas a receber (Consolidado)

10.1. Composição dos saldos

	30/06/2026	31/12/2025
Circulante		
Adiantamento a fornecedores (a)	406.251	260.555
Neutralidade PIS/COFINS	82.285	51.318
Subvenção descontos tarifários (b)	826.713	974.658
Sobra física	6.087	6.087
Uso mútuo de poste	78.647	89.962
Créditos especiais – FUNAC – Aguardando ressarcimento (c)	93.322	95.578
(-) PECLD	(38.342)	(30.676)
Reinvestimento SUDAM/SUDENE	212.175	156.421
Outros	243.330	277.649
Total circulante	1.910.468	1.881.552
Não circulante		
Crédito a receber - Recuperação judicial	24.977	24.977
Sobra física	14.459	14.459
(-) PECLD	(4.220)	(4.124)
Créditos especiais – FUNAC – Em decisão judicial (c)	388.005	395.956
Créditos especiais – FUNAC – Aguardando ressarcimento (c)	231.494	253.823
Outros	114.154	74.907
Total não circulante	768.869	759.998
Total	2.679.337	2.641.550

- (a) A variação decorre de adiantamentos realizados a fornecedores no curso normal das operações, conforme condições contratuais, para viabilizar a execução dos contratos;
- (b) Os valores a receber são referentes aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários de serviço público de distribuição de energia elétrica, a serem recebidos do Poder Concedente, conforme previsto no art. 13, inciso VII, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e em cumprimento ao disposto no art. 3º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013, homologados pela Resolução nº 3.507, de 05 de agosto de 2025; e
- (c) Ver nota explicativa nº 10.2. - Movimentação do saldo de Créditos Especiais – Ativo FUNAC.

A Lei Estadual nº 17.555/2012 instituiu o FUNAC com o objetivo de reunir e destinar recursos financeiros para ressarcimento de pagamentos de contingências administrativas e judiciais cujo fatos geradores ocorreram até a venda do controle acionário para a AXIA Energia. O contrato de compra e venda de ações de 2017, entre Equatorial Goiás, AXIA Energia e CELGP, assegurou aos compradores indenização do Estado de Goiás em caso de alterações legais sobre o FUNAC.

Em 2019, a Lei nº 20.416 alterou as Leis nº 17.555/2012 e 19.473/2016, reduzindo o exercício de cobertura do FUNAC de 27 de janeiro de 2015 para 24 de abril de 2012. Ainda em 2019, a Lei nº 20.468 revogou créditos de ICMS vinculados às contingências. Tais alterações foram questionadas judicialmente pela Companhia, por afrontarem direitos adquiridos e o contrato de venda. Houve decisões liminares favoráveis e desfavoráveis no Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJ-GO) entre 2019 e 2023. A Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (ABRADEE), ainda em 2019, ajuizou uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) no STF, rejeitada em 2021 por razões processuais, sem análise do mérito.

Em maio de 2023, o TJ-GO reconheceu o direito da Companhia ao ressarcimento conforme Leis nº 17.555/12 e 19.473/16. Posteriormente, em dezembro de 2023, o órgão especial do TJ-GO anulou tal decisão, determinando novo julgamento. O processo seguiu para julgamento do incidente pelo plenário do Tribunal de Justiça de Goiás. Em 11 de março de 2026, após iniciada a seção, o relator apresentou voto julgando parcialmente procedente a arguição de inconstitucionalidade. Votaram com relator treze desembargadores. Processo com vista, com quatro julgadores aguardando seu voto.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

-- Continuação

Período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

A Administração da Equatorial Goiás concluiu, com base nos princípios constitucionais do direito adquirido, da segurança jurídica, do ato jurídico perfeito, da boa-fé objetiva, da proteção da confiança na contratação com a Administração Pública, da supremacia do interesse público e do *pacta sunt servanda*, inserto no artigo 5º, XXXVI da Constituição Federal, bem como no fato de que os atos garantidores desses direitos são considerados atos jurídicos perfeitos, protegidos pelo ordenamento jurídico brasileiro, e em razão das medidas judiciais em trâmite perante o Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal, que os valores continuam recuperáveis e se tornarão líquidos a medida em que as obrigações associadas aos créditos sejam reembolsadas.

O direito da Equatorial Goiás sustenta-se pelos contratos celebrados com a Administração Pública, tendo sido assumida, direta e inequivocamente, pelo Estado de Goiás a responsabilidade pelos termos e condições contratuais em relação ao FUNAC. Especificamente sobre o crédito outorgado de ICMS, importante salientar que o Código Tributário Nacional, bem como a Constituição Federal, preveem a impossibilidade de revogação do benefício fiscal, considerando a forma e razão de sua outorga, sendo tal entendimento reforçado por Súmula nº 544 do Supremo Tribunal Federal, que se enquadra claramente a tese sustentada pela Companhia no processo judicial em andamento no Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, e pela ABRADÉE na ADI proposta no Supremo Tribunal Federal, que, em resumo, impede a revogação do incentivo fiscal concedido mediante condições e a prazo certo.

Adicionalmente, a Administração da Companhia está adotando todas medidas cabíveis para manter os direitos adquiridos na época da compra da mesma, garantidos pelo próprio Estado de Goiás conforme contrato de compra e venda firmado em 14 de fevereiro de 2017.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

-- Continuação

Período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

10.2. Movimentação do saldo de Créditos Especiais – Ativo FUNAC

	31/12/2025	30/06/2026				
	Saldo inicial	Adições/ Reversões (a)	Decisão Judicial/ Pagamento	Provisão para redução ao valor recuperável (b)	Baixa por recebimento	PECLD (c)
Créditos especiais – FUNAC – Em decisão judicial	620.597	116.413	(194.709)	-	-	-
(-) Impairment - Créditos especiais – FUNAC – Em decisão judicial (b)	(224.641)	-	-	70.345	-	-
Créditos especiais – FUNAC – Em decisão judicial	395.956	116.413	(194.709)	70.345	-	-
Créditos especiais – FUNAC – Aguardando ressarcimento	1.371.488	-	194.709	-	(155)	-
(-) Impairment - Créditos especiais – FUNAC – Aguardando ressarcimento (b)	(656.792)	-	-	(162.668)	-	-
(-) PECLD - Créditos especiais – FUNAC – Aguardando ressarcimento (c)	(365.295)	-	-	-	-	(56.471)
Créditos especiais – FUNAC – Aguardando ressarcimento	349.401	-	194.709	(162.668)	(155)	(56.471)
Total	745.357	116.413	-	(92.323)	(155)	(56.471)

- (a) O montante de R\$ 116.413 (R\$ 129.535 em 30 de junho de 2025), refere-se à movimentação líquida, que resultou em uma adição no montante de R\$ 77.385 (R\$ 78.701 em 30 de junho de 2025), em contrapartida ao passivo e as atualizações no montante de R\$ 30.028 (R\$ 50.834 em 30 de junho de 2025).
- (b) A Administração mantém provisão para perda ao valor recuperável do FUNAC, no montante total de R\$ 973.756 em 30 de junho de 2026 (R\$ 881.433 em 31 de dezembro de 2025), com base nas alterações realizadas às leis vigentes à época da aquisição, bem como as incertezas acerca das decisões que serão proferidas pelos juízes das comarcas e instâncias cujos recursos da Companhia foram realizados, período para o qual a Companhia teve o direito de ressarcimento revogado pela alteração das Leis nº 17.555/12 e 19.473/16, ou seja, os processos compreendidos entre abril de 2012 e janeiro de 2015 possuem 100% de provisão ao valor recuperável. O impacto líquido da referida provisão com atualização, no período findo em 30 de junho de 2026, foi uma reversão de R\$ 92.323, (R\$ 16.457 em 30 de junho de 2025), sendo R\$ 77.051 com impacto no resultado operacional (R\$ 12.917 em 30 de junho de 2025) e R\$ 15.272 no resultado financeiro (R\$ 3.540 em 30 de junho de 2025), conforme nota (c) da nota explicativa nº 29 - Custos do serviço e despesas operacionais e nº 32 - Resultado financeiro; e
- (c) Sobre o saldo de "Créditos Especiais – Aguardando ressarcimento" é calculada a perda estimada, considerando a expectativa de recebimento da Administração. Para 30 de junho de 2026, foi calculada uma provisão de R\$ 56.471 (R\$ 85.826 em 30 de junho de 2025), sendo R\$ 41.531 com impacto no resultado operacional, conforme nota explicativa nº 29 – Custos do serviço e despesas operacionais e R\$ 14.590 com impacto no resultado financeiro, conforme nota explicativa, nº 32 - Resultado financeiro. Para a estimativa, é observado o volume de recebimento x requerimentos nos últimos cinco exercícios sociais.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

-- Continuação

Período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

11. Investimentos

As principais informações sobre os investimentos nas controladas estão conforme a seguir demonstradas:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Avaliados por equivalência patrimonial:				
Controladas:				
Equatorial Distribuição	11.317.945	10.267.469	-	-
Equatorial Alagoas	1.954.245	1.836.593	-	-
Equatorial Serviços	377.870	344.797	-	-
Equatorial Participações	616.743	810.691	-	-
Equatorial Participações II	343.659	359.623	-	-
Echoenergia Participações	3.873.287	3.938.119	-	-
Equatorial Renováveis	6.060	16.807	-	-
Echoenergia Crescimento (a)	-	116.252	-	-
Gerais Saneamento (b)	577.084	-	-	-
Subtotal Investimento	19.066.893	17.690.351	-	-
Coligada:				
SABESP	7.956.977	7.555.898	7.956.977	7.555.898
Outros investimentos				
COPASA (b)	-	-	5.593.142	-
Outros investimentos	-	-	11.414	12.391
Subtotal Outros Investimentos	-	-	5.604.556	12.391
Total investimentos	27.023.870	25.246.249	13.561.533	7.568.289
Equatorial Participações III (a)	(394.381)	(351.288)	-	-
Echoenergia Crescimento (a)	(316.250)	-	-	-
Total Provisão para perda em investimento	(710.631)	(351.288)	-	-
Efeito líquido total	26.313.239	24.894.961	13.561.533	7.568.289

- (a) Representado pelos investimentos na CSA e Echo Crescimento, que apresentam patrimônio líquido negativo. Os ativos relacionados à CSA e Echo Crescimento foram ajustados ao seu valor recuperável, após resultado do teste de *impairment* – ver maiores detalhes na nota explicativa 16; e
- (b) Conforme detalhado na Nota 1.3, o Grupo Equatorial detém 30,00% da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA MG, reconhecida ao custo de R\$ 5.593.142 em 30 de junho 2026, com aplicação prospectiva do método da equivalência patrimonial. Apresenta-se abaixo o resumo da posição financeira da investida e a reconciliação com o valor contábil do investimento, com base nas informações trimestrais de 31 de março de 2026 — últimas informações divulgadas pela COPASA até a data de autorização destas demonstrações e apresentadas a título informativo. A parcela de 30% do patrimônio líquido e a diferença a alocar entre mais-valia e ágio são preliminares e serão atualizadas com base no patrimônio líquido da investida na data de referência da mensuração, quando do início do método da equivalência patrimonial.

COPASA MG (R\$ mil)	31/03/2026
Ativo total	21.493.600
Patrimônio líquido	8.768.804
Participação do Grupo (30%)	2.630.641
Diferença a alocar (mais-valia + ágio)	2.962.501
Custo de aquisição (valor contábil)	5.593.142

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

-- Continuação

Período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

11.1. Movimentação dos investimentos em controladas – Controladora

	31/12/2025	Aumento de capital	Exercício da opção de compra	Dividendos intermediários	Resultado de equivalência patrimonial (a)	Outros resultados abrangentes	Mudança na participação relativa em controladas	Stock Options/ Matching Shares	Outros	30/06/2026
Controladas										
Equatorial Distribuição	10.267.469	434.000	181.707	(607.945)	1.094.819	(8.635)	(51.067)	6.186	1.411	11.317.945
Equatorial Alagoas	1.836.593	-	-	(110)	118.679	(1.859)	-	942	-	1.954.245
Equatorial Serviços	344.797	125.900	-	-	(95.015)	386	1.802	-	-	377.870
Equatorial Participações	810.691	-	-	-	(188.406)	(5.536)	(746)	740	-	616.743
Equatorial Participações II	359.623	6.162	-	-	(30.416)	8.004	-	286	-	343.659
Equatorial Participações III	(351.288)	25.000	-	-	(90.758)	-	22.665	-	-	(394.381)
Echoenergia Participações	3.938.119	73.214	-	-	(121.284)	(1.022)	(17.887)	2.147	-	3.873.287
Echoenergia Crescimento	116.252	-	-	-	(108.671)	-	(323.831)	-	-	(316.250)
Equatorial Renováveis	16.807	-	-	-	(8.945)	-	(1.802)	-	-	6.060
Gerais Saneamento	-	610.000	-	-	(32.899)	-	-	-	(17)	577.084
Subtotal	17.339.063	1.274.276	181.707	(608.055)	537.104	(8.662)	(370.866)	10.301	1.394	18.356.262
Coligada										
SABESP	7.555.898	-	-	-	466.423	(70)	(73.146)	-	7.872	7.956.977
Efeito líquido total	24.894.961	1.274.276	181.707	(608.055)	1.003.527	(8.732)	(444.012)	10.301	9.266	26.313.239
Total de investimentos	25.246.249									27.023.870
Total de provisão para perda em investimento	(351.288)									(710.631)

- (a) O valor de equivalência da coligada SABESP, da controlada direta Equatorial Alagoas e da controlada indireta Echoenergia Participações está líquido da amortização da mais valia e do direito de concessão nos valores de R\$ 17.246, R\$ 19.206 e R\$ 48.191, respectivamente.

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

-- Continuação

Período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

11.2. Informações das controladas --Controladora

A Companhia apresenta abaixo a posição de suas controladas.

Balanco patrimonial em 30/06/2026							Resultado em 30/06/2026					
Participação societária	Circulante		Não circulante		Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro bruto	Receitas/ despesas operacionais	Resultado financeiro líquido	Imp. Renda contribuiçã o social	Resultado líquido do período	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo								
Equatorial Distribuição	95,53%	682.755	676.517	11.584.901	-	11.591.139	-	-	1.219.623	239	-	1.219.862
Equatorial Alagoas	77,39%	1.751.710	1.271.235	4.480.277	3.288.644	1.672.108	1.931.333	563.062	(136.656)	(142.313)	(108.517)	175.576
Equatorial Serviços	100,00%	105.279	85.535	392.851	34.908	377.687	152.997	72.342	(149.932)	(3.204)	(14.238)	(95.032)
Equatorial Participações	100,00%	11.990	6.100	610.853	-	616.743	-	-	(188.894)	608	(120)	(188.406)
Equatorial Participações II	100,00%	466	5	343.198	-	343.659	-	-	(30.446)	30	-	(30.416)
Equatorial Participações III	100,00%	70	115	-	395.252	(395.297)	-	-	(90.946)	3	-	(90.943)
Echoenergia Participações	100,00%	990.090	853.315	5.715.331	3.567.280	2.284.826	456.915	114.165	(48.031)	(116.773)	(36.098)	(86.737)
Echoenergia Crescimento	100,00%	150.318	162.828	2.202.049	2.202.255	(12.716)	164.720	51.409	(6.493)	(140.874)	(8.598)	(104.556)
Equatorial Renováveis	4,86%	491.071	421.112	84.719	30.023	124.655	916.920	(153.566)	(4.919)	1.988	17.063	(139.434)
Gerais Saneamento	100%	79.172	1.030	5.593.142	5.094.200	577.084	-	-	(390)	(32.509)	-	(32.899)

Balanco patrimonial em 31/12/2025							Resultado em 30/06/2025 (reapresentado)					
Participação societária	Circulante		Não circulante		Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro bruto	Receitas/ despesas operacionais	Resultado financeiro líquido	Imp. Renda contribuiçã o social	Resultado líquido do período	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo								
Equatorial Distribuição	90,42%	511.972	505.834	11.043.486	-	11.049.624	-	-	1.133.999	639	(120)	1.134.518
Equatorial Alagoas	77,39%	2.097.635	1.279.268	3.973.911	3.294.143	1.498.135	1.710.553	516.547	(164.054)	(128.429)	(62.009)	162.055
Equatorial Serviços	100,00%	93.277	77.374	393.862	65.132	344.633	135.203	66.390	(38.299)	(3.786)	(16.702)	7.603
Equatorial Participações	100,00%	11.436	6.008	805.264	-	810.692	-	-	287.554	426	(78)	287.902
Equatorial Participações II	100,00%	469	6.166	365.320	-	359.623	-	-	(408)	31	-	(377)
Equatorial Participações III	100,00%	198	41	-	352.177	(352.020)	-	-	(87.481)	49	-	(87.432)
Echoenergia Participações	100,00%	960.050	762.468	5.758.732	3.659.193	2.297.121	469.449	166.451	(54.031)	(133.320)	(28.384)	(49.284)
Echoenergia Crescimento	100,00%	202.798	182.771	2.245.138	2.173.529	91.636	207.803	59.903	(8.157)	(156.021)	(8.089)	(112.364)
Equatorial Renováveis	9,10%	557.824	426.286	84.574	64.523	151.589	908.615	(7.489)	(1.448)	5	(5.659)	(14.591)

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

-- Continuação

Período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

11.3. Conciliação dos investimentos

	30/06/2026									
	Participação no capital	Patrimônio Líquido	Resultado	Equivalência patrimonial (b)	Valor do investimento	Intangível de concessão	Stock Options/ Matching Shares	Provisão para perda desvalorização de investimento	Outros	Total do investimento
Controladas										
Equatorial Distribuição (a)	95,53%	11.591.139	1.219.862	1.094.819	11.073.015	-	12.565	-	232.365	11.317.945
Equatorial Alagoas	77,39%	1.672.108	175.576	118.679	1.294.044	659.130	1.071	-	-	1.954.245
Equatorial Serviços	100,00%	377.687	(95.032)	(95.015)	377.687	-	-	-	183	377.870
Equatorial Participações I	100,00%	616.743	(188.406)	(188.406)	616.743	-	-	-	-	616.743
Equatorial Participações II	100,00%	343.659	(30.416)	(30.416)	343.659	-	-	-	-	343.659
Equatorial Participações III	100,00%	(395.297)	(90.943)	(90.758)	(395.297)	-	-	394.381	916	-
Echoenergia Participações	100,00%	2.268.018	(86.737)	(121.284)	2.268.018	1.605.269	-	-	-	3.873.287
Echoenergia Crescimento	100,00%	(316.250)	(104.556)	(108.671)	(316.250)	-	-	316.250	-	-
Equatorial Renováveis (c)	7,28%	124.655	(139.434)	(8.945)	6.060	-	-	-	-	6.060
Gerais Saneamento	100,00%	577.084	(32.899)	(32.899)	577.084	-	-	-	-	577.084
Subtotal:		16.859.546	627.015	537.104	15.844.763	2.264.399	13.636	710.631	233.466	19.066.893
Coligada										
SABESP	15%	45.173.827	3.196.215	466.423	6.776.074	1.178.483	-	-	2.420	7.956.977
Total		62.033.373	3.823.230	1.003.527	22.620.837	3.442.882	13.636	710.631	235.884	27.023.870

- (a) O resultado de equivalência patrimonial da Companhia é ajustado pelo benefício econômico efetivo sobre o resultado da controlada Equatorial Distribuição, em virtude da distribuição desproporcional de dividendos a ser recebido pela ação preferencial C. No exercício de 2026, a Companhia tem direito a recebimento de 90% sobre o resultado distribuível do ano de 2026, enquanto os acionistas detentores das ações preferenciais possuem um montante de 10% sobre o resultado distribuível do ano de 2026. Esses montantes são ajustados a cada ano conforme o Acordo de Acionistas. Este procedimento está alinhado com os requerimentos do CPC 36/IFRS 10 item B95 e B96, que afirma que se a controlada tiver ações preferenciais em circulação com direito a dividendos cumulativos, que sejam classificadas como patrimônio líquido, e sejam detidas por acionistas não controladores, a entidade deve calcular sua parcela de lucros e prejuízos após efetuar ajuste para refletir os dividendos sobre essas ações, tenham ou não esses dividendos sido declarados. Na operação, todo e qualquer dividendo distribuído aos acionistas, pela controlada, deverá ser pago, primeiramente ao detentor de ações preferenciais, conforme tabela abaixo:

	2026	2027	2028 a 2029	2030
Ação preferencial C	10%	15%	25%	25%
Ação ordinária	90%	85%	75%	75%

- (b) Na controlada direta Equatorial Alagoas, o resultado de equivalência patrimonial contempla o efeito da amortização do direito de concessão no montante de R\$ 19.206 (R\$ 19.206 em 30 de junho de 2025), conforme item 23, letra (a), do ICPC 09 e na coligada SABESP, o resultado de equivalência patrimonial contempla o efeito da amortização de mais valia no montante de R\$ 17.246 (R\$ 17.246 em 30 de junho de 2025) e na controlada direta Echo Participações, o resultado de equivalência patrimonial contempla o efeito da amortização do direito de concessão no montante de R\$ 48.191 ; e

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

-- Continuação

Período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

- (c) A Equatorial S.A. é controladora indireta da Equatorial Renováveis, detendo 7,28% de participação direta e 92,72% de participação indireta, por intermédio de sua controlada Equatorial Serviços.

	31/12/2025									
	Participação no capital	Patrimônio Líquido	Resultado	Equivalência patrimonial (b)	Valor do investimento	Intangível de concessão	Stock Options/ Matching Shares	Provisão para perda desvalorização de investimento	Outros	Total do investimento
Controladas										
Equatorial Distribuição (a)	90,42%	11.049.624	2.466.418	1.930.743	9.991.098	-	12.288	-	264.083	10.267.469
Equatorial Alagoas	77,39%	1.498.135	283.033	184.639	1.159.360	676.323	910	-	-	1.836.593
Equatorial Serviços	100,00%	344.633	33.398	33.448	344.633	-	-	-	164	344.797
Equatorial Participações I	100,00%	810.692	69.366	69.366	810.691	-	-	-	-	810.691
Equatorial Participações II	100,00%	359.623	(52.034)	(52.033)	359.623	-	-	-	-	359.623
Equatorial Participações III	100,00%	(352.020)	(456.513)	(456.143)	(352.020)	-	-	352.020	-	-
Echoenergia Participações	100,00%	2.297.121	(220.129)	(283.815)	2.297.121	4.000.263	-	(2.359.265)	-	3.938.119
Echoenergia Crescimento	100,00%	91.636	(14.447)	(765.841)	91.636	-	-	-	24.616	116.252
Equatorial Renováveis	7,28%	151.589	(32.253)	(2.330)	16.807	-	-	-	-	16.807
Subtotal:		16.251.033	2.076.839	658.034	14.718.949	4.676.586	13.198	(2.007.245)	288.863	17.690.351
Coligada										
SABESP	15%	42.401.125	8.462.059	1.234.817	6.360.169	1.195.729	-	-	-	7.555.898
Total		58.652.158	10.538.898	1.892.851	21.079.118	5.872.315	13.198	(2.007.245)	288.863	25.246.249

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

-- Continuação

Período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

12. Ativo financeiro da concessão (Consolidado)

A movimentação dos saldos referentes ao ativo financeiro da concessão das controladas distribuidoras está a seguir demonstrada:

	31/12/2025	Atualização do ativo financeiro	Transferência do Ativo de contrato	Baixas	Reclassificação (a)	30/06/2026
Ativo financeiro – Distribuição	25.250.803	893.983	1.290.207	(21.104)	(21.328.445)	6.085.444
Obrigações especiais – Distribuição	(6.115.047)	(245.357)	(227.232)	-	5.967.481	(620.155)
Total	19.135.756	648.626	1.062.975	(21.104)	(15.360.964)	5.465.289

- (a) Em decorrência da renovação da concessão descrita na Nota Explicativa nº 1.6, as controladas indiretas Equatorial Maranhão e Equatorial Pará promoveram a reclassificação de R\$ 21.328.445 do ativo financeiro da concessão e de R\$ 5.967.481 das obrigações especiais para a rubrica de ativo intangível, totalizando efeito líquido de R\$ 15.360.964. A movimentação representa exclusivamente reclassificação entre rubricas patrimoniais, sem impacto no resultado ou no fluxo de caixa do período. Os efeitos da reclassificação no ativo intangível estão apresentados na Nota Explicativa nº 14.1.

13. Imobilizado (Consolidado)

A composição do ativo imobilizado está apresentada da seguinte forma:

Imobilizado	Vida útil	30/06/2026		
		Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Edificações, obras civis e benfeitorias	30 anos	593.362	(57.376)	535.986
Máquinas e equipamentos	15 - 30 anos	7.576.607	(2.100.819)	5.475.788
Móveis e utensílios	16 anos	27.915	(3.923)	23.992
Veículos	5 anos	4.615	(2.331)	2.284
Equipamentos de processamento de dados	6 anos	2.924	(2.053)	871
Imobilizado em andamento	-	438.677	-	438.677
Desmobilização de ativos	-	163	(163)	-
Total		8.644.263	(2.166.665)	6.477.598

Imobilizado	Vida útil	31/12/2025		
		Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Edificações, obras civis e benfeitorias	30 anos	590.613	(47.343)	543.270
Máquinas e equipamentos	15 - 30 anos	7.574.078	(1.954.264)	5.619.814
Móveis e utensílios	16 anos	27.728	(3.387)	24.341
Veículos	5 anos	3.155	(1.308)	1.847
Equipamentos de processamento de dados	6 anos	2.924	(2.026)	898
Imobilizado em andamento	-	350.737	-	350.737
Desmobilização de ativos	-	163	(163)	-
Total		8.549.398	(2.008.491)	6.540.907

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

-- Continuação

Período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

13.1. Movimentação do ativo imobilizado

	31/12/2025	Adições	Baixas	Transferências	Outros	30/06/2026
Custo do Imobilizado						
Em serviço						
Edificações, obras civis e benfeitorias	590.613	-	-	2.749	-	593.362
Máquinas e equipamentos	7.574.078	-	(14.171)	16.700	-	7.576.607
Móveis e utensílios	27.728	-	-	187	-	27.915
Veículos	3.155	-	(92)	1.552	-	4.615
Equipamentos de processamento de dados	2.924	-	-	-	-	2.924
Imobilizado em andamento	350.737	106.409	(328)	(17.885)	(256)	438.677
Desmobilização de ativos	163	-	-	-	-	163
Total do custo de imobilizado	8.549.398	106.409	(14.591)	3.303	(256)	8.644.263
	31/12/2025	Adições	Baixas	Transferências	Outros	30/06/2026
Depreciação acumulada						
Edificações, obras civis e benfeitorias	(47.343)	(10.033)	-	-	-	(57.376)
Máquinas e equipamentos	(1.954.264)	(143.420)	168	(3.303)	-	(2.100.819)
Móveis e utensílios	(3.387)	(536)	-	-	-	(3.923)
Veículos	(1.308)	(1.141)	118	-	-	(2.331)
Equipamentos de processamento de dados	(2.026)	(27)	-	-	-	(2.053)
Desmobilização de ativos	(163)	-	-	-	-	(163)
Total da depreciação	(2.008.491)	(155.157)	286	(3.303)	-	(2.166.665)
Total	6.540.907	(48.748)	(14.305)	-	(256)	6.477.598

Os ativos imobilizados das controladas Echoenergia Participações e Echoenergia Crescimento são dados como garantia em face dos financiamentos obtidos. Para mais informações, consultar a nota explicativa nº 18.2 – Garantias.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

-- Continuação

Período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

14. Intangível (Consolidado)

O intangível está constituído conforme a seguir demonstrado:

30/06/2026						
	Taxas anuais*	Custo	Amortização	Impairment	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	Valor líquido
Distribuição						
Em serviço – Distribuição	4,23%	75.256.764	(24.413.821)	-	(9.781.951)	41.060.992
Direito de concessão						
Direito de concessão – Equatorial Maranhão	3,33%	291.810	(226.585)	-	-	65.225
Direito de concessão – Equatorial Pará	3,33%	172.904	(171.556)	-	-	1.348
Direito de concessão – Equatorial Alagoas	3,33%	1.196.831	(290.228)	-	-	906.603
Direito de concessão – Equatorial Piauí	3,33%	1.714.448	(444.452)	-	-	1.269.996
Direito de concessão – CEEE-D	4,17%	2.786.062	(580.426)	-	-	2.205.636
Direito de concessão – CEA	3,33%	1.199.957	(183.325)	-	-	1.016.632
Subtotal		7.362.012	(1.896.572)	-	-	5.465.440
Outros		126.532	(27.713)	-	-	98.819
Subtotal		82.745.308	(26.338.106)	-	(9.781.951)	46.625.251
Saneamento						
Direito de concessão – CSA	2,88%	769.212	189.519	(299.242)	-	659.489
Outros		4.269	(1.485)	(1.273)	-	1.511
Subtotal		773.481	188.034	(300.515)	-	661.000
Geração						
Direito de exploração	6,78%	2.991.127	(830.144)	(1.312.531)	-	848.452
Direito de autorização	3,22%	2.385.402	(312.128)	(1.046.734)	-	1.026.540
Outros		79.503	(12.970)	-	-	66.533
Subtotal		5.456.032	(1.155.242)	(2.359.265)	-	1.941.525
Total		88.974.821	(27.305.314)	(2.659.780)	(9.781.951)	49.227.776

31/12/2025						
	Taxas anuais*	Custo	Amortização	Impairment	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	Valor líquido
Distribuição						
Em serviço – Distribuição	4,23%	50.098.143	(22.916.858)	-	(3.786.596)	23.394.689
Direito de concessão						
Direito de concessão – Equatorial Maranhão	3,33%	291.810	(218.760)	-	-	73.050
Direito de concessão – Equatorial Pará	3,33%	172.904	(170.902)	-	-	2.002
Direito de concessão – Equatorial Alagoas	3,33%	1.196.831	(270.303)	-	-	926.528
Direito de concessão – Equatorial Piauí	3,33%	1.714.448	(415.912)	-	-	1.298.536
Direito de concessão – CEEE-D	4,17%	2.786.062	(522.382)	-	-	2.263.680
Direito de concessão – CEA	3,33%	1.199.957	(163.326)	-	-	1.036.631
Subtotal		7.362.012	(1.761.585)	-	-	5.600.427
Outros		110.226	(19.526)	-	-	90.700
Subtotal		57.570.381	(24.697.969)	-	(3.786.596)	29.085.816
Saneamento						
Direito de concessão – CSA	2,88%	735.477	202.901	(299.242)	-	639.136
Outros		13.262	3.354	(1.273)	-	15.343
Subtotal		748.739	206.255	(300.515)	-	654.479
Geração						
Direito de exploração	6,78%	2.991.127	(797.277)	(1.559.842)	-	634.008
Direito de autorização	3,22%	2.385.402	(294.103)	(799.423)	-	1.291.876
Outros		77.327	(13.515)	-	-	63.812
Subtotal		5.453.856	(1.104.895)	(2.359.265)	-	1.989.696
Total		63.772.976	(25.596.609)	(2.659.780)	(3.786.596)	31.729.991

* Taxas anuais médias ponderadas de depreciação (%)

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

-- Continuação

Período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

14.1. Movimentação do ativo intangível

	31/12/2025	Adições	Baixas (a)	Transferências ativo de contrato	Reclassifi- cação (b)	Outros	30/06/2026
Distribuição							
Em serviço	50.099.884	-	(258.531)	4.088.707	21.328.445	(1.741)	75.256.764
(-) Amortização	(22.918.599)	(1.690.090)	193.127	-	-	1.741	(24.413.821)
Total em serviço	27.181.285	(1.690.090)	(65.404)	4.088.707	21.328.445	-	50.842.943
Obrigações especiais	(8.299.661)	-	-	(319.050)	(5.967.481)	-	(14.586.192)
(-) Amortização	4.513.065	291.176	-	-	-	-	4.804.241
Total em obrigações especiais	(3.786.596)	291.176,00	-	(319.050)	(5.967.481)	-	(9.781.951)
Direito de concessão	7.208.332	-	-	-	-	-	7.208.332
(-) Amortização	(1.607.905)	(134.987)	-	-	-	-	(1.742.892)
Total em direito de concessão	5.600.427	(134.987)	-	-	-	-	5.465.440
Outros	90.700	7.863	-	-	-	256	98.819
Total Distribuição	29.085.816	(1.526.038)	(65.404)	3.769.657	15.360.964	256	46.625.251
Saneamento							
Direito de concessão	999.146	-	-	33.735	-	-	1.032.881
(-) Amortização	(256.182)	(15.640)	-	-	-	-	(271.822)
Total de direito de concessão	742.964	(15.640)	-	33.735	-	-	761.059
Softwares	5.354	-	-	(1.085)	-	(1.273)	2.996
(-) Amortização Outros	(2.194)	(564)	-	-	-	1.273	(1.485)
Total software	3.160	(564)	-	(1.085)	-	-	1.511
Obrigações especiais	(263.669)	-	-	-	-	-	(263.669)
(-) Amortização	159.841	2.258	-	-	-	-	162.099
Total em obrigações especiais	(103.828)	2.258	-	-	-	-	(101.570)
Em curso							
Softwares	12.183	-	(13.268)	1.085	-	-	-
Total Saneamento	654.479	(13.946)	(13.268)	33.735	-	-	661.000
Geração							
Direito de exploração	3.554.723	-	-	-	-	-	3.554.723
(-) Amortização - direito de exploração	(797.277)	(32.867)	-	-	-	-	(830.144)
(-) Impairment - direito de exploração	(1.312.531)	-	-	-	-	-	(1.312.531)
Direito de autorização	1.821.806	-	-	-	-	-	1.821.806
(-) Amortização - direito de autorização	(294.103)	(15.325)	-	-	-	(2.700)	(312.128)
(-) Impairment - direito de autorização	(1.046.734)	-	-	-	-	-	(1.046.734)
Subtotal	1.925.884	(48.192)	-	-	-	(2.700)	1.874.992
Outros	63.812	21	-	-	-	2.700	66.533
Total Geração	1.989.696	(48.171)	-	-	-	-	1.941.525
Total	31.729.991	(1.588.155)	(78.672)	3.803.392	15.360.964	256	49.227.776

(a) Valores correspondentes às baixas de bens integrantes do ativo intangível entre as quais destacamos: baixa de medidores, condutores e transformadores. Estes foram baixados por não estarem mais em condição de uso e em condições de gerar receitas. O saldo de baixas do exercício decorre, principalmente, das controladas indiretas Equatorial Goiás, Equatorial Pará e EEEE-D; e

(b) Ver informações no item (a) da nota explicativa nº 12 – Ativo financeiro da concessão.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

-- Continuação

Período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

15. Ativos de contrato (Consolidado)

A movimentação dos ativos de contrato está conforme a seguir demonstrado:

	Distribuição e Saneamento				
	31/12/2025	Adições (a)	Transferências		30/06/2026
			Ativo intangível	Ativo financeiro	
Em curso	9.358.098	5.084.580	(4.122.442)	(1.290.207)	9.030.029
Obrigações especiais	(2.558.958)	(566.046)	319.050	227.232	(2.578.722)
Total	6.799.140	4.518.534	(3.803.392)	(1.062.975)	6.451.307

- (a) O montante de R\$ 4.518.534 refere-se às adições líquidas dos ativos de contrato reconhecidas no exercício. Deste total, R\$ 3.921.802 impactaram o caixa das controladas e, conforme nota explicativa nº 34.1 - Transações não envolvendo caixa, R\$ 133.817 referem-se às adições em contrapartida de fornecedores das controladas, R\$ 316.673 referem-se às adições em contrapartida de obrigações sociais e trabalhistas das controladas e R\$ 82.196 deve-se à capitalização de juros de empréstimos ligados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis de acordo com as regras do CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos. Adicionalmente, as controladas reconheceram o montante de R\$ 64.046 de reversão de provisão do estoque, conforme nota explicativa nº 31 Outras despesas operacionais, líquidas.

As controladas da Companhia que atuam no ramo de distribuição de energia avaliaram e concluíram como baixo o risco de não recebimento e perda associada aos ativos de contrato, pois os mesmos serão remunerados, a partir da entrada em serviço: (i) por meio do incremento da tarifa cobrada dos clientes, através dos ciclos de Revisão Tarifária Periódica, compondo a receita de tarifa faturada aos consumidores, ou ainda (ii) pelo direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. Os valores dos bens em construção estão sujeitos à fiscalização da ANEEL. A Companhia e suas controladas realizaram avaliação de perda ao valor recuperável, conforme nota explicativa nº 16 - Avaliação de *impairment* para os ativos com vida útil definida.

16. Avaliação de *impairment* para os ativos com vida útil definida

A Companhia e suas controladas realizaram o teste de valor recuperável em 31 de dezembro de 2025 e 2024 e consideraram, entre outros fatores, a existência de prejuízos acumulados e capital circulante líquido negativo, quando efetuaram a revisão para identificar indicativos de perda por redução ao valor recuperável das controladas Equatorial Goiás, CEEE-D, CEA, CSA, Echo Crescimento e Echo Participações e suas controladas.

Como resultado dessa análise, a Administração concluiu que as UGCs representadas pela CSA e por algumas controladas da Echo Participações, além do investimento realizado pela Equatorial na Echo Participações, apresentaram a necessidade de reconhecimento de provisão para redução ao valor recuperável no valor de R\$ 3.391.261 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2024). As demais UGCs, representadas pelas Companhias Equatorial Goiás, CEEE-D e CEA, submetidas ao teste de *impairment* não apresentaram necessidade de provisão ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2025 e 2024. A Companhia e suas controladas vem acompanhando indicativos de perda por redução ao valor recuperável desde a última análise no exercício anterior, e para o período findo em 30 de junho de 2026, não foram identificadas situações que exigissem novas análises.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

-- Continuação

Período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

17. Fornecedores (Consolidado)

	30/06/2026	31/12/2025
Circulante		
Suprimento de energia elétrica (a)	2.110.160	2.426.977
Encargos de uso da rede elétrica	645.159	592.932
Materiais e serviços	1.657.917	1.783.737
Parcelamento Itaipu	-	58.012
Outros	154.684	108.962
Subtotal	4.567.920	4.970.620
Não circulante		
Materiais e serviços	21.544	23.003
Total	4.589.464	4.993.623

- (a) O saldo em 30 de junho de 2026 apresentou uma redução de R\$ 316.817 em relação a 31 de dezembro de 2025, em função, principalmente, das variações nas despesas em aberto referentes aos contratos de energia e despesas do Mercado de Curto Prazo; e
- (b) Refere-se ao Termo de Confissão e Repactuação da Dívida do Repasse de Energia de Itaipu — ECF 3286/2016, celebrado entre a controlada indireta Equatorial Goiás e a AXIA Energia em 17 de junho de 2016. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de R\$ 58.012 correspondia às seis parcelas remanescentes do referido termo. As parcelas foram integralmente liquidadas no primeiro semestre de 2026 e, consequentemente, não há saldo em aberto em 30 de junho de 2026.

O saldo de Fornecedores não incide juros e é geralmente liquidado pela Companhia em prazo médio de até 36 dias (35 dias em 31 de dezembro de 2025).

17.1. Fornecedores – Risco sacado

As controladas da Companhia, com o propósito de fortalecer as relações comerciais com seus fornecedores, autorizaram a realização de cessão de crédito junto a terceiros e, para os títulos cedidos, as controladas da Companhia realizarão o pagamento destes diretamente ao seu detentor, na data de vencimento e montantes que foram anteriormente acordados com seus fornecedores originais ('passivo original'), não havendo postergação de prazo pelas controladas da Companhia ou incidência de juros sobre os títulos cedidos, garantias, ou existência de cláusulas contratuais que possam requerer vencimentos antecipados. As controladas da Companhia não possuem influência sobre as negociações entre o fornecedor e a instituição financeira. Atualmente, a transação é operacionalizada por um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), através de uma plataforma 100% digital, fomentada pela Companhia (não sendo parte relacionada do Grupo). As controladas da Companhia disponibilizam ao FIDC as faturas performadas e este, por sua vez, adiciona estas faturas na plataforma. O fornecedor acessa a plataforma, selecionando as faturas que deseja antecipar e a liquidação é feita pelo FIDC no mesmo dia.

As controladas da Companhia não possuem operações de risco sacado com saldo vencido e o fechamento da operação entre o FIDC e o fornecedor fica a livre critério deste último, sem participação das controladas da Companhia, sendo a participação no acordo de financiamento opcional para os fornecedores. Se os fornecedores optarem por receber o pagamento antecipado, pagarão uma taxa ao FIDC, da qual as controladas da Companhia são cotistas. As controladas da Companhia quitam a fatura original, pagando ao FIDC de acordo com a data de vencimento original mencionada. Em 30 de junho de 2026, o saldo de fornecedores - risco sacado é de R\$ 459.667 (R\$ 458.432 em 31 de dezembro de 2025), sendo estes montantes integralmente liquidados pelo FIDC nas referidas datas, ou seja, quando um fornecedor adere a esta modalidade o mesmo recebe de imediato o valor de sua fatura e, portanto, não há faturas a pagar de posse do operador do FIDC. Os pagamentos dessas transações impactaram o fluxo de caixa da Companhia em R\$ 1.679.866 para 30 de junho de 2026 (R\$ 1.385.338 em 30 de junho de 2025). O prazo médio de pagamento destes títulos é de 49 dias (66 dias em 31 de dezembro de 2025).

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

-- Continuação

Período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

18. Empréstimos e financiamentos

18.1. Composição do saldo (Consolidado)

	Custo da dívida (% a.a.)	30/06/2026			Custo da dívida (% a.a.)	31/12/2025		
		Principal e encargos				Principal e encargos		
		Circulante	Não circulante	Total		Circulante	Não circulante	Total
Moeda estrangeira								
CDI (-) Custo de transação	0,61% até 1,85%	1.510.535 (2.779)	5.525.633 (12.849)	7.036.168 (15.628)	0,80% até 1,85%	1.264.769 (1.370)	5.149.958 (11.690)	6.414.727 (13.060)
Total moeda estrangeira		1.507.756	5.512.784	7.020.540		1.263.399	5.138.268	6.401.667
Moeda Nacional								
PRÉ-FIXADO	2,35% até 6,80%	106.802	1.369.811	1.476.613	2,35% até 6,80%	69.637	1.568.739	1.638.376
IPCA	0,96% até 11,00%	913.298	6.742.474	7.655.772	0,96% até 11,00%	876.761	7.386.592	8.263.353
CDI	-0,05% até 1,62%	223.656	8.855.616	9.079.272	-0,05% até 1,62%	1.191.004	3.233.726	4.424.730
TJLP	2,02% até 2,88%	110.845	701.574	812.419	0,00% até 2,88%	108.493	743.972	852.465
Subtotal		1.354.601	17.669.475	19.024.076		2.245.895	12.933.029	15.178.924
(-) Custo de transação		(6.516)	(101.209)	(107.725)		(6.836)	(77.302)	(84.138)
(-) Ajuste a valor presente (a)		(3.096)	(502.088)	(505.184)		(2.918)	(515.032)	(517.950)
Subtotal		(9.612)	(603.297)	(612.909)		(9.754)	(592.334)	(602.088)
Total moeda nacional		1.344.989	17.066.178	18.411.167		2.236.141	12.340.695	14.576.836
Total		2.852.745	22.578.962	25.431.707		3.499.540	17.478.963	20.978.503

- (a) Contrato de empréstimo via recursos da Reserva Global de Reversão (RGR), entre a controlada Equatorial Piauí e a CCEE, na condição de gestora da RGR. A gestora da RGR concede, nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 748/2016, empréstimo à devedora com recursos da RGR, necessário para assegurar a remuneração adequada prevista no art. 11 da Portaria MME nº 388/2016, com o objetivo de criar condições para a continuidade e a prestação adequada do serviço. A controlada indireta Equatorial Piauí reconheceu o ajuste a valor presente de R\$ 674.930 utilizando como data base 30 de junho de 2019, e taxa de desconto, taxa que refletia o risco e prazos das captações disponíveis no mercado à Controlada. Em 30 de junho de 2026, o saldo de ajuste a valor presente corresponde a R\$ 501.056 (R\$ 512.274 em 31 de dezembro de 2025).

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

-- Continuação

Período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

18.2. Garantias

Os empréstimos e financiamentos das controladas podem contar com aval e/ou fiança da Equatorial S.A., na qualidade de controladora e garantidora. Adicionalmente, as operações podem estar garantidas por fiança bancária, conta reserva, recebíveis, direitos creditórios/emergentes, ações e equipamentos e direitos emergentes, conforme previsto nos respectivos instrumentos contratuais.

18.3. Cronograma de amortização da dívida

Em 30 de junho de 2026, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Consolidado

Vencimento Circulante	30/06/2026	
	Valor	%
	2.852.745	11%
2027	8.434.063	33%
2028	2.315.154	9%
2029	1.789.882	7%
2030	1.485.027	6%
Após 2030	9.169.950	36%
Subtotal	23.194.076	91%
Custo de transação/ajuste a valor presente (não circulante)	(615.114)	-2%
Não circulante	22.578.962	89%
Total	25.431.707	100%

18.4. Movimentação de empréstimos e financiamentos

A movimentação de empréstimos e financiamentos está conforme a seguir demonstrada:

Consolidado

	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2025	2.236.141	12.340.695	1.263.399	5.138.268	20.978.503
Ingressos	-	5.085.114	-	1.535.880	6.620.994
Encargos	500.208	36.271	157.053	2.642	696.174
Variação monetária e cambial	29.804	275.955	(104.856)	(286.070)	(85.167)
Marcação a valor justo	(4.144)	(64.527)	-	-	(68.671)
Transferências	580.145	(580.145)	874.073	(874.073)	-
Amortizações de principal	(1.509.797)	-	(547.042)	-	(2.056.839)
Pagamentos de juros	(503.731)	-	(136.168)	-	(639.899)
Custo de transação (a)	3.597	(27.185)	1.297	(3.863)	(26.154)
Ajuste a valor presente (b)	12.766	-	-	-	12.766
Saldos em 30 de junho de 2026	1.344.989	17.066.178	1.507.756	5.512.784	25.431.707

- (a) Refere-se à movimentação do custo de transação, quando positivo significa amortização e quando negativo, adição; e
- (b) Refere-se à movimentação do ajuste a valor presente das controladas indiretas Equatorial Piauí e Equatorial Goiás que, quando positivo significa amortização e quando negativo, adição.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

-- Continuação

Período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

18.5. *Covenants* dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia e suas controladas possuem garantias fidejussórias e/ou recebíveis e/ou ações e/ou aplicações financeiras (contas reserva) e *covenants* não financeiros e financeiros, cujo não cumprimento durante o exercício de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos.

Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia e de suas controladas, com o período de apuração trimestral nas controladas:

Equatorial Maranhão			
<i>Covenants</i> Empréstimos			
	Scotiabank	FINDEV	SMBC
1ª Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5	2,0	2,0	2,0
Equatorial Pará			
<i>Covenants</i> Empréstimos			
	BofA		
1ª Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5	1,9		
Equatorial Alagoas			
<i>Covenants</i> Empréstimos			
	NCE		
	Santander	BofA	Scotiabank
1ª Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5	2,7	2,7	2,7
Equatorial Piauí			
<i>Covenants</i> Empréstimos			
	BofA	Scotiabank	
1ª Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5	2,6	2,6	

A Companhia é garantidora nos seguintes empréstimos e financiamentos nos quais a apuração dos *covenants* se dá de forma consolidada, a saber:

Gerais Saneamento				
Covenants Empréstimos				
1ª emissão NC				
1ª Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5	3,1			
CEEE-D				
Covenants Empréstimos				
	BofA	Citibank	Santander	Scotiabank
1ª Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5	3,1	3,2	3,1	3,1
CEA				
Covenants Empréstimos				
	Scotiabank	Citibank		
1ª Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5	3,2	3,1		
Equatorial Goiás				
Covenants Empréstimos				
	BofA	Santander	Scotiabank	IFC
1ª Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5	3,1	3,1	3,1	3,1

Os indicadores acima obedecem, fidedignamente, aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições acordadas.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

-- Continuação

Período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

No período findo em 30 de junho de 2026, a Companhia e suas controladas mantiveram-se em cumprimento de todas as obrigações e dentro dos limites estipuladas nos contratos.

Adicionalmente, as controladas da Companhia possuem contratos financeiros junto ao Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), sujeitos ao cumprimento de *covenants* financeiros, apurados anualmente com base em informações auditadas. Em 31 de dezembro de 2025, as controladas da Companhia encontravam-se em conformidade com os limites estabelecidos contratualmente.

19. Debêntures

19.1. Composição do Saldo (Controladora)

	Custo da dívida (% a.a.)	30/06/2026		
		Principal e encargos		
		Circulante	Não circulante	Total
Moeda Nacional (R\$)				
CDI	0,72%	62.329	1.500.000	1.562.329
(-) Custo de transação		(970)	(2.667)	(3.637)
Total		61.359	1.497.333	1.558.692

	Custo da dívida (% a.a.)	31/12/2025		
		Principal e encargos		
		Circulante	Não circulante	Total
Moeda Nacional (R\$)				
CDI	0,72%	66.646	1.500.000	1.566.646
(-) Custo de transação		(970)	(3.152)	(4.122)
Total		65.676	1.496.848	1.562.524

19.2. Composição do saldo (Consolidado)

	Custo da dívida (% a.a.)	30/06/2026		
		Principal e encargos		
		Circulante	Não circulante	Total
Moeda Nacional (R\$)				
IPCA	4,75% até 9,00%	250.015	6.953.344	7.203.359
CDI	-0,79% até 1,20%	858.313	30.448.302	31.306.615
Subtotal		1.108.328	37.401.646	38.509.974
(-) Custo de transação		(67.942)	(504.247)	(572.189)
Total		1.040.386	36.897.399	37.937.785

	Custo da dívida (% a.a.)	31/12/2025		
		Principal e encargos		
		Circulante	Não circulante	Total
Moeda Nacional (R\$)				
IPCA	4,65% até 9,00%	55.779	4.986.190	5.041.969
CDI	-0,19% até 1,20%	915.906	28.034.189	28.950.095
Subtotal		971.685	33.020.379	33.992.064
(-) Custo de transação		(57.740)	(441.064)	(498.804)
Total		913.945	32.579.315	33.493.260

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

-- Continuação

Período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

19.3. Movimentação das debêntures

A movimentação das debêntures no período está conforme a seguir demonstrada:

Controladora

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2025	65.676	1.496.848	1.562.524
Encargos	108.396	-	108.396
Transferências	(485)	485	-
Pagamento de juros	(112.713)	-	(112.713)
Custo de transação (b)	485	-	485
Saldos em 30 de junho de 2026	61.359	1.497.333	1.558.692

- (a) Refere-se à movimentação do custo de transação, quando positivo significa amortização e quando negativo, adição.

Consolidado

	Moeda Nacional		
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2025	913.945	32.579.315	33.493.260
Ingressos	-	4.250.000	4.250.000
Encargos	1.806.216	49.392	1.855.608
Variação monetária e cambial	7.430	636.541	643.971
Marcação a valor justo	-	(463.595)	(463.595)
Transferências	48.863	(48.863)	-
Amortização do principal	(75.908)	-	(75.908)
Pagamento de juros	(1.692.165)	-	(1.692.165)
Custo de transação (a)	32.005	(105.391)	(73.386)
Saldos em 30 de junho de 2026	1.040.386	36.897.399	37.937.785

- (a) Refere-se à movimentação do custo de transação, quando positivo significa amortização e quando negativo, adição.

19.4. Garantias

As debêntures das controladas podem contar com aval e/ou fiança da Equatorial S.A., na qualidade de controladora e garantidora. Adicionalmente, as operações podem estar garantidas por fiança bancária, conta reserva, recebíveis, direitos creditórios/emergentes, ações e equipamentos e direitos emergentes, conforme previsto nos respectivos instrumentos contratuais.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

-- Continuação

Período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

19.5. Cronograma de amortização da dívida

Controladora

Vencimento Circulante	30/06/2026	
	Valor	%
	61.359	4%
2028	500.000	32%
2029	500.000	32%
2030	500.000	32%
Subtotal	1.500.000	96%
Custo de transação/ ajuste a valor presente (não circulante)	(2.667)	-
Não circulante	1.497.333	96%
Total	1.558.692	100%

Consolidado

Vencimento Circulante	30/06/2026	
	Valor	%
	1.040.386	3%
2027	788.443	2%
2028	3.745.046	10%
2029	5.748.057	15%
2030	5.407.990	14%
Após 2030	21.712.109	57%
Subtotal	37.401.645	98%
Custo de transação/ ajuste a valor presente (não circulante)	(504.246)	-1%
Não circulante	36.897.399	97%
Total	37.937.785	100%

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

-- Continuação

Período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

19.6. *Covenants* das debêntures

Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros com o período de apuração trimestral:

Equatorial S.A.					
Covenants debêntures	7ª debêntures				
1ª Dívida líquida/EBITDA: <=4,5	3,1				

Equatorial Pará					
Covenants debêntures	7ª debêntures	8ª debêntures	9ª debêntures	10ª debêntures	11ª debêntures
1ª Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5	1,9	1,9	1,9	1,9	1,9

Equatorial Maranhão			
Covenants debêntures	10ª debêntures	11ª debêntures	12ª debêntures
1ª Dívida líquida/EBITDA: <=4,5	2,0	2,0	2,0

Equatorial Piauí				
Covenants debêntures	3ª debêntures	4ª debêntures	5ª debêntures	6ª debêntures
1ª Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5	2,6	2,6	2,6	2,6

Equatorial Alagoas		
Covenants debêntures	1ª debêntures	2ª debêntures
1ª Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5	2,7	2,7

A Companhia é garantidora nas seguintes emissões, na qual a apuração dos *covenants* se dá de forma consolidada, a saber:

<i>Covenants</i> debêntures	CEEE-D (2ª, 3ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª debêntures)	CEEE-D (1ª debêntures)	CEA (2ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª e 9ª debêntures)	CSA (2ª debêntures)	EQTL GO (3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª e 12ª debêntures)	BARREIRAS (1ª debêntures)
1ª Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5	3,1	3,2	3,1	3,1	3,1	3,1

No período findo em 30 de junho de 2026, a Companhia e suas controladas mantiveram-se em cumprimento das obrigações contratuais previstas nas emissões de debêntures.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

-- Continuação

Período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

20. Impostos e contribuições a recolher (Consolidado)

	30/06/2026	31/12/2025
Circulante		
ICMS	748.373	751.502
ICMS parcelamento – Equatorial Pará e CEEE-D	488.015	152.235
PIS e COFINS	234.767	244.892
Encargos sociais e outros	76.136	96.879
Outros	219.047	211.632
Total circulante	1.766.338	1.457.140
Não circulante		
ICMS	96.868	99.368
ICMS parcelamento – Equatorial Pará e CEEE-D	1.813.213	2.631.171
Outros	128.121	190.953
Total não circulante	2.038.202	2.921.492
Total	3.804.540	4.378.632

O saldo ICMS parcelamento oriundo da controlada CEEE-D está de acordo com o Instrumento Particular de Assunção de Obrigação de Pagamento de Dívidas e Outras Avenças, assinado em 07 de dezembro de 2020, em que a CEEE-D cedeu e transferiu à sua antiga controladora, a CEEE-Par, a assunção da obrigação do débito tributário relativo a ICMS, no montante de R\$ 2.778.735. A operação ocorreu mediante capitalização pela CEEE-Par, na CEEE-D, dos créditos decorrentes dessa obrigação que, em decorrência da assunção da obrigação de pagamento, será considerado integralmente quitado no montante anteriormente considerado.

O valor de R\$ 2.276.799 refere-se ao parcelamento realizado junto à Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul - SEFAZ/RS, nos termos do Decreto nº 55.577/2020 (Programa "REFAZ Energia Elétrica"), cujo pagamento foi dividido em 180 parcelas atualizadas mensalmente pela taxa SELIC e, conforme previsto no inciso IV do art. 4º, há possibilidade de redução de 60% dos juros e multa condicionada a quitação total ou parcial do débito. Os descontos possíveis estão demonstrados na tabela abaixo:

	Parcelamentos sem descontos	Descontos	Parcelamentos com descontos
Principal	1.264.544	-	1.264.544
Multa	271.063	162.638	108.425
Juros	741.192	444.715	296.477
Total	2.276.799	607.353	1.669.446

Em 30 de abril de 2026, a CEEE-D realizou a migração dos débitos de ICMS anteriormente parcelados no âmbito do Programa REFAZ Energia Elétrica (Decreto Estadual nº 55.577/2020) para o Programa de Transação Tributária "Acordo Gaúcho", instituído pela Lei Estadual/RS nº 16.241/2024, regulamentado pelo Decreto nº 58.264/2025 e pelo Edital Conjunto PGE-RS/Receita Estadual nº 02/2025, transferindo saldo de R\$ 911.460. A transação prevê redução de 75% sobre juros e multas, sem desconto sobre o valor principal da dívida, o que resultou em benefício econômico de R\$ 354.583 reconhecido no resultado do período.

Ainda nos termos da transação celebrada, a liquidação do saldo ocorrerá mediante pagamento de 40% em espécie, em quatro parcelas mensais, e quitação dos 60% remanescentes por meio de compensação com precatórios estaduais.

20.1. Cronograma de pagamento ICMS parcelado

	30/06/2026	
	Valor	%
Circulante	488.015	21%
2027	44.320	2%
2028	81.539	4%
2029	81.576	4%
2030	150.345	7%
Após 2030	1.455.433	63%
Não circulante	1.813.213	79%
Total ICMS parcelamento	2.301.228	100%

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

-- Continuação

Período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

21. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

21.1. Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos (Consolidado)

	30/06/2026	31/12/2025
Prejuízo fiscal	1.766.484	1.743.217
Base negativa	591.066	582.396
Diferenças temporárias:		
Provisão para riscos judiciais	786.622	811.526
PECLD	1.322.705	1.037.004
Provisão para participação nos lucros	41.344	63.569
Instrumentos financeiros - CPC 48/ IFRS 09	(1.014.749)	(761.048)
Provisão para pagamento baseado em ações	59.240	47.829
Receita /Custo de Construção - CPC 47/IFRS 15	5.411	5.401
Arrendamentos - CPC 06 (R2) /IFRS 16	974	980
Intangível - Concessão - Aquisição Equatorial Pará	25.000	24.900
Contingências e encargos da dívida - Aquisição EQTL PA, AL e PI	49.111	50.187
SWAP	445.787	191.319
Provisão laudo atuarial	183.553	171.315
AIC Reversível	-	67.913
Atualização do ativo financeiro VNR	(1.520.933)	(1.317.724)
Ajuste a valor presente	(186.079)	(192.749)
Reavaliação bens da concessão	(12.030)	(18.637)
Depreciação acelerada	(417.420)	(435.298)
Opção de compra de ações	-	(744)
Provisão para perdas de estoques	72.110	64.285
Contratos de comercialização	41.799	43.684
Marcação a mercado - valor justo	(189.512)	(40.282)
Variação monetária, cambial	(202.648)	(107.387)
Outras diferenças temporárias	88.362	37.196
Imposto diferido líquido	1.936.197	2.068.852
Ativo diferido líquido	3.387.965	3.402.456
Passivo diferido líquido	(1.451.768)	(1.333.604)

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

-- Continuação

Período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

21.2. Movimentação dos tributos diferidos (Consolidado)

	Saldo em 31/12/2025	Reconhecimento no resultado	Outros resultados abrangentes	Saldo em 30/06/2026	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Prejuízo fiscal	1.743.217	23.267	-	1.766.484	1.766.484	-
Base negativa	582.395	8.671	-	591.066	591.066	-
Provisão para riscos judiciais	811.526	(24.904)	-	786.622	786.622	-
PECLD	1.254.910	67.795	-	1.322.705	1.322.705	-
Provisão para redução ao valor recuperável – FUNAC	299.687	31.390	-	331.077	331.077	-
Provisão para participação nos lucros	63.569	(22.225)	-	41.344	41.388	(44)
Instrumentos financeiros - CPC 48/ IFRS 09	(978.954)	(35.795)	-	(1.014.749)	-	(1.014.749)
Provisão para pagamento baseado em ações	47.829	11.411	-	59.240	59.240	-
Receita /Custo de Construção – CPC 47/IFRS 15	5.401	10	-	5.411	5.411	-
Arrendamentos - CPC 06 (R2)/IFRS 16	980	(6)	-	974	974	-
Contingências e encargos da dívida - aquisição EQTL PA, AL e PI	50.184	(1.073)	-	49.111	49.111	-
SWAP	191.320	246.609	7.858	445.787	445.787	-
Variação monetária, cambial e marcação a valor justo da dívida	(147.669)	(244.491)	-	(392.160)	-	(392.160)
Provisão para perdas de estoques	69.371	2.739	-	72.110	73.841	(1.731)
Provisão laudo atuarial	171.315	2.505	9.733	183.553	183.553	-
Atualização do ativo financeiro VNR	(1.314.694)	(206.239)	-	(1.520.933)	-	(1.520.933)
Incorporação reversa da Enel Investimentos S.A.	(312.643)	7.881	-	(304.762)	-	(304.762)
Depreciação acelerada	(435.298)	17.878	-	(417.420)	-	(417.420)
Ajuste a valor presente	(192.749)	6.670	-	(186.079)	26.862	(212.941)
Intangível - Concessão - aquisição Equatorial Pará	24.900	100	-	25.000	25.000	-
Contratos de comercialização	43.687	(1.888)	-	41.799	146.863	(105.064)
Opção de compra de ações	(744)	744	-	-	-	-
AIC Reversível	73.546	(73.546)	-	-	-	-
Reavaliação bens da concessão	(18.637)	6.607	-	(12.030)	-	(12.030)
Outras diferenças temporárias	36.403	25.644	-	62.047	74.653	(12.606)
Diferido líquido	2.068.852	(150.246)	17.591	1.936.197	5.930.637	(3.994.440)
Ativo diferido líquido	3.402.456			3.387.965		
Passivo diferido líquido	(1.333.604)			(1.451.768)		

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

-- Continuação

Período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

21.3. Expectativa de recuperação - Ativo fiscal diferido (Consolidado)

Com base nos estudos técnicos de viabilidade, considerando a projeção de lucros tributáveis futuros, a Administração das controladas estima que a realização dos créditos fiscais diferidos, está conforme apresentado a seguir:

Expectativa de realização	2026	2027	2028	Após 2028	Total
Equatorial Maranhão	463.396	-	-	-	463.396
Equatorial Pará	727.146	-	-	-	727.146
Equatorial Alagoas	44.537	34.380	30.383	480.032	589.332
Equatorial Piauí	38.737	63.347	61.315	610.606	774.005
Equatorial Goiás	-	269.648	367.812	2.518.027	3.155.487
Equatorial Serviços	297	-	-	-	297
Ativo bruto das controladas	1.274.113	367.375	459.510	3.608.665	5.709.663
PPA – Equatorial Pará, Alagoas e Piauí e Echo Participações	12.840	12.840	12.840	182.454	220.974
Total	1.286.953	380.215	472.350	3.791.119	5.930.637

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

-- Continuação

Período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

21.4. Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) debitada em resultado, nos períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025, está demonstrada a seguir:

Controladora

	01/04/2026 a 30/06/2026		01/01/2026 a 30/06/2026		01/04/2025 a 30/06/2025		01/01/2025 a 30/06/2025	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	(reapresentado)		(reapresentado)	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro contábil antes do IRPJ e CSLL	478.043	478.043	910.037	910.037	951.897	951.897	1.416.758	1.416.758
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal (A)	(119.511)	(43.024)	(227.509)	(81.903)	(237.975)	(85.671)	(354.190)	(127.508)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro								
Efeito de IR/CSLL sobre equivalência patrimonial	128.459	46.245	250.877	90.316	275.629	99.227	400.626	144.225
Adições (exclusões) de ativos fiscais não reconhecidos	(2.832)	(1.051)	379	30	(31.328)	(11.715)	(54.233)	(19.876)
Outras (adições) exclusões permanentes	(777)	(177)	(24.070)	(8.317)	(1.095)	42	(648)	118
IRPJ/CSLL correntes/diferido no resultado	5.339	1.993	(323)	126	5.231	1.883	(8.445)	(3.041)
IRPJ e CSLL corrente no resultado do período	5.339	1.993	(871)	(70)	-	-	-	-
IRPJ e CSLL diferido no resultado do período	-	-	548	196	5.231	1.883	(8.445)	(3.041)
Alíquota efetiva	1%	-	-	-	1%	-	-1%	-

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

-- Continuação

Período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

Consolidado

	01/04/2026 a 30/06/2026		01/01/2026 a 30/06/2026		01/04/2025 a 30/06/2025 (reapresentado)		01/01/2025 a 30/06/2025 (reapresentado)	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro contábil antes do IRPJ e CSLL	844.828	844.828	1.665.478	1.665.478	1.375.383	1.375.383	2.162.827	2.162.827
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal	(211.208)	(76.035)	(416.370)	(149.893)	(343.846)	(123.784)	(540.707)	(194.654)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro								
Atualização de Indébito tributário	62.197	22.391	72.067	25.944	20.116	7.242	20.116	7.242
Juros sobre capital próprio	-	-	(21.884)	(7.878)	-	-	-	-
Incentivo PAT	2.955	-	6.473	-	3.150	-	5.976	-
Amortização da Mais Valia	(9.906)	(3.567)	(19.813)	(7.133)	-	-	-	-
(+) IRPJ Subvenção Governamental	163.340	-	319.942	-	170.433	-	277.744	-
Parcelamento IRPJ/CSLL (anos anteriores)	(26.451)	(9.523)	(51.361)	(18.533)	(3.678)	537	(780)	2.067
Efeito de IR/CSLL sobre equivalência patrimonial	57.484	20.694	120.917	43.530	(77.942)	(28.060)	(131.365)	(47.292)
Adições (exclusões) de ativos fiscais não reconhecidos	(80.442)	(27.305)	(120.698)	(42.078)	85.818	26.141	152.649	53.944
Outras adições permanentes	(20.416)	(7.054)	(67.148)	(22.824)	43.811	19.600	2.817	640
Diferença de presunção de base de lucro presumido	(34.393)	(14.836)	(34.393)	(14.836)	-	-	-	-
Incentivo prorrogação licença maternidade	254	-	254	-	124	-	195	-
IRPJ/CSLL correntes/diferido no resultado	(96.586)	(95.235)	(212.014)	(193.701)	(102.014)	(98.324)	(213.355)	(178.053)
IRPJ e CSLL corrente no resultado do período	(33.514)	(69.794)	(105.147)	(150.322)	(129.272)	(105.065)	(197.467)	(166.724)
IRPJ e CSLL diferido no resultado do período	(63.072)	(25.441)	(106.867)	(43.379)	27.258	6.741	(15.888)	(11.329)
Alíquota efetiva	-11%	-11%	-13%	-12%	-7%	-7%	-10%	-8%

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Período findo em 30 de junho de 2026

-- Continuação

(Valores expressos em milhares de reais)

21.5. Impostos diferidos não reconhecidos

Determinadas controladas indiretas da Companhia não constituíram impostos diferidos sobre base negativa e prejuízos fiscais pois estão em fase de afirmação do período de *turnaround* e, consequentemente, aguardando a confirmação das projeções elaboradas pela Administração em relação a expectativa de lucros futuros tributáveis.

Em 30 de junho de 2026, as controladas indiretas CEEE-D, CEA e CSA apresentaram o saldo de R\$ 4.695.354 (R\$ 4.723.445 em 31 de dezembro de 2025) a realizar na rubrica de impostos diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscais e base negativa de contribuição social.

	30/06/2026		31/12/2025	
	Valor	Efeito Tributário	Valor	Efeito Tributário
Prejuízos fiscais acumulados	12.303.227	3.075.806	12.726.134	3.181.533
Base negativa de CSLL	13.071.094	1.176.399	12.726.079	1.145.348
Diferenças temporárias	1.303.378	443.149	1.166.363	396.564
Total de tributos diferidos	26.677.699	4.695.354	26.618.576	4.723.445

Não há prazo de validade para uso dos saldos de prejuízos fiscais e bases negativas, porém, o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores é limitado a 30% dos lucros anuais.

22. Valores a pagar de acordo com o plano de recuperação judicial – Equatorial Pará

Em 1º de dezembro de 2014, o Juiz da 13ª Vara Civil de Belém decretou, com fundamento no que dispõe os Arts. 61 e 63 da Lei nº 11.102/05, após manifestação do Administrador Judicial e do Ministério Público, encerrada a recuperação judicial da controlada Equatorial Pará. Esta sentença encerra a fase de acompanhamento judicial do cumprimento do plano e retira as restrições legais da recuperação. O plano de recuperação negociado e aprovado pelos credores durante o processo permanece inteiramente válido e exigível, o que significa que as condições especiais para as dívidas que foram pactuadas continuam em vigor. Essas obrigações só se encerram com seu cumprimento integral.

A decisão de encerramento está produzindo efeitos normalmente, mas ainda não transitou em julgado por ter sido alvo de duas apelações, movidas pelos credores Pine S/A e Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras).

Em novembro de 2017, a Equatorial Pará firmou acordo com o Banco Pine, que culminou com a desistência de sua apelação à sentença de encerramento. A outra apelação versa exclusivamente sobre pagamento de juros e correção no cumprimento das obrigações do plano.

Para esta última apelação, acredita-se que as chances de êxito deste recurso são remotas, o que é respaldado em *Legal Opinion* do escritório jurídico que conduz o processo, que, desde então, está sem movimentação. Quanto está apelação for concluída, espera-se que a matéria será apreciada em um cenário de 24 a 36 meses, quando então o encerramento da recuperação judicial estará devidamente transitado em julgado.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Período findo em 30 de junho de 2026

-- Continuação

(Valores expressos em milhares de reais)

22.1. Composição da dívida

	30/06/2026	31/12/2025
Circulante		
Outras concessionárias	7.802	5.695
Credores financeiros (a)	33.169	27.821
Partes relacionadas	151.774	113.359
Total circulante	192.745	146.875
Não circulante		
Outras concessionárias	81.746	83.854
Credores financeiros (a)	299.986	308.158
Partes relacionadas	624.341	640.349
(-) Ajuste a valor presente – partes relacionadas	(95.499)	(101.287)
(-) Ajuste a valor presente (b)	(42.861)	(46.004)
Total não circulante	867.713	885.070
Total	1.060.458	1.031.945

- (a) Grupo de credores dentre os quais estão: (i) instituições financeiras públicas ou privadas; e (ii) titulares de créditos decorrentes de operações financeiras ou bancárias, inclusive, mas sem se limitar a *bonds* e créditos decorrentes de operações de derivativos, com ou sem vinculação de recebíveis; e
- (b) Em 30 de junho de 2026, o saldo era composto por: R\$ 30.383 de empréstimos e financiamentos e R\$ 12.478 de outras concessionárias (R\$ 32.770 de empréstimos e financiamentos e R\$ 13.234 de outras concessionárias em 31 de dezembro de 2025).

22.2. Cronograma de pagamento

O cronograma de pagamento das parcelas de longo prazo dos valores a pagar de recuperação judicial é o seguinte:

	30/06/2026	
Vencimento	Valor	%
Circulante	192.745	18%
2027	25.603	2%
2028	59.199	6%
2029	51.205	5%
2030	51.205	5%
Após 2030	818.861	77%
Subtotal	1.006.073	95%
(-) Ajuste a valor presente (não circulante)	(138.360)	-13%
Não circulante	867.713	82%
Total	1.060.458	100%

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Período findo em 30 de junho de 2026

-- Continuação

(Valores expressos em milhares de reais)

22.3. Movimentação dos valores a pagar de acordo com plano de recuperação judicial

	31/12/2025	Juros e encargos	Variação monetária e cambial	Amortização	Juros pagos	Ajuste a valor presente	30/06/2026
Outras concessionárias	76.315	2.494	-	-	(2.495)	756	77.070
Partes relacionadas - nota explicativa nº 9	652.421	22.407	-	-	-	5.788	680.616
Credores financeiros	303.209	2.847	10.282	(13.160)	(2.793)	2.387	302.772
Total	1.031.945	27.748	10.282	(13.160)	(5.288)	8.931	1.060.458

23. Provisão para riscos judiciais e depósitos judiciais (Consolidado)

As controladas da Companhia são partes (polos passivos) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração analisou as demandas judiciais e constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme a seguir demonstrado:

	30/06/2026		31/12/2025	
	Provisão	Depósitos judiciais	Provisão	Depósitos judiciais
Cíveis	2.104.367	230.146	2.139.569	203.685
Fiscais	177.481	226.447	197.310	218.131
Trabalhistas	2.187.182	352.143	2.254.018	339.950
Regulatórias	119.566	2.293	118.357	2.204
Ambientais	42.820	-	40.480	-
Total	4.631.416	811.029	4.749.734	763.970
Circulante	1.486.835	17.620	1.551.426	24.063
Não circulante	3.144.581	793.409	3.198.308	739.907

Movimentação dos processos no período

	31/12/2025	Adições (1)	Utilização (2)	Reversão de provisão (3)	Atualização (4)	30/06/2026
Cíveis	2.139.569	101.599	(187.693)	(34.908)	79.244	2.097.811
Fiscais	197.310	59	268	(10.064)	(10.092)	177.481
Trabalhistas	2.254.018	142.879	(271.169)	(36.091)	104.101	2.193.738
Regulatórias	118.357	-	(4.339)	-	5.548	119.566
Ambientais	40.480	-	-	(45)	2.385	42.820
Total	4.749.734	244.537	(462.933)	(81.108)	181.186	4.631.416

(1) Contingências provisionadas no período;

(2) Gastos efetivos (pagamentos) com contingências judiciais;

(3) Reversões realizadas no período; e

(4) Engloba as atualizações monetárias mensais pelo INPC acrescido de 1% da taxa Selic e as reversões das referidas atualizações quando aplicável.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos.

No período findo em 30 de junho de 2026, as provisões foram revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Período findo em 30 de junho de 2026

-- Continuação

(Valores expressos em milhares de reais)

inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas são partes em processos em andamento, cuja probabilidade de perda foi avaliada como possível, não requerendo a constituição de provisão. O total dos referidos processos está demonstrado abaixo:

	30/06/2026	31/12/2025
Cíveis	2.658.177	2.542.117
Fiscais	415.119	591.260
Trabalhistas	350.448	363.591
Regulatórias	2.776	11
Total	3.426.520	3.496.979

24. PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores

Em decorrência do julgamento do Recurso Extraordinário nº 574.706 (Tema 69 da Repercussão Geral), o Supremo Tribunal Federal definiu pela exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, com modulação dos efeitos da decisão a partir de 15 de março de 2017, considerando o ICMS destacado nas notas fiscais.

Em atendimento a essa decisão e conforme a Lei nº 14.385/22, as controladas da Companhia reconheceram créditos tributários relativos aos valores pagos indevidamente, bem como os correspondentes passivos regulatórios, considerando que os efeitos tributários incidentes sobre as faturas de energia elétrica são repassados integralmente aos consumidores.

A constitucionalidade dessa Lei foi questionada pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – ABRADEE, através da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) nº 7.324 e, em 14 de agosto de 2025, o Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu o julgamento ratificando a constitucionalidade da referida Lei. Contudo, foram opostos embargos de declaração pela ABRADEE, atualmente pendentes de apreciação, os quais discutem aspectos relevantes da operacionalização da decisão, tais como a abrangência da irrepetibilidade dos valores eventualmente já compensados ou devolvidos aos consumidores em montante superior ao efetivamente devido, a forma de contagem do prazo prescricional, o marco inicial, entre outros pontos de ambiguidade.

Nesse sentido, a Administração monitora continuamente os desenvolvimentos jurídicos e regulatórios do tema, a fim de garantir o reconhecimento e a avaliação tempestiva de quaisquer impactos que possam alterar as estimativas contábeis atualmente registradas.

Os saldos passivos são amortizados via CVA, em atendimento à nota técnica nº 9/2021–FF/SGT/SRM/SMA/ANEEL, conforme movimentação apresentada na nota explicativa nº 7 – Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros. Os montantes, que devem ser amortizados, são determinados na homologação dos processos de reajuste e revisão tarifária ocorridos a cada ciclo. Os valores passivos constituídos pelas controladas da Companhia, atualizados pela taxa SELIC e descontados dos repasses já realizados, bem como a movimentação do período, estão demonstrados a seguir:

Consolidado

Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.958.336
Complemento de créditos tributários	1.117
	185.760
Atualização monetária	241.352
Compensação	(289.062)
Saldo em 30 de junho de 2026	2.097.503

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Período findo em 30 de junho de 2026

-- Continuação

(Valores expressos em milhares de reais)

30/06/2026					
	Equatorial Piauí	Equatorial Alagoas	CEEE-D	Equatorial Goiás	Total
Circulante	1.851	-	36.993	130.571	169.415
Não circulante	-	160.182	527.277	1.240.629	1.928.088
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	1.851	160.182	564.270	1.371.200	2.097.503

31/12/2025					
	Equatorial Piauí	Equatorial Alagoas	CEEE-D	Equatorial Goiás	Total
Circulante	3.992	-	86.609	367.877	458.478
Não circulante	-	159.065	154.801	1.185.992	1.499.858
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	3.992	159.065	241.410	1.553.869	1.958.336

25. Outras contas a pagar (Consolidado)

	30/06/2026	31/12/2025
Circulante		
Devolução a consumidores	100.756	159.494
Convênios de arrecadação	289.094	269.195
Créditos de geração distribuída (a)	745.403	865.011
Cauções	300.854	239.686
Provisão para ressarcimento	286.090	229.036
Neutralidade PIS/COFINS	-	55.859
Devolução 4ª Tranche PLPT	67.326	83.172
Outras contas a pagar	421.098	373.261
Total circulante	2.210.621	2.274.714
Não circulante		
Parcelamento - ANEEL	231.777	218.183
Provisão para desmobilização	497.371	488.869
Provisão para ressarcimento	200.724	143.151
Phantom - liquidação caixa (b)	95.863	98.736
Adiantamento de clientes	60.375	73.659
Devolução a consumidores	32.562	32.559
Outras contas a pagar	137.333	140.379
Total não circulante	1.256.005	1.195.536
Totais	3.466.626	3.470.250

- (a) Corresponde ao excedente de créditos de energia das modalidades de microgeração ou minigeração, de acordo com a Lei n.º 14.300 que incentivou a adesão de consumidores à Microgeração e da Minigeração Distribuídas de Energia Elétrica (MMGD). Para maiores detalhes, ver nota explicativa nº 30 – Custos com energia elétrica; e
- (b) A variação do saldo no período decorre, principalmente, do reconhecimento de novas parcelas do plano de *Phantom Shares* e da reavaliação do passivo remanescente, após pagamentos efetuados no encerramento do exercício de 2025, relacionados ao exercício de direitos pelos beneficiários.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Período findo em 30 de junho de 2026

-- Continuação

(Valores expressos em milhares de reais)

26. Patrimônio líquido

26.1. Capital social

Em 30 de junho de 2026, o capital social é R\$ 22.177.114 (R\$ 22.169.281 em 31 de dezembro de 2025), o capital autorizado é de 1.500.000.000 de ações e sua composição de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, e principais acionistas está demonstrada conforme a seguir:

Acionistas	30/06/2026		31/12/2025	
	ON	%	ON	%
Opportunity	126.397.320	10,04%	126.397.320	10,04%
Squadra Investimentos	57.650.288	4,58%	57.650.288	4,58%
Canada Pension Plan	57.556.847	4,57%	57.556.847	4,57%
BlackRock	125.673.503	9,98%	57.299.125	4,55%
Demais minoritários	892.109.089	70,83%	960.116.217	76,26%
Total	1.259.387.047	100%	1.259.019.797	100%

No período findo em 30 de junho de 2026, a Companhia aprovou R\$ 7.833 de aumento de capital decorrente do exercício das opções previstas no Quinto Plano de Opção de Compra de Ações, com a emissão de 367.250 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

26.2. Reservas de capital

Esta reserva é constituída, em parte: (i) pelas opções outorgadas reconhecidas, por meio da deliberação CVM nº 562, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 10 (R1) /IFRS 2 - Pagamento Baseado em Ações; e (ii) pelos efeitos de alterações na participação relativa da controladora sobre uma controlada, que não resultam em perda de controle, conforme determina o CPC 36 – Demonstrações Consolidadas. Em 30 de junho de 2026, o saldo desta reserva era de R\$ 1.374.634 (R\$ 1.798.082 em 31 de dezembro de 2025).

26.3. Ajuste de avaliação patrimonial

Em 30 de junho de 2026, o saldo de ajuste de avaliação patrimonial era R\$ 82.423 (R\$ 91.155 em 31 de dezembro de 2025), contemplando, principalmente, efeitos de benefícios pós-emprego e de instrumentos financeiros derivativos. Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial serão reclassificados para o resultado do exercício, integral ou parcialmente, quando da alienação de ativos/passivos a que elas se referem.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Período findo em 30 de junho de 2026

-- Continuação

(Valores expressos em milhares de reais)

26.4. Resultado por ação

Conforme requerido pelo CPC 41 e IAS 33 (Resultado por ação), a tabela a seguir concilia o lucro líquido do período com os montantes usados para calcular o resultado por ação básico e diluído.

	01/04/2026 a 30/06/2026	01/01/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025
Numerador				
Lucro líquido do período atribuível aos acionistas da Companhia	485.375	909.840	1.073.601	1.629.769
Denominador (em milhares)				
1. Média ponderada de ações no cálculo do LPA básico	1.256.209	1.256.794	1.252.284	1.250.607
2. Média ponderada de ações no cálculo do LPA diluído	1.257.430	1.258.591	1.253.043	1.251.366
Lucro do período básico por lote de mil ações - R\$	0,38638	0,72394	0,85731	1,30318
Lucro do período diluído por lote de mil ações - R\$	0,38601	0,72290	0,85680	1,30239
	01/04/2026 a 30/06/2026	01/01/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025
(i) Fator de diluição				
3. Quantidade de Ações <i>Stock Options</i> (5º Plano) e <i>Matching Shares</i>	3.662	3.662	2.536	2.536
4. Diluição	1.221	1.797	759	759
Média ponderada de ações no cálculo do LPA diluído	1.257.430	1.258.591	1.253.043	1.251.366
	01/04/2026 a 30/06/2026	01/01/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025 (reapresentado)	01/01/2025 a 30/06/2025 (reapresentado)
Lucro do período básico por lote de mil ações - R\$ (operações em continuidade)	0,38638	0,72394	0,76581	1,12367
Lucro do período diluído por lote de mil ações - R\$ (operações em continuidade)	0,38601	0,72290	0,76535	1,12299
Lucro do período básico por lote de mil ações - R\$ (operações descontinuadas)	-	-	0,09150	0,17951
Lucro do período diluído por lote de mil ações - R\$ (operações descontinuadas)	-	-	0,09145	0,17940

26.5. Ações em tesouraria

Ações em tesouraria compreendem o custo das ações detidas pela Companhia. Em 15 de maio de 2024, a Companhia aprovou Programa de Recompra de Ações com o objetivo prioritário atender ao Plano de Incentivo de Longo Prazo ("Plano de *Matching Shares*"). No período findo em 30 de junho de 2026, a Companhia realizou recompra de ações próprias no montante de R\$ 136.344 e venda de ações em tesouraria no montante de R\$ 25.976, resultando em um aumento líquido de R\$ 110.368 no saldo da rubrica. Em decorrência dessas movimentações, o saldo de ações em tesouraria em 30 de junho de 2026 é de R\$ 234.080, correspondente a 4.355.773 ações ordinárias de emissão da Companhia (R\$ 123.712 em 31 de dezembro de 2025, correspondente a 895.716 ações ordinárias de emissão da Companhia), registrado em conta redutora do patrimônio líquido.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Período findo em 30 de junho de 2026

-- Continuação

(Valores expressos em milhares de reais)

27. Planos de incentivos de longo prazo

A Companhia instituiu planos de incentivo de longo prazo a colaboradores dedicados ao Grupo Equatorial ("Grupo").

Os planos são administrados pelo Conselho de Administração da Companhia, por intermédio do Comitê de Pessoas, Governança e Sustentabilidade, dentro dos limites estabelecidos nas Diretrizes de Elaboração e Estruturação de cada Plano e na legislação aplicável.

27.1. Quinto Plano de Opção de Compra de Ações

Os beneficiários do Plano poderão exercer suas Opções no prazo máximo de 6 (seis) anos a partir da data de outorga das Opções. As opções tornam-se exercíveis ao longo de 4 (quatro) anos, sendo 25% em cada ano.

a. Movimentação durante o período

	Número de opções	Média ponderada do preço de exercício	Número de opções	Média ponderada do preço de exercício
	30/06/2026	30/06/2026	31/12/2025	31/12/2025
Em opções				
Existentes em 1º de janeiro	1.692.200	-	4.887.168	-
Exercidas durante o período/exercício	-	-	(344.550)	-
Encerramento durante o período/exercício	(217.250)	-	(2.850.418)	-
Existentes ao fim do período/exercício 4ª Outorga	195.950	22,12	354.700	22,67
Existentes ao fim do período/exercício 5ª Outorga	80.000	22,64	80.000	22,64
Existentes ao fim do período/exercício 6ª Outorga	862.500	25,34	882.500	25,73
Existentes ao fim do período/exercício 7ª Outorga	336.500	30,11	375.000	30,11
Existentes ao fim do período/exercício	1.474.950	25,85	1.692.200	-

A vigência contratual média ponderada remanescente para as opções de ação restantes em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 era de 4,37 anos. Não houve novas outorgas durante os períodos/exercícios encerrados em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025.

A tabela a seguir apresenta uma relação das informações do modelo utilizado no plano para o período e exercício findos em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025:

Premissas	30/06/2026	31/12/2025
Média ponderada do valor justo na data da mensuração (R\$)	12,94	12,53
Rendimento de dividendos (%)	Valor presente, descontado pela taxa de juros pré-fixada na data de cada lote das respectivas outorgas	Valor presente, descontado pela taxa de juros pré-fixada na data de cada lote das respectivas outorgas
Volatilidade esperada (%)	31,08	31,46
Taxa de juros livre de risco (média baseada em títulos públicos) (%)	11,76	10,85
Vida da opção (expectativa de vida média ponderada em anos)	4,37	4,13
Média ponderada do preço das ações (R\$)	28,29	30,98
Modelo utilizado	Black-Scholes	Black-Scholes

Foi reconhecida uma despesa no resultado da Companhia e suas controladas, em contrapartida ao patrimônio líquido, no período findo em 30 de junho de 2026, de R\$ 1.393 (reversão de R\$ 3.637 em 30 de junho de 2025) e refere-se ao valor justo reconhecido durante o *vesting period* que é avaliado em cada data base.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Período findo em 30 de junho de 2026

-- Continuação

(Valores expressos em milhares de reais)

27.2. Plano de outorga de "Phantom Shares"

A Companhia possui três contratos ativos de "Phantom shares" referente aos anos de 2023 e 2025 e 2026.

O valor justo da ação foi calculado pelo preço dos 60 pregões anteriores ao término do exercício de 31 de dezembro de 2025, ponderado pelo volume negociado.

Com base na apuração das métricas de *performance* definidas, a Companhia e as suas controladas fizeram jus aos referidos programas. Abaixo, encontra-se a quantidade de ações para Equatorial, caso as métricas de *performance* forem atingidas, considerando todos os programas ativos:

Companhia e suas controladas

	Número de ações	Valor justo médio ponderado	Número de ações	Valor justo médio ponderado
Em ações	30/06/2026	30/06/2026	31/12/2025	31/12/2025
Existentes em 1º de janeiro	4.552.681	38,59	3.818.496	-
Cancelamento/transferência (a)	(151.170)	-	(595.296)	31,60
Outorgadas durante o período/exercício	1.998.329	-	2.391.981	-
Pagamentos	(1.047.250)	-	(1.062.500)	-
Existentes ao fim do período/exercício	5.352.590	42,29	4.552.681	38,59

- (a) Os cancelamentos se referem a ações de colaboradores desligados que perderam o direito de aquisição, e as transferências se referem a ações entre partes relacionadas, sendo as entidades membro do mesmo grupo econômico.

O Plano de 2019 esteve atrelado ao percentual efetivo da quantidade de ações que os beneficiários tiveram direito de receber, do qual dependeu da TIR (Taxa Interna de Retorno) obtida no projeto vinculado às suas metas de *performance*. As quantidades de ações para esse plano puderam variar conforme o desempenho, sendo multiplicadas por um percentual entre 90% e 110%. O referido plano foi encerrado em maio de 2026.

Para os planos de 2023, 2025 e 2026, a Companhia realizou a estimativa de valor justo dos referidos planos por meio da técnica de avaliação *Monte Carlo* para precificação, incorporando fatores e premissas de mercado, de acordo com o item 17 do CPC 10 (R1). As quantidades de ações podem variar conforme a *performance* e serem multiplicadas por um percentual entre 0% (zero por cento) e 150% (cento e cinquenta por cento) da Quantidade Alvo.

Ressalta-se que estes planos são classificados como instrumentos financeiros passivos liquidáveis em caixa. Para o período findo em 30 de junho de 2026, foi reconhecida uma despesa de R\$ 67.962 para a Companhia e suas controladas, em contrapartida a rubrica de outras contas a pagar (R\$ 24.006 em 30 de junho de 2025) e refere-se ao valor justo reconhecido durante o *vesting period* que é avaliado a cada data-base.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Período findo em 30 de junho de 2026

-- Continuação

(Valores expressos em milhares de reais)

27.3. Plano de Outorga de "Matching Shares"

As Ações *Matching Shares* referentes ao Programa de 2024 serão entregues aos participantes em quatro tranches iguais, correspondentes a 25% (vinte e cinco por cento) do total em cada data de aniversário da outorga. A entrega ocorrerá em até 60 (sessenta) dias contados de cada data de cumprimento do respectivo período de carência.

As Ações *Matching Shares* referentes aos Programas de 2025 e 2026 foram entregues aos participantes na Data de Outorga, permanecendo bloqueadas até o cumprimento do respectivo período de carência. O desbloqueio ocorrerá em até 60 (sessenta) dias contados da data de cumprimento da carência.

O valor justo por ação para cálculo da despesa é equivalente à média ponderada por volume de negociação em Reais das ações de emissão da Companhia nos 60 (sessenta) pregões anteriores à Data de Outorga ou ao preço do pregão no dia anterior à Data de Outorga, o que for menor.

Companhia e suas controladas

	Número de opções	Valor justo médio ponderado	Número de opções	Valor justo médio ponderado
Em ações	30/06/2026	30/06/2026	31/12/2025	31/12/2025
Existentes em 1º de janeiro	1.035.050	31,77	363.018	31,12
Outorgadas durante o período/exercício	1.166.583	40,44	682.640	32,22
Encerradas durante o período/exercício	-	-	(10.608)	-
Canceladas durante o período/exercício	(14.094)	-	-	-
Existentes ao fim do período/exercício 1º Plano	234.347	31,12	352.410	31,12
Existentes ao fim do período/exercício 2º Plano	668.546	32,22	682.640	32,22
Existentes ao fim do período/exercício 3º Plano	1.284.646	40,44	-	-
Existentes ao fim do período/exercício	2.187.539	34,83	1.035.050	31,77

A despesa reconhecida na Companhia e suas controladas, em contrapartida ao patrimônio líquido, no período findo em 30 de junho de 2026 foi de R\$ 9.483 (R\$ 4.478 em 30 de junho de 2025) e refere-se ao valor justo reconhecido durante o *vesting period* que é avaliado em cada data base.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
 Período findo em 30 de junho de 2026
 -- Continuação
 (Valores expressos em milhares de reais)

28. Receita operacional líquida (Consolidado)

A conciliação da receita bruta para a receita operacional líquida está a seguir demonstrada:

	01/04/2026 a 30/06/2026	01/01/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025 (Reapresentado)	01/01/2025 a 30/06/2025 (Reapresentado)
Distribuição				
Receita de distribuição	11.182.708	21.519.639	9.480.279	18.679.238
Remuneração financeira WACC	49.707	516.594	382.522	756.541
Valores a receber/devolver de parcela A e outros itens financeiros (a)	1.257.875	1.446.403	859.557	1.102.898
Subvenção CDE – outros (b)	808.880	1.575.988	672.547	1.289.094
Subtotal Fornecimento de energia elétrica	13.299.170	25.058.624	11.394.905	21.827.771
Suprimento de energia elétrica (c)	59.391	402.200	220.708	347.546
Receita pela disponibilidade - uso da rede	1.029.078	2.101.523	877.163	1.667.594
Receita de construção (d)	2.527.285	5.063.433	2.674.242	4.926.453
Atualização do ativo financeiro	299.680	648.626	207.798	551.359
Outras receitas	693.540	1.138.963	305.630	619.917
Subtotal	4.608.974	9.354.745	4.285.541	8.112.869
Subtotal distribuição	17.908.144	34.413.369	15.680.446	29.940.640
Saneamento				
Abastecimento de água e serviços de esgoto	31.449	63.564	26.471	52.063
Receita de construção	11.992	21.148	12.867	48.189
Outras receitas	1.448	2.547	2.252	3.348
Subtotal saneamento	44.889	87.259	41.590	103.600
Geração				
Receita com venda de energia	318.368	656.579	368.240	700.374
Outras receitas	4.464	8.720	11.354	15.014
Subtotal geração	322.832	665.299	379.594	715.388
Outros				
Receita de comercialização	507.676	1.111.008	588.557	1.006.528
Outras receitas	28.346	53.486	5.625	69.682
Subtotal outros	536.022	1.164.494	594.182	1.076.210
Receita operacional bruta	18.811.887	36.330.421	16.695.812	31.835.838
Deduções da receita				
ICMS sobre venda de energia elétrica	(2.386.945)	(4.647.924)	(2.008.900)	(3.895.439)
PIS e COFINS corrente	(1.199.311)	(2.212.213)	(1.124.581)	(1.896.531)
PIS e COFINS diferido	3.331	11.259	839	(2.044)
Encargos do consumidor	(109.056)	(209.614)	(99.061)	(190.619)
ISS	(5.211)	(9.632)	(4.254)	(8.317)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (e)	(1.304.098)	(2.611.349)	(894.286)	(1.789.495)
Penalidades DIC/FIC e outras	(71.479)	(161.760)	(98.027)	(200.529)
Outros	(184)	(314)	(1.721)	(3.315)
Deduções da receita operacional	(5.072.953)	(9.841.547)	(4.229.991)	(7.986.289)
Receita operacional líquida	13.738.934	26.488.874	12.465.821	23.849.549

- (a) A variação dos ativos e passivos regulatórios deve-se, principalmente, por: (i) em relação a constituição não houve alteração de posição entre anos, os movimentos se mantiveram ativos, principalmente em função do comportamento dos custos com energia e encargos setoriais frente às coberturas tarifárias homologadas pela ANEEL; (ii) variações dos financeiros amortizados; (iv) variação entre os valores da receita de ultrapassagem da demanda e reativo excedente pertencente às distribuidoras; (v) efeito da CVA da Bandeira Faturada;

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Período findo em 30 de junho de 2026

-- Continuação

(Valores expressos em milhares de reais)

- (b) Refere-se ao reconhecimento da receita correspondente a subvenção dos descontos tarifários concedidos aos consumidores de carga de fonte incentivada, geração de fonte incentivada, irrigantes e do sistema de compensação de energia elétrica;
- (c) A receita de suprimento de energia elétrica foi maior em comparação com o exercício anterior, devido o PLD médio ser maior no primeiro semestre de 2026 (R\$ 516,23/MWh) em comparação ao ano anterior (R\$ 479,48/MWh);
- (d) Ver explicação do custo de construção, conforme nota explicativa nº 29 - Custos do serviço e despesas operacionais; e
- (e) A variação apresentada refere-se, principalmente, aos valores registrados na conta de CDE, devido a atualização dos valores estabelecidos pela Resolução Homologatória nº 3.564, de 09 de dezembro de 2025 e REH nº 3.484 de 15 de julho de 2025, a qual definiu as quotas da CDE USO e CDE GD aplicáveis ao exercício de 2026 em valores superiores aos vigentes em 2025. O aumento verificado para 2026 reflete, entre outros fatores, a necessidade de recomposição dos recursos da CDE para cobertura de subsídios tarifários, encargos associados à geração distribuída, programas sociais (como a Tarifa Social de Energia Elétrica) e outros custos regulatórios definidos pela agência reguladora.

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

-- Continuação

Período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

29. Custos do serviço e despesas operacionais (Consolidado)

	01/04/2026 a 30/06/2026					01/01/2026 a 30/06/2026				
	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	PECLD	Total	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	PECLD	Total
Pessoal	(160.472)	(55.120)	(207.368)	-	(422.960)	(311.843)	(110.740)	(416.723)	-	(839.306)
Material	(19.948)	(11.372)	(3.615)	-	(34.935)	(63.351)	(22.896)	(8.409)	-	(94.656)
Serviços de terceiros	(389.156)	(230.236)	(64.170)	-	(683.562)	(714.389)	(455.762)	(171.494)	-	(1.341.645)
Custo com Energia elétrica – Nota explicativa nº 30	(6.185.142)	-	-	-	(6.185.142)	(11.745.920)	-	-	-	(11.745.920)
Custo de construção – Distribuição	(2.527.285)	-	-	-	(2.527.285)	(5.063.433)	-	-	-	(5.063.433)
Custo de construção – Saneamento	(11.992)	-	-	-	(11.992)	(21.148)	-	-	-	(21.148)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa do contas a receber – nota explicativa nº 6.2	-	-	-	(164.652)	(164.652)	-	-	-	(380.215)	(380.215)
Provisão para redução ao valor recuperável – FUNAC (a)	-	-	(57.661)	(11.182)	(68.843)	-	-	(74.872)	(41.531)	(116.403)
Provisão para riscos judiciais	-	-	(50.035)	-	(50.035)	-	-	(91.057)	-	(91.057)
Depreciação/Amortização	(751.769)	-	(192.446)	-	(944.215)	(1.332.165)	-	(456.560)	-	(1.788.725)
Arrendamentos e aluguéis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subvenção CCC	(41.809)	-	-	-	(41.809)	(78.872)	-	-	-	(78.872)
Outros	(35.349)	(10.118)	(9.809)	(9.082)	(64.358)	(86.726)	(11.458)	(46.183)	(10.202)	(154.569)
Total	(10.122.922)	(306.846)	(585.104)	(184.916)	(11.199.788)	(19.417.847)	(600.856)	(1.265.298)	(431.948)	(21.715.949)

	01/04/2025 a 30/06/2025 (Reapresentado)					01/01/2025 a 30/06/2025 (Reapresentado)				
	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	PECLD	Total	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	PECLD	Total
Pessoal	(120.038)	(51.834)	(153.053)	-	(324.925)	(238.621)	(103.745)	(306.400)	-	(648.766)
Material	(39.621)	(8.147)	(5.760)	-	(53.528)	(75.659)	(16.134)	(12.682)	-	(104.475)
Serviços de terceiros	(334.708)	(225.687)	(197.229)	-	(757.624)	(645.640)	(435.470)	(319.134)	-	(1.400.244)
Custo com Energia elétrica – Nota explicativa nº 30	(5.474.034)	-	-	-	(5.474.034)	(10.394.897)	-	-	-	(10.394.897)
Custo de construção – Distribuição	(2.674.242)	-	-	-	(2.674.242)	(4.926.453)	-	-	-	(4.926.453)
Custo de construção – Saneamento	(12.867)	-	-	-	(12.867)	(48.189)	-	-	-	(48.189)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa do contas a receber – nota explicativa nº 6.2	-	-	-	(131.859)	(131.859)	-	-	-	(305.087)	(305.087)
Provisão para redução ao valor recuperável – FUNAC	-	-	16.393	(66.836)	(50.443)	-	-	3.964	(85.826)	(81.862)
Provisão para riscos judiciais	-	-	373.121	-	373.121	-	-	328.235	-	328.235
Depreciação/Amortização	(647.839)	-	(179.417)	-	(827.256)	(1.138.811)	-	(388.020)	-	(1.526.831)
Subvenção CCC	(40.968)	-	-	-	(40.968)	(53.945)	-	-	-	(53.945)
Outros	(41.943)	(4.570)	(9.788)	205	(56.096)	(82.402)	(10.445)	(28.387)	884	(120.350)
Total	(9.386.260)	(290.238)	(155.733)	(198.490)	(10.030.721)	(17.604.617)	(565.794)	(722.424)	(390.029)	(19.282.864)

a) Para fins de consolidado, no período findo em 30 de junho de 2026, além do valor proveniente da despesa de provisão do FUNAC no valor de R\$ 77.051, foi contabilizada a reversão da despesa referente a realização de processos do FUNAC contidos no PPA no valor de R\$ 2.179.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

-- Continuação

Período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

30. Custos com energia elétrica (Consolidado)

	01/04/2026 a 30/06/2026		01/01/2026 a 30/06/2026	
	GWh (*)	R\$	GWh (*)	R\$
Energia de leilão (a)	10.524	(2.725.203)	20.554	(4.816.753)
Contratos Eletronuclear	233	(111.600)	473	(213.009)
Contratos cotas de garantias (b)	1.307	(283.034)	2.626	(801.368)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS/ Energia reserva (c)	-	(335.963)	-	(648.846)
Energia bilateral	60	(27.196)	118	(53.642)
Energia de curto prazo - CCEE (d)	-	(1.210.586)	-	(2.129.376)
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	197	(133.155)	412	(266.310)
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	520.885	-	1.028.383
Itaipu	885	(209.123)	1.795	(440.320)
Geração distribuída	-	(471.513)	-	(1.026.574)
Subtotal	13.206	(4.986.488)	25.978	(9.367.815)
Encargos de uso do sistema de distribuição e transmissão	-	(1.198.654)	-	(2.378.105)
Total	13.206	(6.185.142)	25.978	(11.745.920)

	01/04/2025 a 30/06/2025		01/01/2025 a 30/06/2025	
	GWh (*)	R\$	GWh (*)	R\$
Energia de leilão	9.852	(2.406.299)	20.034	(4.626.083)
Contratos Eletronuclear	413	(136.930)	820	(271.565)
Contratos cotas de garantias	1.605	(382.070)	3.217	(711.875)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS/ Energia reserva	-	(158.793)	-	(418.130)
Energia bilateral	63	(26.330)	124	(54.506)
Energia de curto prazo - CCEE	-	(669.770)	-	(939.068)
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	200	(150.432)	415	(300.862)
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	609.655	-	883.021
Itaipu	930	(407.321)	1.854	(469.575)
Geração distribuída	-	(611.314)	-	(1.231.821)
Subtotal	13.063	(4.339.604)	26.464	(8.140.464)
Encargos de uso do sistema de distribuição e transmissão	-	(1.134.430)	-	(2.254.433)
Total	13.063	(5.474.034)	26.464	(10.394.897)

(*) informação não revisada.

- (a) Compreende os custos com os contratos (CCEAR – Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente regulado, MCSD – Mecanismo de Compensação de Sobras e Déicits), com aumento da despesa em 4,12% e aumento de volume contratado de 2,6%;
- (b) A variação refere-se aos custos com contratos de CCGF – Contrato de Cotas de Garantia Física no ambiente regulado e os valores associados aos custos com Efeito do Risco Hidrológico que representaram um aumento expressivo no período de R\$ 89.493 devido as condições hidrológicas desfavoráveis;
- (c) Esse aumento apresentado é em decorrência da elevação dos custos com os Encargos de Serviço do Sistema (ESS), Energia de Reserva (EER) e Reserva de Capacidade (ERCAP), impulsionada pelo maior despacho de usinas térmicas e pelos maiores custos de contratação de energia e potência para garantir a segurança e a confiabilidade do Sistema Interligado Nacional (SIN); e
- (d) A energia de curto prazo apresentou variação de R\$ 1.190.308 no acumulado findo em 30 de junho de 2026, em virtude do aumento da despesa do efeito da contratação por disponibilidade e aumento da despesa nas operações no Mercado de Curto Prazo.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

-- Continuação

Período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

31. Outras despesas operacionais, líquidas (Consolidado)

	01/04/2026 a 30/06/2026	01/01/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025 (Reapresentado)	01/01/2025 a 30/06/2025 (Reapresentado)
Outras receitas operacionais				
Reversão de provisão para perda de estoque (a)	31.154	64.046	-	-
Outras receitas operacionais	22.170	28.595	81.633	88.151
Total de outras receitas operacionais	53.324	92.641	81.633	88.151
Outras despesas operacionais				
Perdas pela desativação de bens e direitos (b)	(239.828)	(386.076)	(76.132)	(175.065)
Indenização por danos a terceiros	(9.843)	(17.835)	(5.056)	(10.554)
Provisão para perda de estoque (a)	-	-	20.595	(12.273)
Baixa de recebíveis incobráveis	(26.577)	(46.714)	(16.984)	(49.502)
Outras despesas operacionais	(31.741)	(59.572)	(25.199)	(46.015)
Total de outras despesas operacionais	(307.989)	(510.197)	(102.776)	(293.409)
Efeito líquido total	(254.665)	(417.556)	(21.143)	(205.258)

- (a) A Companhia e suas controladas realizam avaliações periódicas de seus estoques/obras a fim de identificar materiais com baixa movimentação, constituindo provisão para perdas como forma de refletir o real potencial dos estoques na geração de caixa. O montante provisionado corresponde, em sua maioria, a itens obsoletos, de baixa rotatividade e/ou danificados. Para os materiais sem expectativa de benefício econômico, a distribuidora constitui provisão, uma vez que esses itens atendem às premissas previamente estabelecidas. Quando tais premissas deixam de ser atendidas, procede-se à reversão da respectiva provisão; e
- (b) O aumento das perdas de desativação decorre, principalmente, na controlada indireta Equatorial Pará, refere-se ao crescimento de 73% na quantidade de obras baixadas no comparativo entre os trimestres. Esse movimento resultou em um aumento de 63% na quantidade de ativos desativados, o que elevou, de forma significativa, os custos associados à desativação no período.

32. Resultado financeiro

Controladora

	01/04/2026 a 30/06/2026	01/01/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025
Receitas financeiras				
Rendimentos financeiros (a)	23.539	53.122	22.513	41.743
PIS/COFINS sobre receita financeira	(1.432)	(3.085)	(2.140)	(5.748)
Operações com instrumentos financeiros derivativos (b)	8.866	8.866	-	54.707
Rendimento de aval (e)	3.974	7.953	21.272	75.833
Outras receitas financeiras	5.173	7.898	619	4.896
Total de receitas financeiras	40.120	74.754	42.264	171.431
Despesas financeiras				
Encargos da dívida (c)	(53.080)	(108.881)	(141.023)	(269.466)
Operações com instrumentos financeiros derivativos (b)	(8.868)	(2.190)	(18.842)	(18.842)
Outras despesas financeiras	(433)	(3.265)	(13.330)	(16.342)
Total de despesas financeiras	(62.381)	(114.336)	(173.195)	(304.650)
Efeito líquido total	(22.261)	(39.582)	(130.931)	(133.219)

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

-- Continuação

Período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

Consolidado

	01/04/2026 a 30/06/2026	01/01/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025 (Reapresentado)	01/01/2025 a 30/06/2025 (Reapresentado)
Receitas financeiras				
Rendimentos financeiros (a)	365.708	745.379	317.507	631.142
PIS/COFINS sobre receita financeira	(41.775)	(73.450)	(26.789)	(55.630)
Atualização de valores a receber parcela A e itens financeiros	153.885	336.537	85.104	155.293
Operações com instrumentos financeiros derivativos (b)	(35.131)	952.535	(21.767)	512.393
Acréscimo moratório de energia vendida	147.390	267.143	160.559	279.649
Receita financeira de AVP	11.788	25.153	11.365	28.725
Variação monetária e cambial (d)	165.741	556.409	386.109	981.807
Marcação a valor justo da dívida	426.539	799.837	150.866	150.866
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores - nota explicativa nº 24	1.372	2.903	(29.482)	7.714
Reversão de PECLD sobre Juros de mora de contas a receber - nota explicativa nº 6.2	2.956	4.660	555	1.324
Outras receitas financeiras	290.020	354.157	94.727	164.557
Total de receitas financeiras	1.488.493	3.971.263	1.128.754	2.857.840
Despesas financeiras				
Encargos da dívida (c)	(1.310.740)	(2.530.455)	(1.170.270)	(2.281.967)
Operações com instrumentos financeiros derivativos (b)	(674.865)	(2.249.126)	(614.908)	(1.787.503)
Atualização de valores a devolver parcela A e itens financeiros	(58.206)	(157.282)	(88.457)	(172.715)
Variação monetária e cambial (d)	(715.271)	(1.125.495)	(218.697)	(615.638)
Marcação a valor justo da dívida	84.013	(267.572)	(99.004)	(99.004)
Despesa financeira de AVP	(27.168)	(39.626)	(29.735)	(47.601)
Atualização de eficiência e contingências	(82.245)	(139.324)	50.048	1.790
Descontos concedidos	(24.859)	(44.769)	(16.540)	(44.007)
PECLD sobre Juros de mora de contas a receber - nota explicativa nº 6.2	(4.187)	(5.614)	(1.502)	(3.201)
Perda esperada sobre componentes financeiros de créditos (f)	(5.146)	(14.940)	-	-
Encargos de geração distribuída	-	-	(2.713)	(1.733)
Impairment - Créditos especiais - FUNAC- nota explicativa nº 10.2	(2.716)	(15.272)	2.972	(3.540)
Outras despesas financeiras	(336.693)	(555.348)	(289.979)	(526.469)
Total de despesas financeiras	(3.158.083)	(7.144.823)	(2.478.785)	(5.581.588)
Resultado financeiro líquido	(1.669.590)	(3.173.560)	(1.350.031)	(2.723.748)

- (a) No Consolidado, houve um aumento nos rendimentos financeiros, impulsionado pelo desempenho mais favorável do CDI no período até junho de 2026 que atingiu 6,84%, frente aos 6,42% registrados no mesmo período de 2025;
- (b) A variação nas operações com instrumentos derivativos decorre, principalmente, da contratação de operações de *swap* e da variação cambial incidente sobre essas operações. No período findo em 30 de junho de 2026, foi reconhecida despesa financeira em função da valorização do real frente ao dólar, que apresentou queda de 6,2%. No período findo em 30 de junho de 2025, por sua vez, também se registrou despesa financeira, com queda do dólar de 13,4%. Na controladora, o principal impacto decorre do resultado das opções de compra vinculadas à participação na Equatorial Energia Distribuição S.A., que, no exercício geraram despesa;
- (c) Na Controladora, a redução nos encargos da dívida deve-se, principalmente, à queda do saldo de endividamento durante o período de 30 de junho de 2026 em relação ao mesmo período no ano anterior. No Consolidado, o aumento dos encargos reflete o crescimento do saldo da dívida em relação ao mesmo período do ano anterior. Contribuiu também para esse resultado a variação do CDI, principal indexador das dívidas da Companhia e de suas controladas, que passou de 6,4% acumulado até 30 de junho de 2025 para 6,84% no acumulado até 30 de junho de 2026;
- (d) No acumulado até 30 de junho de 2026, o principal impacto da variação cambial foi menor em relação ao mesmo período do ano anterior. A desvalorização de 6,29% do dólar no período gerou efeito cambial positivo (receita); contudo, esse efeito foi mais do que compensado pelo aumento das dívidas sujeitas à variação monetária, resultando em efeito líquido de despesa financeira. No mesmo período de 2025, a desvalorização de 13,4% do dólar proporcionou um efeito cambial positivo mais expressivo, refletido em maior receita financeira;
- (e) Em 16 de setembro de 2022, foi assinado Instrumento Particular de Remuneração pela Prestação de Garantia Corporativa (fiança/aval), entre as controladas (Contratantes) e a Companhia (Contratada), estabelecendo as condições para eventual remuneração das garantias prestadas sob a forma de aval em contratos; e
- (f) Referente a PECLD sobre a atualização financeira calculada sobre o saldo de Créditos Especiais - Aguardando ressarcimento, conforme detalhado na nota explicativa nº 10.2 - Movimentação do saldo de Créditos Especiais - Ativo FUNAC.

33. Instrumentos financeiros

33.1. Considerações gerais

A Companhia e suas controladas efetuaram análise dos seus instrumentos financeiros, a saber: aplicações financeiras, contas a receber de clientes, valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros, sub-rogação da CCC, ativos financeiros da concessão, ativos de contrato, fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures, valores a pagar de acordo com o plano de recuperação judicial, derivativos e passivo de arrendamento, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos e proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros constituídos em seus contratos de financiamento (*covenants*), conforme notas explicativas nº 18.5 – *Covenants* dos empréstimos e financiamentos e 19.6 – *Covenants* das debêntures.

33.2. Estratégia de utilização de derivativos

A Companhia e suas controladas realizam *hedge* de 100% da exposição em moeda estrangeira relacionada a empréstimos e financiamentos, por meio da contratação de *swaps* de fluxo de caixa, nos quais a ponta passiva é denominada em moeda nacional indexada ao CDI e a ponta ativa em moeda estrangeira acrescida do custo do contrato. Tais contratos são designados como instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas utilizam contratos de *swap* para proteção da exposição a variações de taxas de juros associadas a dívidas indexadas ao IPCA. Nesses casos, os derivativos são designados como instrumentos de *hedge* de valor justo, com o objetivo de mitigar os efeitos das oscilações desses indexadores sobre o valor das obrigações financeiras.

Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados exclusivamente para fins de proteção, não sendo realizadas operações com caráter especulativo.

33.3. Aspectos da relação de *hedge*

(a) Teste de efetividade do *hedge*

A efetividade das relações de *hedge* é avaliada com base na comparação entre os termos críticos do instrumento de *hedge* e do item protegido, incluindo *notional*, prazo, indexador e cronograma de fluxos de caixa. Essa avaliação visa demonstrar a existência de relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item protegido, de forma que as variações no valor justo ou nos fluxos de caixa do derivativo sejam capazes de compensar as variações correspondentes do item protegido. A Companhia e suas controladas adotam o método dos termos críticos (*critical terms match*) para avaliação prospectiva da efetividade no momento da designação da relação de *hedge*.

(b) Índice de *hedge*

A Companhia adota índice de *hedge* de 1:1, considerando a correspondência entre o instrumento de *hedge* e o item protegido em relação ao montante nocional, prazo e risco objeto da proteção.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

-- Continuação

Período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

(c) Risco de crédito

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito das instituições financeiras que atuam como contrapartes nos instrumentos derivativos. Para mitigar essa exposição, as operações são realizadas apenas com instituições financeiras com elevado nível de classificação de crédito, sendo a exposição monitorada periodicamente.

(d) Fontes de inefetividade

Potenciais fontes de inefetividade podem decorrer de descasamentos residuais entre o instrumento de *hedge* e o item protegido, incluindo diferenças pontuais nos cronogramas de fluxos de caixa, alterações nos indexadores aplicáveis, bem como demais características específicas dos instrumentos

33.4. Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e de suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A Companhia e suas controladas reconhecem, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças. Para o período findo em 30 de junho de 2026 não ocorreram mudanças nas hierarquias e nas técnicas de avaliação do valor justo, em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, conforme descrito no item a seguir.

(a) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e de suas controladas requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível.

Os saldos contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 estão identificados conforme a seguir:

Controladora			30/06/2026		31/12/2025	
Ativo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Aplicações financeiras	2	Valor justo por meio do resultado	18.993	18.993	932.901	932.901
Instrumentos financeiros derivativos – opção de compra de ações	3	Valor justo por meio do resultado	-	-	2.190	2.190
Total do ativo			18.993	18.993	935.091	935.091

			30/06/2026		31/12/2025	
Passivo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Fornecedores	-	Custo amortizado	3.098	3.098	4.138	4.138
Debêntures	-	Custo amortizado	1.558.692	1.512.360	1.562.524	1.579.445
Total do passivo			1.561.790	1.515.458	1.566.662	1.583.583

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

-- Continuação

Período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

Consolidado			30/06/2026		31/12/2025	
Ativo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Aplicações financeiras	2	Valor justo por meio do resultado	4.884.154	4.884.154	8.546.907	8.546.907
Contas a receber de clientes	-	Custo amortizado	10.270.252	10.270.252	10.315.564	10.315.564
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	-	Custo amortizado	2.786.699	2.786.699	1.813.458	1.813.458
Sub-rogação da CCC - valores aplicados	-	Custo amortizado	334.434	334.434	349.930	349.930
Instrumentos financeiros derivativos	2	Valor justo por meio do resultado	12.128	12.128	24.027	24.027
Instrumentos financeiros derivativos - opção de compra de ações	3	Valor justo por meio do resultado	-	-	2.190	2.190
Ativo financeiro de concessão - Distribuidoras	3	Valor justo por meio do resultado	5.465.289	5.465.289	19.135.756	19.135.756
Compromissos futuros	2	Valor justo por meio do resultado	230.836	230.836	243.233	243.233
Total do ativo			23.983.792	23.983.792	40.431.065	40.431.065

Passivo			30/06/2026		31/12/2025	
Passivo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Fornecedores	-	Custo amortizado	4.589.464	4.589.464	4.993.623	4.993.623
Fornecedores - risco sacado (convênio)	-	Custo amortizado	459.667	459.667	458.432	458.432
Empréstimos e financiamentos	-	Custo amortizado	22.686.672	22.704.033	18.176.834	18.236.053
Empréstimos e financiamentos	2	Valor justo por meio do resultado	2.745.035	2.744.041	2.801.669	2.801.669
Debêntures	-	Custo amortizado	25.533.173	25.488.423	24.158.665	23.707.289
Debêntures	2	Valor justo por meio do resultado	12.404.612	12.404.612	9.334.595	9.334.595
Valores a pagar da recuperação judicial	-	Custo amortizado	1.060.458	1.203.945	1.031.945	1.170.608
Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	-	Custo amortizado	125.579	125.579	339.685	339.685
Instrumentos financeiros derivativos	2	Valor justo por meio do resultado	1.671.722	1.671.722	635.151	635.151
Passivo de arrendamento	-	Custo amortizado	97.627	110.588	100.132	112.884
AICs Ressarcíveis (a)	3	Valor justo por meio do resultado	8.440	8.440	14.948	14.948
Compromissos futuros	2	Valor justo por meio do resultado	195.313	195.313	146.151	146.151
Total do passivo			71.577.762	71.705.827	62.191.830	61.951.088

- (a) O montante do ressarcimento devido à AXIA Energia, a título de pagamento pelos AICs Ressarcíveis correspondente a 50% (cinquenta por cento) da contribuição de cada um dos ativos na base de remuneração líquida, conforme definição vigente nos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET da ANEEL, desconsideradas eventuais contabilizações, posteriores à data-base do laudo de avaliação, de investimentos necessários à imobilização desses ativos em curso. Neste sentido, a Equatorial Piauí e Equatorial Alagoas provisionaram o montante de R\$ 8.440 (R\$ 14.948 em 31 de dezembro de 2025). Após a homologação pela ANEEL do resultado da revisão tarifária, a compradora se compromete a contratar consultor técnico para apuração do montante de ressarcimento devido à AXIA Energia.

33.5. Instrumentos financeiros derivativos

A política de gestão de risco da Companhia e de suas controladas é realizar *hedge* de 100% da exposição em moeda estrangeira relacionada a empréstimos e financiamentos, por meio da contratação de *swaps* de fluxo de caixa, nos quais a ponta passiva é denominada em moeda nacional indexada ao CDI e a ponta ativa em moeda estrangeira acrescida do custo do contrato. Tais contratos são designados como instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas utilizam contratos de *swap* para proteção da exposição a variações de taxas de juros associadas a dívidas indexadas ao IPCA. Nesses casos, os derivativos são designados como instrumentos de *hedge* de valor justo, com o objetivo de mitigar os efeitos das oscilações desses indexadores sobre o valor das obrigações financeiras.

Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados exclusivamente para fins de proteção, não sendo realizadas operações com caráter especulativo.

33.5.1. Controladora (Opção de compra)

Em 05 de novembro de 2019, foi aprovado pelo Conselho de Administração a celebração de acordo de investimento entre a Equatorial S.A. e o Itaú Unibanco S.A. ("Itaú"), com a interveniência e anuência da controlada Equatorial Energia Distribuição S.A. ("Equatorial Distribuição"), regulando os termos e condições gerais para a realização de um investimento, pelo Itaú, na Equatorial Distribuição, através da subscrição e integralização de ações preferenciais do capital social. Em 21 de março de 2023, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a celebração de um acordo de investimento entre a Companhia e o Itaú Unibanco S.A. ("Itaú"), regulando os termos e condições

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

-- Continuação

Período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

para a realização de um novo investimento, pelo Itaú, na Equatorial Distribuição, através da subscrição e integralização de ações preferenciais classe B do capital social da Equatorial Distribuição.

Em 21 de dezembro de 2023, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a celebração de um novo acordo de investimento entre a Companhia e o Itaú Unibanco S.A. ("Itaú"), regulando os termos e condições para a realização do investimento, pelo Itaú, na Equatorial Distribuição, através da subscrição e integralização de ações preferenciais classe C e adicional de ações preferenciais classe B do capital social da Equatorial Distribuição.

Com a conclusão do novo investimento, o Itaú Unibanco S.A. passou a ser titular da totalidade das ações preferenciais (Classe A, B e C) representativas de 25,79% do capital social total da Equatorial Distribuição, e a Equatorial S.A., por sua vez, sendo titular da totalidade das ações ordinárias representativas de 74,21% do capital social da Equatorial Distribuição.

Em 11 de novembro de 2025, a Companhia realizou o exercício parcial das opções de compra junto ao Itaú, no montante de R\$ 2.000.000, sendo R\$ 392.000 na Classe A e R\$ 1.608.000 na Classe B. Com o exercício parcial das opções de compra, a Equatorial S.A. passou a ser titular de parte das ações preferenciais (Classe A, B e C) representativas de 90,42% do capital social total da Equatorial Distribuição, e o Itaú Unibanco S.A., por sua vez, sendo titular da totalidade das ações ordinárias representativas de 9,58% do capital social da Equatorial Distribuição.

Em 05 de janeiro de 2026, a Companhia exerceu a totalidade da opção de compra para aquisição das ações preferenciais classe A e classe B de emissão da Equatorial Distribuição, representativas, na data do exercício, respectivamente, de aproximadamente 1,66% do capital social da Equatorial Distribuição, pelo valor de R\$ 28.214.572,68, e de aproximadamente 2,75% do capital social da Equatorial Distribuição, pelo valor de R\$ 144.628.735,17.

Nos termos do Acordo de Acionistas Equatorial Distribuição, a totalidade das ações preferenciais classe A e classe B foi convertida em ações ordinárias, de forma que, com a conclusão da operação: (i) a Equatorial Distribuição passou a ter seu capital social composto por ações ordinárias e ações preferenciais classe C, as quais passaram a ser denominadas apenas como ações preferenciais; (ii) a Companhia manteve-se titular da totalidade das ações ordinárias de emissão da Equatorial Distribuição, as quais passaram a representar aproximadamente 95,53% do capital social total da Equatorial Distribuição; e (iii) o Itaú manteve-se titular de ações preferenciais que passaram a representar aproximadamente 4,47% do capital social total da Equatorial Distribuição.

Adicionalmente, a Companhia e o Itaú celebraram, em 05 de janeiro de 2026, o quarto aditivo ao Acordo de Acionistas Equatorial Distribuição, o qual regula os direitos e obrigações da Companhia e do Itaú na qualidade de únicos acionistas da Equatorial Distribuição, para refletir os ajustes decorrentes do exercício integral da opção de compra das ações preferenciais classe A e classe B, e a subsequente conversão da totalidade das ações preferenciais classe A e classe B de emissão da Equatorial Distribuição em ações ordinárias.

A Companhia detém um direito de recompra da totalidade das ações preferenciais (Classes A, B e C) da Equatorial Distribuição que pode ser exercida entre 31 de março de 2026 a 31 de março de 2030. O preço da compra, se a opção for exercida, será: o valor de R\$ 1.000.000 corrigido por 105% do CDI desde 22 de dezembro de 2023 até 10 novembro de 2025, e corrigido por 100% do CDI a partir de 11 de novembro de 2025, até a data do exercício da opção de compra. O acionista minoritário não detém a opção de venda das ações, estando no controle da Companhia o exercício ou não deste direito.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

-- Continuação

Período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

Destaca-se que os direitos e obrigações da Equatorial S.A. e do Itaú Unibanco S.A., na qualidade de acionistas da Equatorial Distribuição, foram disciplinados por meio de acordo de investimento e acordo de acionistas celebrados entre as partes aditados de tempos em tempos.

A desproporcionalidade dos dividendos em relação à participação no capital social levaria a Companhia a exercer a opção mesmo em cenários na qual o valor das ações reduzisse, ou seja, em situações nas quais a Companhia obtivesse prejuízo no exercício da *call*. Tal efeito não é capturado tradicionalmente no cálculo de uma opção de compra.

Apresentamos abaixo os valores dos instrumentos derivativos da Companhia, vigentes em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, que podem ser assim resumidos:

Objetivo de proteção de risco de mercado	Indexadores	Valor justo	
		30/06/2026	31/12/2025
Opção de compra de ações			
Itaú Unibanco	100% do CDI	-	2.190
Ativo não circulante		-	2.190

(a) Mensuração a valor justo

A mensuração do valor justo deste instrumento é baseada em dados não observáveis uma vez que o preço da compra, caso incorrido pela Companhia, é calculado sobre o valor do aporte do acionista minoritário acrescido pela correção de cada classe, reduzido dos dividendos distribuídos aos minoritários.

Em 30 de junho de 2026, não há montante da posição favorável do valor justo das opções de compra (derivativo embutido) (R\$ 2.190 em 31 de dezembro de 2025), reconhecido como instrumento financeiro de nível 3, conforme segue:

Técnicas de valorização	Valor justo - opção de compra de ações (resultado) em 30/06/2026	Inputs significativos não observáveis	Sensibilidade dos inputs ao valor justo
Método de fluxo de caixa descontado	-	Dividendos (*)	+10% (aumento no valor justo de R\$105.234) -10% (redução no valor justo de R\$105.234)

(*) Projeção de dividendos a serem recebidos pelas ações PN da controlada Equatorial Distribuição S.A. até 31 de março de 2030.

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

-- Continuação

Período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

33.5.2. Consolidado

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, as controladas da Companhia, diretas e indiretas, possuem os seguintes instrumentos financeiros derivativos:

Controladas	Instituição financeira	Ingresso	Vencimento	Valor contratado em moeda estrangeira	Valor contratado (R\$)	Amortização	Tipo de hedge	Tipo	Juros	Indexadores	30/06/2026	31/12/2025
Equatorial Maranhão	Banco Sumitomo	31/03/2026	31/03/2033	US\$ 30.000	R\$ 157.200	Semestral	Fluxo de Caixa	Câmbio	Semestral	5,2630% a.a./ CDI +0,61% a.a.	(10.216)	-
Equatorial Maranhão	Banco Sumitomo	31/03/2026	29/03/2030	US\$ 20.000	R\$ 104.800	Semestral	Fluxo de Caixa	Câmbio	Semestral	5,8846% a.a./ CDI +1,36% a.a.	(5.885)	-
Equatorial Maranhão	XP	04/10/2024	15/09/2036	-	R\$ 550.000	Anual	Valor Justo	Juros	Semestral	IPCA + 6,6493% a.a./ CDI +0,285% a.a.	(61.584)	(38.277)
Equatorial Maranhão	Scotiabank	13/11/2024	12/11/2027	US\$ 73.684	R\$ 420.000	Bullet	Fluxo de Caixa	Câmbio	Semestral	5,8035% a.a./ CDI +1,15% a.a.	(48.693)	(19.887)
Equatorial Maranhão	Scotiabank	30/01/2025	28/01/2028	US\$ 18.000	R\$ 106.920	Bullet	Fluxo de Caixa	Câmbio	Semestral	5,2780% a.a./ CDI + 1,05% a.a.	(20.291)	(13.733)
Equatorial Maranhão	Scotiabank	19/02/2025	18/02/2028	US\$ 32.683	R\$ 186.223	Bullet	Fluxo de Caixa	Câmbio	Semestral	5,2710% a.a./ CDI + 1,05% a.a.	(27.446)	(15.169)
Equatorial Maranhão	Bradesco	25/04/2025	15/08/2043	-	R\$ 420.000	Mensal	Valor Justo	Juros	Mensal	IPCA + 7,72% a.a./ CDI +0,12% a.a.	(22.267)	(8.655)
Equatorial Pará	Bank of America	10/12/2024	10/12/2027	US\$ 50.000	R\$300.000	Bullet	Fluxo de Caixa	Câmbio	Anual	6,0118% a.a./ CDI +1,09% a.a.	(60.759)	(26.053)
Equatorial Pará	BTG	20/12/2024	15/12/2036	-	R\$1.475.000	Anual	Valor Justo	Juros	Semestral	IPCA + 7,7477% a.a./ CDI + 0,38% a.a.	(99.079)	(43.575)
Equatorial Pará	Bradesco	01/07/2025	15/06/2037	-	R\$1.300.000	Anual	Valor Justo	Juros	Semestral	IPCA + 7,0606% a.a./ CDI - 0,025% a.a.	(99.690)	(46.792)
Equatorial Pará	Bradesco	13/02/2026	15/01/2038	-	R\$ 800.000	Anual	Valor Justo	Juros	Semestral	6,57% a.a./ CDI - 0,7875% a.a.	(9.378)	-
Equatorial Piauí	Scotiabank	26/04/2021	26/04/2026	US\$ 53.571	R\$ 300.000	Anual	Fluxo de Caixa	Câmbio	Semestral	2,27% a.a. / CDI + 1,77%	-	(8.629)
Equatorial Piauí	Santander	07/12/2022	16/11/2026	US\$ 28.184	R\$ 146.000	Bullet	Fluxo de Caixa	Câmbio	Trimestral	6,24% a.a./CDI + 1,62% a.a.	(2.005)	7.558
Equatorial Piauí	XP	04/10/2024	15/09/2036	US\$ 0	R\$ 300.000	Anual	Valor Justo	Juros	Semestral	6,8091% a.a./ CDI + 0,41% a.a.	(33.180)	(20.573)
Equatorial Piauí	Bank of America	23/10/2024	25/10/2027	US\$ 31000	R\$ 177.630	Anual	Fluxo de Caixa	Câmbio	Bullet	5,7294% a.a./ CDI + 1,15% a.a.	(31.757)	(10.823)
Equatorial Piauí	Scotiabank	13/11/2024	12/11/2027	US\$ 49.123	R\$ 280.000	Bullet	Valor Justo	Câmbio	Semestral	5,8035% a.a./ CDI +1,15% a.a.	(32.462)	(13.257)
Equatorial Piauí	Itau	28/03/2025	15/08/2043	US\$ 0	R\$ 260.000	Mensal	Fluxo de Caixa	Juros	Mensal	IPCA + 7,52% a.a./ CDI + 0,05% a.a.	(9.813)	(1.203)
Equatorial Piauí	Scotiabank	08/08/2025	08/08/2028	US\$ 58.929	R\$ 330.000	Bullet	Fluxo de Caixa	Câmbio	Semestral	4,8680% a.a./ CDI +1,00% a.a.	(47.892)	(25.322)
Equatorial Piauí	XP	05/09/2025	15/08/2043	-	R\$ 460.000	Mensal	Valor Justo	Juros	Mensal	IPCA + 7,52% a.a./ CDI - 0,05% a.a.	(15.159)	(28.788)
Equatorial Piauí	Bradesco	09/09/2025	15/08/2037	-	R\$ 250.000	Anual	Valor Justo	Juros	Semestral	IPCA + 7,3239% a.a./ CDI - 0,07% a.a.	(2.244)	6.876
Equatorial Piauí	Bradesco	09/09/2025	15/08/2037	-	R\$ 250.000	Anual	Valor Justo	Juros	Semestral	IPCA + 7,1962% a.a./ CDI - 0,16% a.a.	(3.286)	6.259
Equatorial Piauí	Bradesco	13/02/2026	15/01/2038	-	R\$ 600.000	Anual	Valor Justo	Juros	Semestral	IPCA 6,57% a.a./ CDI - 0,7875% a.a.	(7.031)	-
CEEE-D	Itau	23/12/2022	15/12/2029	-	R\$250.000	Bullet	Valor Justo	Juros	Semestral	IPCA + 7,1498% a.a./CDI + 1,08% a.a.	(17.745)	(14.577)
CEEE-D	Citibank	30/06/2023	27/01/2027	US\$ 120.000	R\$583.800	Semestral	Fluxo de Caixa	Câmbio	Semestral	Sofr + 1,09% a.a./CDI + 1,85% a.a.	28.977	68.685
CEEE-D	Bank of America	06/07/2023	29/01/2027	US\$ 48.000	R\$233.760	Bullet	Fluxo de Caixa	Câmbio	Anual	6,7882% a.a./CDI + 1,8475% a.a.	(8.028)	20.643
CEEE-D	XP	19/06/2024	15/05/2036	-	R\$250.000	Anual	Valor Justo	Juros	Semestral	IPCA + 6,5596% a.a. / CDI + 0,29% a.a.	(36.032)	(26.431)
CEEE-D	BTG	04/10/2024	15/09/2036	-	R\$420.000	Anual	Valor Justo	Juros	Semestral	IPCA + 6,6493% a.a./ CDI +0,24% a.a.	(46.657)	(28.972)
CEEE-D	Bradesco	01/07/2025	15/06/2037	-	R\$300.000	Anual	Valor Justo	Juros	Semestral	IPCA + 7,0606% a.a./ CDI - 0,020% a.a.	(16.344)	(3.806)
CEEE-D	Bradesco	22/07/2025	15/08/2043	-	R\$430.000	Mensal	Valor Justo	Juros	Mensal	IPCA + 7,71% a.a./ CDI + 0,3350% a.a.	(18.599)	(4.029)
CEEE-D	Scotiabank	29/04/2026	27/04/2029	US\$ 100.000	R\$495.500	Bullet	Fluxo de caixa	Câmbio	Semestral	4,7390% a.a./ CDI + 0,98% a.a.	(7.744)	-
Telecom	Bocom	28/12/2021	28/12/2026	US\$ 3.495	R\$20.000	Semestral	Fluxo de Caixa	Câmbio	Semestral	Libor + 2,07% a.a / CDI + 1,71% a.a.	(1.015)	(918)
CEA	Scotiabank	29/12/2021	29/12/2026	US\$ 43.867	R\$250.000	Anual	Fluxo de Caixa	Câmbio	Semestral	2,52% a.a. / CDI + 1,85% a.a	(14.361)	(9.414)
CEA	Citibank	06/02/2023	06/02/2026	US\$ 36.000	R\$179.280	Bullet	Fluxo de Caixa	Câmbio	Semestral	Sofr + 0,84% a.a./CDI + 1,38% a.a.	-	11.360
CEA	Citibank	06/02/2023	06/02/2026	US\$ 24.240	R\$120.720	Bullet	Fluxo de Caixa	Câmbio	Semestral	Sofr + 0,84% a.a./CDI + 1,38% a.a.	-	7.649
CEA	ABC	20/12/2024	15/12/2036	-	R\$250.000	Anual	Valor Justo	Juros	Semestral	IPCA + 7,9091% a.a./ CDI + 0,51% a.a.	(16.630)	(7.310)
CEA	BNP	11/07/2025	11/07/2027	EUR 92.830	R\$600.000	Bullet	Fluxo de Caixa	Câmbio	Anual	3,61% a.a./ CDI + 0,9245% a.a.	(130.768)	(40.443)
CEA	Bradesco	01/07/2025	15/06/2037	-	R\$150.000	Anual	Valor Justo	Juros	Semestral	IPCA + 7,0606% a.a./ CDI - 0,020% a.a.	(11.511)	(5.403)
CEA	Bradesco	02/07/2025	15/08/2043	-	R\$217.000	Mensal	Valor Justo	Juros	Mensal	IPCA + 7,70% a.a./ CDI + 0,5850% a.a.	(14.192)	(6.820)
CEA	Citibank	25/08/2025	24/08/2028	US\$ 47.421	R\$260.000	Bullet	Fluxo de Caixa	Câmbio	Semestral	Sofr + 1,10% a.a./CDI + 0,99% a.a.	(25.675)	(10.059)
Equatorial Alagoas	Santander	26/10/2022	05/10/2026	US\$ 52.318	R\$ 276.500	Bullet	Fluxo de Caixa	Câmbio	Trimestral	6,45% a.a/CDI + 1,62% a.a	(11.701)	5.891
Equatorial Alagoas	1ª Debêntures	28/10/2022	15/10/2034	-	R\$ 100.000	Anual	Valor Justo	Juros	Semestral	IPCA + 6,3618% a.a./ CDI + 0,74% a.a.	(14.234)	(12.145)
Equatorial Alagoas	Bank of America	23/10/2024	25/10/2027	US\$ 17.452	R\$ 100.000	Anual	Fluxo de Caixa	Câmbio	Bullet	5,7294% a.a./ CDI + 1,15% a.a.	(17.879)	(6.092)

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

-- Continuação

Período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

Controladas	Instituição financeira	Ingresso	Vencimento	Valor contratado em moeda estrangeira	Valor contratado (R\$)	Amortização	Tipo de <i>hedge</i>	Tipo	Juros	Indexadores	30/06/2026	31/12/2025
Equatorial Alagoas	Scotiabank	29/11/2024	29/11/2027	US\$ 90.000	R\$ 522.900	Bullet	Fluxo de Caixa	Câmbio	Bullet	6,7670% a.a./ CDI + 1,15% a.a.	(67.401)	(32.631)
Equatorial Alagoas	Itaú	28/03/2025	15/08/2043	-	R\$ 70.000	Mensal	Fluxo de Caixa	Juros	Mensal	IPCA + 7,71% a.a./ CDI + 0,21% a.a.	(2.615)	(320)
Equatorial Alagoas	BNP Paribas	29/05/2025	15/09/2032	US\$ 100.000	R\$ 569.360	Semestral	Fluxo de Caixa	Câmbio	Semestral	Sofr + 2,10% a.a./CDI + 1,19% a.a.	(78.584)	(41.122)
Equatorial Alagoas	Scotiabank	08/08/2025	08/08/2028	US\$ 23.214	R\$ 130.000	Bullet	Valor Justo	Câmbio	Semestral	4,8680% a.a./ CDI + 1,00% a.a.	(18.867)	(9.975)
Equatorial Alagoas	BTG	09/09/2025	15/08/2037	-	R\$ 250.000	Anual	Fluxo de Caixa	Juros	Semestral	IPCA + 7,3239% a.a./ CDI - 0,19% a.a.	(25.809)	(7.443)
Equatorial Alagoas	XP	30/10/2025	15/08/2043	-	R\$ 84.000	Mensal	Valor Justo	Juros	Mensal	IPCA + 7,71% a.a./ CDI + 0,18% a.a.	(2.164)	637
Equatorial Alagoas	BBVA	30/12/2025	30/12/2030	EUR 25.590	R\$ 167.028	Bullet	Valor Justo	Câmbio	Semestral	EURIBOR + 1,50% a.a./CDI + 0,80% a.a.	(25.173)	(3.608)
Equatorial Alagoas	Bank of America	30/12/2025	30/12/2030	US\$ 30.000	R\$ 167.217	Bullet	Fluxo de Caixa	Câmbio	Semestral	Sofr + 1,80% a.a./ CDI + 0,82% a.a.	(20.321)	(3.899)
Echoenergia Participações	Safra	23/09/2025	23/09/2027	US\$ 18.802	R\$100.000	Bullet	Fluxo de Caixa	Câmbio	Bullet	5,60% / CDI + 0,90% a.a.	(11.733)	478
Equatorial Serviços	Bocom	17/06/2024	17/06/2027	US\$ 14.799	R\$80.000	Bullet	Fluxo de Caixa	Câmbio	Bullet	Sofr + 2,76% a.a./ CDI + 1,48% a.a.	(1.282)	698
Equatorial Goiás	XP	13/06/2024	15/05/2036	-	R\$ 950.000	Anual	Valor Justo	Juros	Semestral	IPCA + 6,4895% a.a./ CDI + 0,30% a.a.	(133.123)	(95.869)
Equatorial Goiás	Bank of America	22/07/2024	22/07/2027	US\$ 70.000	R\$ 383.600	Bullet	Fluxo de Caixa	Câmbio	Semestral	6,0824% a.a./ CDI + 1,20% a.a.	(39.191)	(13.639)
Equatorial Goiás	BTG	08/10/2024	15/09/2036	-	R\$ 800.000	Anual	Valor Justo	Juros	Semestral	IPCA + 6,6493% a.a./ CDI + 0,27% a.a.	(91.742)	(58.034)
Equatorial Goiás	Bradesco	29/04/2025	15/08/204	-	R\$ 300.000	Mensal	Valor Justo	Juros	Mensal	IPCA + 7,71% a.a./ CDI + 0,36% a.a.	(17.097)	(7.403)
Equatorial Goiás	Scotiabank	18/08/2025	18/08/2028	US\$ 35.000	R\$ 188.825	Bullet	Fluxo de Caixa	Câmbio	Semestral	4,6370% a.a./ CDI + 1,00% a.a.	(21.431)	(8.131)
Equatorial Goiás	Itaú	26/08/2025	15/08/2043	-	R\$ 610.000	Mensal	Valor Justo	Juros	Mensal	IPCA + 7,71% a.a./ CDI + 0,29% a.a.	(23.973)	(3.516)
Equatorial Goiás	Itaú	09/09/2025	15/08/2037	-	R\$ 750.000	Anual	Valor Justo	Juros	Semestral	IPCA + 7,3239% a.a./ CDI - 0,07% a.a.	(9.733)	17.452
Equatorial Goiás	Bradesco	09/09/2025	15/08/2037	-	R\$ 750.000	Anual	Valor Justo	Juros	Semestral	IPCA + 7,3239% a.a./ CDI - 0,063% a.a.	(9.778)	17.435
Equatorial Goiás	Bradesco	09/09/2025	15/08/2037	-	R\$ 1.600.000	Anual	Valor Justo	Juros	Semestral	IPCA + 6,57% a.a./ CDI - 0,7875% a.a.	(18.754)	-
Equatorial Goiás	BNP	26/06/2026	15/06/2036	US\$ 150.000	R\$ 778.380	Semestral	Fluxo de Caixa	Câmbio	Semestral	Sofr + 2,00% a.a./CDI + 0,66% a.a.	(10.568)	-
Subtotal (Controladas)											(1.659.594)	(611.124)
Subtotal (Companhia - nota explicativa nº 33.4.1)											-	2.190
Total (Companhia e controladas)											(1.659.594)	(608.934)
Ativo circulante											12.128	19.470
Ativo não circulante											-	6.747
Passivo circulante											(56.656)	(14.283)
Passivo não circulante											(1.615.066)	(620.868)
Efeito líquido total											(1.659.594)	(608.934)

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para instrumentos financeiros derivativos: Preços de mercado das instituições financeiras. O valor justo de *swap* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado. Destaca-se que, como as regras contábeis que tratam do assunto exigem que o *swap* seja contabilizado a valor de mercado, por mais que a proteção seja perfeita do ponto de vista de caixa, podem ocorrer oscilações nos resultados.

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

-- Continuação

Período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

Controladas	Risco	Rubrica no balanço patrimonial em que instrumento de <i>hedge</i> está incluído	Valor nominal	30/06/2026		31/12/2025		30/06/2026	30/06/2025
				Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Alterações no valor de instrumento de <i>hedge</i> reconhecidas em ORA	
Equatorial Maranhão	Dívidas em moeda estrangeira e indexadas ao IPCA	Instrumentos financeiros derivativos	1.945.143		(196.382)	-	(95.721)	(14.246)	57.200
Equatorial Pará	Dívidas em moeda estrangeira e indexadas ao IPCA	Instrumentos financeiros derivativos	3.875.000		(268.906)	-	(116.420)	184	35.973
Equatorial Piauí	Dívidas em moeda estrangeira e indexadas ao IPCA	Instrumentos financeiros derivativos	3.053.630		(184.829)	-	(87.902)	(4.114)	45.072
CEEE-D	Dívidas em moeda estrangeira e indexadas ao IPCA	Instrumentos financeiros derivativos	2.963.060	28.977	(134.300)	11.513	-	(15.588)	79.459
Telecom	Dívidas em moeda estrangeira	Instrumentos financeiros derivativos	20.000		(1.015)	-	(918)	94	170
CEA	Dívidas em moeda estrangeira e indexadas ao IPCA	Instrumentos financeiros derivativos	1.727.000		(213.137)	8.244	(68.684)	8.007	14.500
Equatorial Alagoas	Dívidas em moeda estrangeira e indexadas ao IPCA	Instrumentos financeiros derivativos	2.437.005		(284.748)	3.094	(113.801)	(3.638)	7.747
Echoenergia Participações	Dívidas em moeda estrangeira	Instrumentos financeiros derivativos	100.000		(11.733)	478	-	(1.022)	-
Echoenergia Crescimento	Dívidas em moeda estrangeira	Instrumentos financeiros derivativos	-		-	-	-	-	(6.924)
Equatorial Serviços	Dívidas em moeda estrangeira	Instrumentos financeiros derivativos	80.000		(1.282)	698	-	75	328
Equatorial Goiás	Dívidas em moeda estrangeira e indexadas ao IPCA	Instrumentos financeiros derivativos	7.110.805		(375.390)	-	(151.705)	(666)	170.341
Total			23.311.643	28.977	(1.671.722)	24.027	(635.151)	(30.914)	403.866

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

-- Continuação

Período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

33.6. Gerenciamento dos riscos financeiros

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. Os riscos são apontados pelas diversas áreas da Companhia, em suas áreas de especialidades. A Administração da Companhia define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas suas atividades. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

O Comitê de Auditoria avalia e monitora as exposições de risco da Companhia, acompanhando a forma como a Administração monitora a aderência aos procedimentos de gerenciamento de risco e a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais está exposta. A área de gestão de riscos e controles internos realiza revisões regulares nos procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado é reportado para o Comitê de Auditoria

Para o período findo em 30 de junho de 2026, não houve mudança nas políticas de gerenciamento de risco em relação ao exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2025.

34. Demonstrações dos fluxos de Caixa

34.1. Transações não envolvendo caixa

O CPC 03 (R2) – Demonstrações de Fluxo de Caixa, em sua revisão, trouxe que as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa. Todas as demonstrações que não envolveram o uso de caixa ou equivalente de caixa, ou seja, que não estão demonstradas nas demonstrações de fluxo de caixa, estão demonstradas na tabela abaixo:

Consolidado	Efeito não caixa
Atividades de investimento	
Transferências entre ativo financeiro e ativo contratual	1.062.975
Transferências entre ativo contratual e intangível	3.803.392
Transferências entre ativo financeiro e intangível	15.360.964
Adição de ativo contratual em contrapartida de fornecedores	133.817
Adição de ativo contratual em contrapartida de obrigações e encargos sobre folha de pagamento	316.673
Total atividades de investimentos	20.677.821
Atividades de financiamento	
Capitalização de juros de empréstimos, juros e mútuos	82.196
Hedge accounting de fluxo de caixa	21.180
Reconhecimento de ativo e passivo de arrendamento	5.032
Total atividades de financiamento	108.408
Total	20.786.229

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

-- Continuação

Período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

34.2. Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

	Controladora				30/06/2026
	31/12/2025	Fluxo de caixa	Pagamento de juros (*)	Outros (**)	
Debêntures	1.562.524	-	(112.713)	108.881	1.558.692
Dividendos a pagar	142.737	(91)	-	-	142.646
Ações em tesouraria	(123.712)	(110.368)	-	-	(234.080)
Capital social	22.169.281	7.833	-	-	22.177.114
Total	23.750.830	(102.626)	(112.713)	108.881	23.644.372

	Consolidado						30/06/2026
	31/12/2025	Fluxo de caixa	Pagamento de juros (*)	Novos arrendamentos	Mudança no valor justo	Outros (**)	
Empréstimos e financiamentos	20.978.503	4.534.867	(639.675)	-	-	558.012	25.431.707
Debêntures	33.493.260	4.068.701	(1.692.165)	-	-	2.067.989	37.937.785
Instrumentos financeiros derivativos	635.151	-	(267.111)	-	7.561	1.296.121	1.671.722
Compromissos futuros	146.151	-	-	-	-	49.162	195.313
Valores a pagar de acordos com plano de recuperação judicial	1.031.945	(13.160)	(5.288)	-	-	46.961	1.060.458
Passivo de arrendamento	100.132	(10.770)	(2.608)	5.032	-	5.841	97.627
Capital social	22.169.281	7.833	-	-	-	-	22.177.114
Dividendos a pagar	336.887	(531.743)	-	-	-	434.000	239.144
Ações em tesouraria	(123.712)	(110.368)	-	-	-	-	(234.080)
Total	78.767.598	7.945.360	(2.606.847)	5.032	7.561	4.458.086	88.576.790

(*) A Companhia e suas controladas classificam juros pagos como fluxos de caixa das atividades operacionais; e

(**) As movimentações incluídas na coluna de "Outros" incluem os efeitos das apropriações de encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas, capitalização de juros e o reconhecimento de dividendos a pagar ainda não pagos no fim do período. A Companhia e suas controladas classificam juros pagos como fluxos de caixa das atividades operacionais.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

-- Continuação

Período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

35. Operações descontinuadas

Em 04 de abril de 2025, a Companhia aprovou o plano de desinvestimento no Grupo Transmissão, anunciando para o mercado o evento por meio de fato relevante. Em 31 de outubro de 2025, a transação foi concluída após o atendimento de condições precedentes e a Companhia passou a apresentar o resultado do segmento de transmissão como operações descontinuadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2025.

O resultado das operações descontinuadas para os períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2025 está demonstrado a seguir:

	01/04/2025 a 30/06/2025 (Reapresentado)			
	SPEs de 1 a 6 e SPE 8	Equatorial Transmissão	Eliminações	Total
Operações descontinuadas				
Receita operacional líquida	329.506	-	-	329.506
Custos dos serviços prestados	(24.690)	-	-	(24.690)
Lucro bruto	304.816	-	-	304.816
Despesas gerais e administrativas	(2.889)	(73.156)	9.440	(66.605)
Resultado da equivalência patrimonial	-	126.112	(126.112)	-
Outras despesas operacionais, líquidas	1.367	7	-	1.374
Total de receitas (despesas) operacionais	(1.522)	52.963	(116.672)	(65.231)
Resultado antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social	303.294	52.963	(116.672)	239.585
Receitas financeiras	38.517	19.000	(9.480)	48.037
Despesas financeiras	(109.567)	(22.066)	9.480	(122.153)
Resultado financeiro	(71.050)	(3.066)	-	(74.116)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	232.244	49.897	(116.672)	165.469
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(12.411)	-	-	(12.411)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	(35.259)	-	(3.209)	(38.468)
Impostos sobre o lucro	(47.670)	-	(3.209)	(50.879)
Lucro líquido do período	184.574	49.897	(119.881)	114.590

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

-- Continuação

Período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

	01/01/2025 a 30/06/2025 (Reapresentado)			
	SPEs de 1 a 6 e SPE 8	Equatorial Transmissão	Eliminações	Total
Operações descontinuadas				
Receita operacional líquida	654.871	-	-	654.871
Custos dos serviços prestados	(45.056)	-	-	(45.056)
Lucro bruto	609.815	-	-	609.815
Despesas gerais e administrativas	(5.947)	(146.177)	18.881	(133.243)
Resultado da equivalência patrimonial	-	213.999	(213.999)	-
Outras despesas operacionais, líquidas	1.268	(21)	-	1.247
Total de receitas (despesas) operacionais	(4.679)	67.801	(195.118)	(131.996)
Resultado antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social	605.136	67.801	(195.118)	477.819
Receitas financeiras	70.333	47.024	(9.480)	107.877
Despesas financeiras	(218.227)	(54.039)	9.480	(262.786)
Resultado financeiro	(147.894)	(7.015)	-	(154.909)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	457.242	60.786	(195.118)	322.910
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(21.396)	-	-	(21.396)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	(70.598)	-	(6.419)	(77.017)
Impostos sobre o lucro	(91.994)	-	(6.419)	(98.413)
Lucro líquido do período	365.248	60.786	(201.537)	224.497

Conforme previsto no CPC 31/IFRS 5 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, as demonstrações do resultado referentes ao período findo em 30 de junho de 2025 foram ajustadas e reapresentadas para fins de comparabilidade, de modo a refletir o segmento operacional do Grupo Transmissão como operações descontinuadas.

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

-- Continuação

Período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

	01/04/2025 a 30/06/2025	Reclassificação	01/04/2025 a 30/06/2025 (reapresentado)	01/01/2025 a 30/06/2025	Reclassificação	01/01/2025 a 30/06/2025 (reapresentado)
Operações em continuidade	12.470.719	(4.898)	12.465.821	23.854.731	(5.182)	23.849.549
Receita de implementação de infraestrutura, O&M e outras, líquidas	324.608	(324.608)	-	649.689	(649.689)	-
Remuneração dos ativos da concessão, líquida	12.795.327	(329.506)	12.465.821	24.504.420	(654.871)	23.849.549
Receita operacional líquida	12.470.719	(4.898)	12.465.821	23.854.731	(5.182)	23.849.549
Energia elétrica comprada para revenda	(5.474.034)	-	(5.474.034)	(10.394.897)	-	(10.394.897)
Custo de construção	(2.687.109)	-	(2.687.109)	(4.974.642)	-	(4.974.642)
Custo da operação	(1.249.807)	24.690	(1.225.117)	(2.280.134)	45.056	(2.235.078)
Custos de energia elétrica, construção e operação	(9.410.950)	24.690	(9.386.260)	(17.649.673)	45.056	(17.604.617)
Lucro bruto	3.384.377	(304.816)	3.079.561	6.854.747	(609.815)	6.244.932
Receitas (despesas) operacionais						
Despesas com vendas	(290.238)	-	(290.238)	(565.794)	-	(565.794)
Despesas gerais e administrativas	(222.338)	66.605	(155.733)	(855.667)	133.243	(722.424)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(198.490)	-	(198.490)	(390.029)	-	(390.029)
Resultado da equivalência patrimonial	311.457	-	311.457	525.148	-	525.148
Outras despesas operacionais, líquidas	(19.769)	(1.374)	(21.143)	(204.011)	(1.247)	(205.258)
Total de receitas (despesas) operacionais	(419.378)	65.231	(354.147)	(1.490.353)	131.996	(1.358.357)
Resultado antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social	2.964.999	(239.585)	2.725.414	5.364.394	(477.819)	4.886.575
Receitas financeiras	1.181.518	(52.764)	1.128.754	2.965.717	(107.877)	2.857.840
Despesas financeiras	(2.605.665)	126.880	(2.478.785)	(5.844.374)	262.786	(5.581.588)
Resultado financeiro	(1.424.147)	74.116	(1.350.031)	(2.878.657)	154.909	(2.723.748)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	1.540.852	(165.469)	1.375.383	2.485.737	(322.910)	2.162.827
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(246.748)	12.411	(234.337)	(385.587)	21.396	(364.191)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	(4.469)	38.468	33.999	(104.234)	77.017	(27.217)
Impostos sobre o lucro	(251.217)	50.879	(200.338)	(489.821)	98.413	(391.408)
Lucro das operações em continuidade	1.289.635	(114.590)	1.175.045	1.995.916	(224.497)	1.771.419
Operações descontinuadas						
Resultado das operações descontinuadas	-	114.590	114.590	-	224.497	224.497
Lucro líquido do período	1.289.635	-	1.289.635	1.995.916	-	1.995.916
Resultado atribuível aos:						
Acionistas da controladora	1.073.601	-	1.073.601	1.629.769	-	1.629.769
Acionistas não controladores	216.034	-	216.034	366.147	-	366.147
Lucro líquido do período	1.289.635	-	1.289.635	1.995.916	-	1.995.916

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

-- Continuação

Período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

Nas demonstrações do resultado da controladora, o resultado de equivalência patrimonial do Grupo Transmissão, que totalizaram R\$ 114.590 no período de três meses findos em 30 de junho de 2025 e R\$ 224.497 no período de seis meses findos em 30 de junho de 2025, foram reclassificados e passam a serem apresentados como resultado de operações descontinuadas.

A demonstração do fluxo de caixa das operações descontinuadas para o período findo em 30 de junho de 2025 está demonstrada a seguir:

	30/06/2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Lucro líquido do período	224.497
Ajuste para:	
Amortização e depreciação	1.321
Amortização do direito de concessão	123.649
Remuneração de ativo contratual	(662.230)
Encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas	263.438
Rendimentos de aplicações financeiras	(119.621)
Outros	48.563
	(120.383)
Variações nos ativos e passivos, circulantes e não circulantes:	
Contas a receber de clientes	642.112
Outras contas a pagar	(2.267.087)
Outros	2.069.987
Caixa proveniente das atividades operacionais	445.012
Rendimentos de aplicações financeiras	
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.354)
Juros pagos/recebidos	(156.349)
	(157.703)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	166.926
Fluxo de caixa de atividades de investimento	
Aquisições no ativo intangível e imobilizado	(125.244)
Aplicações financeiras	32.003
Outros	(35.497)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(128.738)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento	
Amortização de debêntures e empréstimos e financiamentos	(118.429)
Dividendos pagos	(738.931)
Outros	262.684
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(594.676)
Redução em caixa e equivalentes de caixa	(556.488)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	1.034.711
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	478.223
Redução em caixa e equivalentes de caixa	(556.488)

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas -- Continuação
 Período findo em 30 de junho de 2026
 (Valores expressos em milhares de reais)

36. Segmento de negócios

A Companhia analisa o desempenho dos segmentos e aloca recursos baseando-se em diversos fatores, sendo as receitas e o lucro operacional os fatores financeiros preponderantes.

A Companhia optou por organizar a entidade em torno das diferenças entre produtos e serviços. Desta forma, os segmentos econômicos em que atua são: Distribuição, Geração, Serviçosⁱ, Saneamento e Administraçãoⁱⁱ, cujas informações das operações por segmento estão conforme a seguir:

	30/06/2026						
					Conciliação		
	Distribuição	Geração	Serviços e Comercialização	Saneamento	Administração	Eliminações	Total
Receita operacional líquida	24.796.383	621.635	1.117.334	81.134	-	(127.612)	26.488.874
Custos e despesas operacionais	(18.805.395)	(338.910)	(1.205.184)	(82.023)	(249.126)	127.612	(20.553.026)
Depreciação/amortização	(1.405.904)	(152.794)	(16.368)	(4.966)	(447)	-	(1.580.479)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	4.585.084	129.931	(104.218)	(5.855)	(249.573)	-	4.355.369
Receita financeira	3.792.844	97.995	16.564	2.309	75.651	(14.100)	3.971.263
Despesa financeira	(6.548.673)	(355.642)	(50.679)	(90.199)	(113.730)	14.100	(7.144.823)
Resultado financeiro	(2.755.829)	(257.647)	(34.115)	(87.890)	(38.079)	-	(3.173.560)
Resultado de participações societárias	-	-	(124.535)	-	2.108.091	(1.499.887)	483.669
Imposto de renda e contribuição social	(355.756)	(51.116)	1.474	-	(317)	-	(405.715)
Lucro líquido do período	1.473.499	(178.832)	(261.394)	(93.745)	1.820.122	(1.499.887)	1.259.763

Equatorial S.A. e Consolidado

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas -- Continuação

Período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

30/06/2025 (Reapresentado)							
	Distribuição	Geração	Serviços e Comercialização	Saneamento	Conciliação		Total
					Administração	Eliminações	
Receita operacional líquida	22.149.546	677.252	1.070.374	98.362	-	(145.985)	23.849.549
Custos e despesas operacionais	(16.600.051)	(343.317)	(1.023.535)	(100.802)	(182.380)	145.985	(18.104.100)
Depreciação/amortização	(1.199.128)	(150.574)	(13.371)	(1.672)	(396)	-	(1.365.141)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	4.350.367	183.361	33.468	(4.112)	(182.776)	-	4.380.308
Receita financeira	2.673.027	68.777	17.670	2.706	172.647	(76.987)	2.857.840
Despesa financeira	(4.868.735)	(358.118)	(23.068)	(104.543)	(304.111)	76.987	(5.581.588)
Resultado financeiro	(2.195.708)	(289.341)	(5.398)	(101.837)	(131.464)	-	(2.723.748)
Resultado de participações societárias	-	(314)	(20.512)	-	3.065.995	(2.532.483)	512.686
Imposto de renda e contribuição social	(320.750)	(42.892)	(22.501)	-	(11.684)	-	(397.827)
Lucro líquido do período	1.833.909	(149.186)	(14.943)	(105.949)	2.740.071	(2.532.483)	1.771.419

30/06/2026							
	Distribuição	Geração	Serviços ⁱ e Comercialização	Saneamento	Conciliação		Total
					Administração ⁱⁱ	Eliminações	
Ativos operacionais	92.024.794	12.892.088	6.998.258	1.057.037	41.489.380	(35.517.492)	118.944.065
Passivos operacionais	75.575.733	6.655.443	5.699.939	1.478.253	3.206.472	(2.387.099)	90.228.741

31/12/2025							
	Distribuição	Geração	Serviços ⁱ e Comercialização	Saneamento	Conciliação		Total
					Administração ⁱⁱ	Eliminações	
Ativos operacionais	87.271.320	13.030.328	1.400.878	1.038.059	40.341.531	(33.478.173)	109.603.944
Passivos operacionais	71.464.546	6.641.308	692.028	1.400.530	2.722.073	(1.644.489)	81.275.997

ⁱ"Serviços" diz respeito às atividades de serviços fornecidos pela Equatorial Serviços S.A., Equatorial Telecomunicações S.A., Equatorial Renováveis S.A., E-Nova Geração Distribuída S.A., e Equatorial Engenharia e Construções S.A. Para mais informações, consultar nota explicativa nº 11.2 - Informações das controladas; e

ⁱⁱ"Administração" refere-se aos serviços de Administração Central decorrentes da operação de *holding*, bem como compartilhamento de pessoal e infraestrutura, fornecidas pelas empresas Equatorial Energia Distribuição S.A., Equatorial Participações e Investimentos S.A., Equatorial Participações e Investimentos II S.A., Equatorial Participações e Investimentos III S.A. e Equatorial S.A. Para mais informações, consultar a nota explicativa nº 11.2 - Informações das controladas.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas -- Continuação
 Período findo em 30 de junho de 2026
 (Valores expressos em milhares de reais)

36.1. Receita operacional por segmento

	30/06/2026				
	Distribuição	Geração	Serviços	Saneamento	Eliminações
Suprimento de energia elétrica	402.200	-	-	-	-
Fornecimento de energia elétrica	25.058.624	-	1.111.008	-	-
Receita de construção	5.063.433	-	-	21.147	-
Receita pela disponibilidade - uso da rede	2.118.842	-	-	-	(17.319)
Receita com venda de energia	-	656.579	-	-	-
Abastecimento de água e serviços de esgoto	-	-	-	63.564	-
Outras receitas	1.787.589	8.720	147.221	2.548	(93.735)
Total da receita bruta	34.430.688	665.299	1.258.229	87.259	(111.054)

	30/06/2025				
	Distribuição	Geração	Serviços	Saneamento	Eliminações
Suprimento de energia elétrica	347.547	-	-	-	-
Fornecimento de energia elétrica	21.433.668	-	1.006.528	-	-
Receita de construção	4.926.454	-	-	48.189	-
Receita pela disponibilidade - uso da rede	1.677.101	-	-	-	(9.507)
Receita com venda de energia	-	700.374	-	-	-
Abastecimento de água e serviços de esgoto	-	-	-	52.063	-
Outras receitas	1.565.377	15.014	192.727	3.348	(123.045)
Total da receita bruta	29.950.147	715.388	1.199.255	103.600	(132.552)

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

-- Continuação

Período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

(a) Receita operacional distribuição

A Companhia optou evidenciar as informações por segmentos econômicos por Unidade Federativa em que atua no setor de distribuição* de energia:

	30/06/2026							
	Maranhão	Pará	Piauí	Alagoas	Rio Grande do Sul	Goiás	Amapá	Total
Receita operacional líquida	3.730.977	6.253.783	2.119.068	1.931.333	3.619.206	6.124.941	1.017.075	24.796.383

	30/06/2025							
	Maranhão	Pará	Piauí	Alagoas	Rio Grande do Sul	Goiás	Amapá	Total
Receita operacional líquida	3.218.068	5.707.792	1.889.441	1.710.553	2.968.569	5.848.579	806.544	22.149.546

* As controladas distribuidoras possuem sedes operacional e administrativa nas respectivas Unidades Federativas em que atuam.

37. Compromissos futuros

37.1. Compromissos futuros de energia

A controlada direta, Echoenergia Crescimento e a controlada indireta Equatorial Renováveis, operam no Ambiente de Contratação Livre ("ACL") e firmaram contratos de compra e venda de energia bilateralmente com suas contrapartes. Estas transações resultaram em ganhos e perdas para o Grupo, que foram reconhecidas pelos seus valores justos no resultado do período.

Em 30 de junho de 2026, os contratos de venda e compra de energia futura (*trading*) totalizam os montantes, respectivamente, de R\$ 230.838 e R\$ 195.313, em recebíveis e obrigações.

	30/06/2026		31/12/2025	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Controladas				
Echoenergia Crescimento	4.744	3.945	7.662	6.735
Equatorial Renováveis	226.092	191.368	235.571	139.416
Total	230.836	195.313	243.233	146.151
Circulante	163.719	176.465	171.622	117.971
Não circulante	67.117	18.848	71.611	28.180

37.2. Contratos futuros

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo são os seguintes:

	Vigência	2026	2027	2028	Após 2029*
Energia contratada	2026 a 2046	7.977.517	15.653.465	16.129.795	189.896.175
Energia contratada (em MhW)	2026 a 2046	27.616.300	52.798.896	52.572.848	520.101.421

(*) estimado em 09 anos após 2029.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

-- Continuação

Período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 6 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço atualizado de acordo com a cláusula do CCEAR, e foram homologados pela ANEEL.

	Vigência	2026	2027	2028	Após 2029*
Sistema isolado	2026 a 2029	626.925	201.228	190.883	636.833
Sistema isolado (MhW)	2026 a 2029	289.175	102.814	77.593	379.739
Encargos de uso do sistema de transmissão (CUST/CCT) e distribuição (CUSD)	2026 a 2046	82.853	125.735	129.667	268.979
Contratos de operação e manutenção	2026 a 2046	63.814	140.453	149.407	932.596

(*) estimado em 11 anos após 2029.

38. Eventos subsequentes

Equatorial Serviço

Captação de empréstimo

Em 10 de julho de 2026 foi liquidada a operação contratada junto ao Bocom BBM nos termos da Lei nº 4.131, amortização *bullet* e juros semestrais, com prazo de 19 meses, no valor de CNY 59.335 ao custo de CNY + 2,33% a.a., com *SWAP* de câmbio para CDI + 0,99% a.a., perfazendo o montante de R\$ 45.000.

Equatorial Pará

Captação de empréstimo

Em 20 de julho de 2026 foi liquidada a operação contratada junto ao Bocom BBM nos termos da Lei nº 4.131, com prazo de 3 anos, amortização *bullet* e juros semestrais, no valor de CNY 266.453 ao custo de CNY + 2,20% a.a., com *SWAP* de câmbio para CDI + 0,90% a.a., perfazendo o montante de R\$ 200.000.

Equatorial S.A.

Aprovação da aquisição de participação societária na Copasa pelo CADE

Em 5 de agosto de 2026, o Tribunal do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), durante sua 269ª Sessão Ordinária de Julgamento, analisou o recurso interposto por terceiro interessado contra a decisão da Superintendência-Geral que havia aprovado, sem restrições, o ato de concentração referente à aquisição, pela Gerais Saneamento S.A., sociedade integrante do Grupo Equatorial, de participação correspondente a 30% do capital social da COPASA.

Após analisar os argumentos apresentados no recurso, o Tribunal do CADE decidiu, por unanimidade, negar provimento ao pedido, mantendo integralmente a decisão anteriormente proferida pela Superintendência-Geral e aprovando a operação sem a imposição de restrições ou remédios concorrenciais.

Echoenergia Participações e Echoenergia Crescimento

Curtailment – Lei nº 15.269/2025 e Portaria MME nº140/2026

Em 21 de julho de 2026, foi publicada a Portaria Normativa MME nº 140/2026, que regulamentou os procedimentos para operacionalização da compensação dos custos decorrentes das restrições de geração de energia elétrica ("*curtailment*") aplicáveis às usinas eólicas e solares fotovoltaicas conectadas ao Sistema Interligado Nacional (SIN). A regulamentação decorre da Lei nº 15.269/2025,

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

-- Continuação

Período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

que assegurou aos agentes de geração o direito à compensação dos custos associados aos eventos de restrição de geração classificados como indisponibilidade externa e confiabilidade elétrica ocorridos entre 1º de setembro de 2023 e 25 de novembro de 2025.

A Companhia formalizou sua adesão ao Termo de Compromisso previsto na Lei nº 15.269/2025 e na Portaria Normativa MME nº 140/2026, aderindo ao mecanismo instituído pelo Poder Concedente para a compensação dos eventos elegíveis de restrição de geração. A partir da adesão, os montantes de compensação passarão a ser apurados, validados e operacionalizados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), observadas as regras e procedimentos estabelecidos na regulamentação aplicável.

Com base nas informações operacionais disponíveis e nos critérios definidos pela legislação e regulamentação aplicáveis, a Administração encontra-se em processo de avaliação e estimativa dos valores potencialmente passíveis de compensação. Todavia, considerando que os procedimentos de apuração, validação, revisão e homologação dos eventos ainda serão conduzidos pelos órgãos e entidades responsáveis, não é possível determinar, nesta data, os montantes que poderão ser efetivamente reconhecidos e ressarcidos.

A Administração seguirá acompanhando a evolução das etapas regulatórias e dos procedimentos de validação conduzidos pelo ONS, pela CCEE e pelos demais agentes envolvidos, avaliando tempestivamente os impactos contábeis e financeiros decorrentes da conclusão do processo e do reconhecimento dos valores que venham a ser homologados.

Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.

Reajuste Tarifário

Por meio de reunião de Diretoria da ARSAP, em 30 de julho de 2026, foi homologado, por meio da Resolução ARSAP nº 009/2026, o Reajuste Tarifário Anual da Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A. ("CSA"), com reajuste de 6,5173% nas tarifas de aplicação e nos valores dos serviços complementares, a partir do dia 30 de agosto de 2026.

Echoenergia Crescimento

Alienação parcial de participação na Sertão Solar Barreiras XVIII S.A.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de julho de 2026, a Barreiras Holding S.A., controlada direta da Companhia, aprovou a celebração de contratos de compra e venda de ações de sua controlada Sertão Solar Barreiras XVIII S.A., no contexto da estruturação de operação de autoprodução por equiparação.

A transação resultou na alienação, pela Barreiras Holding S.A., de 43.507.603 ações para a Olfar S.A. – Alimento e Energia ("Olfar"), correspondentes a 25,90% do capital social da investida, e de 38.132.146 ações para a Energir Geração de Energia Elétrica Ltda. ("Energir"), correspondentes a 22,70% do capital social da investida. Após a conclusão da operação, a Olfar e a Energir passaram a deter, em conjunto, 48,60% do capital social da Sertão Solar Barreiras XVIII S.A., não havendo alteração no controle societário da investida.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

-- Continuação

Período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais)

Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA

Alteração da data do Processo Tarifário

Em 11 de agosto de 2026, a ANEEL aprovou a alteração da data contratual dos processos de reajuste tarifário anual e revisão tarifária periódica da Companhia, que passa de 13 de dezembro para 25 de maio. A medida foi aprovada por proporcionar melhor alinhamento do calendário tarifário às características do setor e à dinâmica dos processos regulatórios, além de atender ao pleito formulado pelo Conselho de Consumidores e aceito pela concessionária.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Ocorrência de eventos climáticos

Em 06 e 07 de agosto de 2026, a área de concessão da CEEE-D foi impactada por evento climático severo associado à formação de um ciclone extratropical, posteriormente caracterizado como "ciclone-bomba", que ocasionou ventos intensos, chuvas e danos à infraestrutura em diversas regiões do Estado do Rio Grande do Sul. O evento afetou 34 dos 72 municípios da área de concessão da Companhia e provocou interrupções no fornecimento de energia elétrica e, em seu momento mais crítico, aproximadamente 375 mil unidades consumidoras tiveram o fornecimento interrompido na área de atuação da CEEE-D.

A CEEE-D acionou seu plano de contingência, mobilizando mais de 500 equipes próprias e terceirizadas, além de recursos adicionais para atendimento das ocorrências e recomposição do sistema elétrico. As ações implementadas tiveram como objetivo restabelecer o fornecimento de energia aos consumidores afetados no menor prazo possível.

O atendimento foi substancialmente normalizado no dia 12 de agosto. Os danos identificados concentram-se, principalmente, em postes, cabos, transformadores e demais componentes da infraestrutura de distribuição atingidos pelo evento climático. A Administração está avaliando os impactos econômico-financeiros decorrentes desse evento, incluindo os custos associados à recomposição dos ativos e à prestação do serviço.

Conselho de Administração

Eduardo Parente Menezes
(Presidente)

Guilherme Mexias Aché
(Vice-Presidente)

Luís Henrique de Moura Gonçalves

Paulo Jerônimo Bandeira de Mello Pedrosa

Tania Sztamfater Chocolat

Tiago de Almeida Noel

Tinn Freire Amado

Dennis Herszkowicz

Conselho Fiscal

Titulares

Saulo de Tarso Alves de Lara

Maria Salete Garcia Pinheiro

Vanderlei Dominguez da Rosa

Suplentes

Dorgival Soares da Silva

Adilson Celestino de Lima

Marizio Martins da Costa

Comitê de Auditoria Estatutário

Tinn Freire Amado
(Coordenador)

João Alberto da Silva Neto

Jorge Roberto Manoel

Diretoria Executiva

Augusto Miranda da Paz Júnior
(Diretor-Presidente)

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Diretor de Relações com Investidores

Humberto Luís Queiroz Nogueira
(Diretor)

José Silva Sobral Neto
(Diretor)

Michele Teixeira da Silva
(Diretor)

Cristiano de Lima Logrado
(Diretor)

Maurício Alvares da Silva Velloso Ferreira
(Diretor)

Marcos Antônio Souza de Almeida
(Diretor)

José Ailton Rodrigues
(Diretor)

Geovane Ximenes de Lira
Superintendente Corporativo de Gestão Tributária,
Normas e Relatórios Contábeis
Contador CRC-PE012996-O-3-S-MA